



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2019



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>Ciências humanas [recurso eletrônico] : características práticas, teóricas e subjetivas 2 / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências humanas: características práticas, teóricas e subjetivas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-885-4 DOI 10.22533/at.ed.854192312</p> <p>1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Ciências Humanas: características práticas, teóricas e subjetivas – Vol. II, coletânea de vinte e oito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades.

Os capítulos aqui organizados pautam distintos conteúdos que são ou que dialogam com as Humanidades. Isso, por si só, já demonstra o caráter plural e transdisciplinar dessa vertente do saber. Passando já para os capítulos, temos discussões sobre: migrações transnacionais, cultura política, gênero, identidade e representação presidencial, machismo e feminismo, colonização, plano diretor, espaço urbano, avaliação de cursos, assistência estudantil, agir comunicativo, saúde mental, aprisionamento, suicídio, maternidade, a realidade da Catalunha, estado, FUNAI, publicidade, adaptação e tradução, arte, literatura, religião, filosofia da religião e empresas. Todos estes que, de igual modo, merecem singular atenção.

Tenham excelentes diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS	
Patricia Bosenbecker	
DOI 10.22533/at.ed.8541923121	
CAPÍTULO 2	14
A CULTURA POLÍTICA DO VARGUISMO NO BRASIL E DO PERONISMO NA ARGENTINA: UM DIÁLOGO COM A OBRA “MULTIDÕES EM CENA” DE MARIA ROLIM CAPELATO	
Luiz Eduardo Pinto Barros	
DOI 10.22533/at.ed.8541923122	
CAPÍTULO 3	25
PERSPECTIVAS DE GÊNERO A PARTIR DA IDENTIDADE FEMININA NA REPRESENTAÇÃO PRESIDENCIAL DO BRASIL, CHILE E ARGENTINA	
Danielle Jacon Ayres Pinto Giuliana Facco Machado Yasmine Pereira Sensão	
DOI 10.22533/at.ed.8541923123	
CAPÍTULO 4	38
MACHISMO E FEMINISMO NA INTERNET: ANÁLISE DA PÁGINA “DESQUEBRANDO O TABU”	
Carolina Pinaffi Valerio Alvaro Marcel Palomo Alves	
DOI 10.22533/at.ed.8541923124	
CAPÍTULO 5	49
ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO (1900-1960)	
José Carlos dos Santos Astor Weber	
DOI 10.22533/at.ed.8541923125	
CAPÍTULO 6	62
CANDIOTA E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	
Renan Rosso Bicca José Leonardo de Souza Castilho Magali Nocchi Collares Gonçalves Maria Elaine dos Santos Leon Maria de Fátima Schimidt Barbosa Ariadne Costa Leal	
DOI 10.22533/at.ed.8541923126	

CAPÍTULO 7	70
AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E A RELAÇÃO ESPAÇOS PÚBLICOS X SHOPPING CENTERS NA DISPUTA PELA TITULARIDADE DE ÁGORAS CONTEMPORÂNEAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA – CEARÁ	
Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8541923127	
CAPÍTULO 8	82
AVALIAÇÃO DE RISCOS EM AEROPORTOS REGIONAIS: ESTUDO DE CASO NO AEROPORTO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, GOIANÁ, MG	
Geraldo César Rocha Edinaldo Muller Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8541923128	
CAPÍTULO 9	88
CRUZAMENTO DE DADOS COMO FERRAMENTA DE PROSPECÇÃO DE RISCO GEOLÓGICO EM ÁREAS URBANAS	
Rubem Porto Jr Beatriz Forny Beatriz Paschoal Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.8541923129	
CAPÍTULO 10	99
AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE BACHAREL EM GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL	
Angel Nascimento Santos Ricardo Ribeiro Alves Djulia Regina Zieman Jéssica Alves da Motta Júlia Gama de Simão	
DOI 10.22533/at.ed.85419231210	
CAPÍTULO 11	106
AS TENDÊNCIAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ANOS 2000: A PARTICULARIDADE DA UPE	
Fernanda Eduarda Silva Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85419231211	
CAPÍTULO 12	116
O AGIR COMUNICATIVO NO CONTEXTO DAS AÇÕES BI-SETORIAIS: A RODA SOCIALIZADORA NO CENÁRIO DO GRANDE BOM JARDIM	
Emanoel Márcio da Silva Rodrigues Cleide Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.85419231212	
CAPÍTULO 13	128
O PAPEL DO CAPS III NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE SAÚDE MENTAL DE BOA VISTA – RORAIMA	
Daniela Cristina da Silva Melo	

Aliã da Silva Carvalho
Janaine Voltolini de Oliveira
Ilderson Pereira Silva

DOI 10.22533/at.ed.85419231213

CAPÍTULO 14 135

PERFORMANCE DE CORPOS APRISIONADOS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DE HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE COM HIV/AIDS

Isabella Beatriz Gonçalves Lemes
Cássia Barbosa Reis

DOI 10.22533/at.ed.85419231214

CAPÍTULO 15 143

REFLEXÕES SOBRE O SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA

Carla Dornelles da Silva
Sales Gama da Silva

DOI 10.22533/at.ed.85419231215

CAPÍTULO 16 151

REALIZANDO VALORES ATRAVÉS DA MATERNIDADE

Simone Guedes Alves Gomes dos Santos
Veridiana da Silva Prado Vega

DOI 10.22533/at.ed.85419231216

CAPÍTULO 17 155

CATALUÑA INDEPENDIENTE: ¿UTOPIA O REALIDAD?

Raquel Gonçalves Vieira Machado de Melo Morais

DOI 10.22533/at.ed.85419231217

CAPÍTULO 18 166

ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA

Pedro Henrique Chinaglia
Waleska Cariola Viana

DOI 10.22533/at.ed.85419231218

CAPÍTULO 19 184

OS TERENA DE MATO GROSSO DO SUL E A CARTEIRINHA DA FUNAI: DE SIGNO MATERIAL DA TUTELA À RESSIGNIFICAÇÃO

Patrik Adam Alves Pinto
Victor Ferri Mauro

DOI 10.22533/at.ed.85419231219

CAPÍTULO 20 198

EXPRESSÃO CORPORAL A PARTIR DA VIVÊNCIA NA TRILHA DO CERRO DO JARAU

Maria Elisabeth Valls de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.85419231220

CAPÍTULO 21	203
A PUBLICIDADE E O PÚBLICO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE NA TELEVISÃO	
Kewlliane Fernandes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85419231221	
CAPÍTULO 22	213
A CANÇÃO E SUA VERSÃO: PROCEDIMENTOS DE ADAPTAÇÃO/TRADUÇÃO NAS CANÇÕES DE DESENHOS DE PRINCESAS DO ESTÚDIO DISNEY	
Viviane Alves Melo Almada Edson Carlos Romualdo	
DOI 10.22533/at.ed.85419231222	
CAPÍTULO 23	242
LIVRO DE ARTISTA E O UNIVERSO DAS PALAVRAS: MIRA SCHENDEL E TORRES GARCÍA	
Priscilla Barranqueiros Ramos Nannini	
DOI 10.22533/at.ed.85419231223	
CAPÍTULO 24	255
A PERSPECTIVA FEMININA EM LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS E MARIA DOS PRAZERES, DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ	
Evellyn Freitas Bibiano Joana de Fátima Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.85419231224	
CAPÍTULO 25	269
A(S) CIÊNCIAS(S) DA RELIGIÃO E A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO CIENTÍFICA E AUTÔNOMA SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO	
Eduardo Marcos Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.85419231225	
CAPÍTULO 26	275
O CARDEAL JOSEPH RATZINGER E A CRÍTICA A ALGUNS ASPECTOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	
Bruno Fernandes Mamede	
DOI 10.22533/at.ed.85419231226	
CAPÍTULO 27	289
SUA EMPRESA PODE ESTAR DOENTE	
Sandra Oliveira Ferrão Vanderlei Souto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.85419231227	
CAPÍTULO 28	297
O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: A PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	

FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA

Rafael Silveira da Mota
Jaison Marques Luiz
Veronice Camargo da Silva
Mauricio Aires Vieira
Rafael Silveira da Mota

DOI 10.22533/at.ed.85419231228

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	304
ÍNDICE REMISSIVO	305

CATALUÑA INDEPENDIENTE: ¿UTOPIA O REALIDAD?

**Raquel Gonçalves Vieira Machado de Melo
Morais**

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA),
Relações Internacionais
Santana do Livramento- Rio Grande do Sul

RESUMEN: El presente trabajo versa sobre una introducción al análisis del independentismo catalán teniendo en cuenta las razones propulsoras o excusas históricas, culturales, económicas y sociales. Para componer la investigación se utilizaron principalmente procedimientos bibliográficos metodológicos predominantemente cualitativos. Este artículo se propone a entender que ocurre entre España y Cataluña, qué factores llevaron a tal tensión, como este choque podría solucionarse eventualmente y de qué manera involucró otros actores internacionales. Al adentrarse en este panorama, el artículo aclara varios términos empleados por los medios y popularizados entre movimientos pro y anti independencia. A través de los argumentos de intelectuales de referencia del independentismo catalán en contrapartida a los argumentos políticos y económicos, se busca comprender cuáles son los obstáculos frente a la independencia, los riesgos asumidos caso Cataluña consiga la misma y se cuestiona si la República de Cataluña puede llegar a ser realidad o no pasa de una utopía.

PALABRAS CLAVE: Cataluña, independencia, España, 1-O.

INDEPENDENT CATALONIA: UTOPIA OR REALITY?

RESUME: This paper is an introduction to the analysis of the Catalan independence movement considering the reasons for propulsion or historical, cultural, economic and social excuses. To compose the research were used mainly methodological bibliographic procedures predominantly qualitative. This article aims to understand what happens between Spain and Catalonia, what factors led to such tension, how this conflict could eventually be resolved and how it involved other international actors. In this scenario, the article clarifies several terms used by the media and popularized in pro and anti-independence movements. Through the arguments of esteemed intellectuals of the Catalan independence movement, in contrast to the political and economic arguments, the present paper seeks to understand what are the obstacles to independence, the risks that Catalonia would assume if it obtains the independence and it questions whether or not the Republic of Catalonia can become reality or it is just an utopia.

KEYWORDS: Catalonia; independence; Spain; O-1

1 | INTRODUCCIÓN

El presente trabajo procura iniciar un análisis sobre el independentismo catalán, buscando entender cómo y dónde surgió, el porque de haberse arrastrado por la historia hasta el presente y los hechos que lo hicieron explotar. Es importante dejar claro desde el principio que en este caso hay muchos actores, muchas versiones y muchas interpretaciones. A empezar por la historia, el factor más polémico y desafiador que juega un papel determinante en legitimar este movimiento. A pesar de ello, también se hace necesario recordar que la historia es contada por los vencedores, por lo que muchas veces abriga una verdad desconocida, pese a todo, lo definitivo es la interpretación.

En estos tiempo resulta muy fácil encontrar en internet respuestas o explicaciones muy simplistas, en las cuales no se consideran varios factores. Pero se tiene que recordar que las respuestas pueden ser simples pero la realidad es compleja y en el momento de aplicar tales explicaciones, nos deparamos con otras variables.

Con el desarrollar de este artículo podrá notarse que cada vez surgen más y más elementos, trayendo al análisis una mayor complejidad. Aún así no se nos hace posible abordar todos los aspectos por tratarse de una introducción, pero se cumple el objetivo principal de este trabajo, permitir a los lectores tener un conocimiento general sobre el asunto.

2 | BREVE HISTÓRIA

Como bien dijo Jorge Narro Monroy (2017,p.136), “el presente —es verdad de Perogrullo— no se entiende sin el pasado. Lo que hoy es Cataluña [...] no se explica si no es —en enorme medida— a la luz de una urdimbre que empezó a tejerse hace más de dos mil años.” Los antecedentes de este afrontamiento se remontan a la formación del pueblo catalán, hacia los años de la prehistoria, donde la península Ibérica aún era habitada por los íberos.

Alrededor del año 575 a.C, los griegos establecieron delegaciones comerciales —que luego se convirtieron en colonias— en la región de la actual Cataluña, de las cuales la más destacada fue Emporion (Ampurias). “Hacia el año 195 a.C. se completó la conquista romana del territorio que, siglos después, se identificaría como Cataluña y que en aquel entonces formaba parte, primero, de la provincia llamada Hispania Citerior y, luego, de la Tarraconense” (MONROY 2017,p.136). El territorio en cuestión, formó parte de la Hispania Citerior hasta el año 27 a.C, después, se constituyó el territorio Tarraconense, cuya capital era Tarraco (Tarragona), como podemos comprobar en la *Figura 1*.



Figura 1. Junta de Andalucía (2015)

Los romanos permanecieron durante siete siglos en Hispania (218 a.C - principios del siglo V) hasta que en el año 415 el rey visigodo Ataúlfo sustituyó el poder romano y se asentó en Barcino (Barcelona), estableciendo el Reino de Tolosa. Tres siglos más tarde los árabes avanzaron hacia la península Ibérica y llegaron hasta los Pirineos, hasta que concretamente, en el 721, Carlos Martel frenó la expansión musulmana y estableció varios condados en buena parte del territorio de la conocida Marca Hispánica. Es importante tener en cuenta que los francos no gobernaban directamente sobre estos condados, aunque estos últimos dependían de los primeros, los condados tenían su propio dominio y administración. Según Monroy, “este es el nacimiento de Cataluña como entidad política: un territorio delimitado y un pueblo que reconoce en él a un soberano” (2017, p.139), se puede decir que a partir de entonces, esa zona empezó a desarrollar peculiaridades y características propias.

Por tratarse de una introducción al estudio del análisis del independentismo catalán, se prioriza un conocimiento general sobre la historia de esta región, por lo que se hace necesario hacer un salto histórico y un gran recorte temporal para abarcar los principales puntos.

Sin despreciar los demás hechos históricos, como el sistema de alianzas e interrelación basado en casamientos de familias de un condado y otro; la unión de la Corona de Aragón (pero no su fusión) (1164); la creación de la Generalitat en el siglo XIV; el matrimonio de los Reyes Católicos (1469); la Guerra de los Segadores (1640); la Guerra de Sucesión del 11 de septiembre de 1714; la proclamación de la República Española y la aprobación del Estatuto de Autonomía (*L'Estatut d'Autonomia*) (1932), se llega a la dictadura de Francisco Franco (1939) y todo lo que conlleva el franquismo. A partir del fin de la dictadura del Caudillo, empezó la llamada Transición Democrática y el renacimiento (*la Renaixença*) —por segunda vez— del sentimiento catalán y de los desafíos enfrentados por Cataluña para recuperar su cultura, su lengua y su autonomía, lo que viene a ser el catalanismo político. Al contrario de lo que dijo Jaume Brossa, que el catalanismo parecía “*un fill de pares desconeguts* [un hijo de padres desconocidos]” (BROSSA, 1907 apud PICH I MITJANA, 2008, p. 466), Josep Pich i Mitjana en su artículo “La génesis del catalanismo político”, consigue esclarecer su origen.

3 I COMBUSTIBLES DEL NACIONALISMO

A lo largo de la historia, los catalanes en general, han nutrido el sentimiento de pertenecer a una única nación y no es la española. En este apartado serán analizados algunos hechos como fechas marcantes, crisis, gobiernos políticos y como algunas medidas influyeron para que estallara el independentismo.

Teniendo como punto de partida la edad moderna, el franquismo fue uno de los momentos históricos más oscuros para Cataluña, porque al igual que en el resto de España, comportó la anulación de las libertades democráticas — tanto individuales como colectivas—, la represión política y social sumada al control ideológico y moral. Pero en el caso de Cataluña la dictadura significó mucho más debido al suprimiento del Parlament, de la Generalitat y del Estatuto de Autonomía —y a todas las conquistas logradas por este —, a la prohibición y persecución de la lengua, la cultura y los símbolos catalanes en cualquier expresión pública. La voluntad de hacer desaparecer la cultura catalana se explica a través de la visión política y excluyente de la “unidad de España” de Franco. Como esclarece el historiador y experto en guerra civil española y su posguerra, Josep M. Solé i Sabaté (2015), “*La seva idea [la de Franco] d'un estat centralitzat era incompatible amb una Catalunya amb identitat pròpia*”. El hecho de no respetar su cultura e intentar, sistemáticamente apagarla, provocó las primeras chispas en el mundo moderno, haciendo con que ocurrieran movimientos más violentos que resultaron en centenas de exiliados y algunos incluso muertos, como el segundo presidente de la Generalitat, el fusilado

Lluís Companys.

Con la muerte de Francisco Franco empieza la Transición Democrática y con ella las reivindicaciones de autonomía expresas públicamente en la fecha festiva del Día Nacional de Cataluña, “*La Diada Nacional de Catalunya*” junto el himno de “*Els segadors*”. Los primeros pasos en dirección a la autonomía se dieron con la Asamblea de Cataluña del 1971 — pese a que todos los partidos eran ilegales—, la *Marxa de la Llibertat* del 1976, la *Diada* del 1977 y con el Estatuto de Autonomía del 1979 aprobado por referéndum y que creaba la Comunidad Autónoma de Cataluña.

Posteriormente, ya en el siglo XXI, hubieron nuevas demandas y nuevos conflictos. El pueblo catalán encontró la necesidad de actualizar e incrementar nuevas cláusulas al Estatuto de Autonomía del 1979. Así que en el 2005, el *Parlament* aprobó una reforma al Estatuto y la presentó al Tribunal Constitucional de España y como establece la Constitución, fue sometido al Congreso de los Diputados, donde sufrió diversas modificaciones. En el 2006, se realizó un referéndum para aprobar el Estatuto y se obtuvo una gran respuesta favorable (73,9%), pese a una gran abstención (50,59%) (EL PAÍS, 2006). Pero poco tiempo después, diputados del Partido Popular (PP) y gobiernos de otras 5 comunidades autónomas, presentaron diversos recursos, alegando varios artículos como inconstitucionales. El Tribunal se mostró a favor e impugnó diversos artículos del estatuto, de hecho, con tantas modificaciones el estatuto reformado podría ser incluso uno nuevo. La desvirtuación del texto y las declaraciones de Mariano Rajoy (presidente del PP en aquel entonces) en el 2005 sobre que “no hay más que una nación, la española” y que en España no se habla “el lenguaje antiguo de los derechos históricos, las soberanías medievales o los pueblos irredentos” (EL PAÍS, 2005), impulsaron varias manifestaciones como la manifestación del 10 de julio de 2010 con el lema “*Som una nació*”, la *Diada* del 2012 con el lema “*Catalunya, nou estat d’Europa*” y la *Diada* del 2013 protagonizada por *la Estelada*, junto a la *Via Catalana*. Desde entonces hubo una gran ruptura de relaciones entre Madrid y Cataluña y en ocasiones parece que hemos vuelto a la guerra de las banderas, ya que la *estelada* o la bandera española compiten por estar en balcones, vehículos, edificios, plazas, ropas, etc. Eso revela la dicotomía y el alejamiento entre ambas partes, mostrando que la “indisoluble unidad de la nación española”, presente en el art. 2 de la Constitución, no es tan insoluble como se piensa.

La crisis económica del 2008 fue otro factor responsable por potencializar el fenómeno del movimiento secesionista. El deterioro de la economía trajo consigo consecuencias políticas restrictivas en contra de las comunidades autónomas, como por ejemplo, “la política de austeridad implementada por el gobierno central español, obediente a la decisiones de la Unión Europea, ha generado que se tomen medidas que implican restricciones en el gasto para las comunidades autónomas” (RAMIREZ;

RIVIERE, 2013, p. 66), medidas vistas como “asfixiantes y perjudiciales” para sus propias finanzas. Según el politólogo Jonathan Hopkin, “los altos niveles de desempleo y el incremento de la desigualdad tienden a provocar la radicalización de las posiciones políticas. Además en circunstancias económicas adversas la política identitaria es un arma especialmente poderosa” (POLITIKON, 2018). Asimismo, como aporta el politólogo Toni Rodon, “la identidad nacional y la falta de incentivos para la formación de uniones políticas” (POLITIKON, 2018) también contribuyen en larga escala para el roce entre Cataluña y España. Por otra parte, el descubrimiento de casos de corrupción en el Estado y la percepción de que Cataluña daba más dinero del que recibía, hicieron con que aumentase la insatisfacción por el gobierno de Madrid y la polarización política. Es de la crisis económica que emanan los problemas fiscales que luego servirán de base para los demás argumentos secesionistas, como por ejemplo el de “España nos roba” o el de que la independencia les permitiría alcanzar un paraíso de bienestar que hoy les es vedado por su pertenencia a España, caracterizando el yugo español (HIGUERUELA, 2014). Pero en realidad no es exactamente así, sí es verdad como explica el historiador Borja de Riquer, intelectual de referencia del independentismo catalán, que algunos políticos han vendido la idea de que el día en que sean libres de España habrán resuelto todos sus problemas, vivirán en el paraíso, pero eso es una demagogia notable y denunciabile porque todo depende de quien gestione y cómo se gestione (PÚBLICO, 2015).

En este apartado también podemos elencar el argumento, aunque sin base alguna, de determinados españoles de que el independentismo es una doctrina obligatoria que se enseña en las escuelas catalanas y junto al sistema educativo catalán, serían fábricas de pro independentistas, deturpando la historia a su favor. También se dice que los vehículos de comunicación catalanes son responsables por alimentar y enfatizar el movimiento secesionista, enajenando la población catalana con el objetivo de estimular el odio hacia el pueblo español y fragmentar España. En este caso, por detrás de mitos históricos, discursos políticos y alegaciones económicas, habría una industria del independentismo.

4 | EXPLOSIÓN DEL NACIONALISMO SECESIONISTA

Las causas hasta aquí citadas y otros elementos como los partidos políticos catalanes y el cambio del presidente de la Generalitat, mezclados con el sentimiento y sueño de Cataluña ser un Estado soberano, culminaron en la explosión del nacionalismo secesionista en el referéndum ilegal del 01 de octubre del 2017.

Para que se celebrara el referéndum, hubo un pleno en el *Parlament* en el día 6 de septiembre del 2017, donde se aprobó la convocatoria de este y la Ley de transitoriedad jurídica y fundacional de la República Catalana, que entraría en vigor

en el caso de la proclamación de la independencia. Esta ley serviría como base jurídica de Cataluña hasta que se aprobara la Constitución de la República Catalana, en otras palabras, esta ley se proponía a ser norma suprema, siendo incluso superior a la Constitución Española, ya que no habría más ningún vínculo entre ellas. Como se esperaba, el Gobierno de España presentó recursos al Tribunal Constitucional y ambas leyes fueron suspendidas, aunque el Presidente de la Generalitat de Catalunya, Carles Puigdemont, ignoró dicha suspensión (EL PAÍS, 2017).

No obstante el hecho de estar prohibido el referéndum, aún así se realizó en el día 1 de octubre (1-O). Como se consideraba que este vulneraba la Constitución, el gobierno español tomó todas las medidas posibles, utilizándose incluso de la fuerza física para impedir la votación, lo que ocasionó 844 heridos (EL PAÍS, 2017). Los resultados de la votación fueron ampliamente cuestionados debido a la gran cantidad de irregularidades encontradas. La mayor irregularidad que abrió puertas para las demás e incluso fue denunciada por el Gobierno de España, fue el hecho de que se cambiaran las reglas 45 minutos antes del inicio de la votación, permitiendo en las nuevas normas, la inclusión del “censo universal” con el que cualquiera podría votar en cualquier colegio electoral aunque no fuera el asignado y permitía a los votantes usar papeletas caseras y votos sin sobre. El gobierno español calificó este episodio como una liquidación a “cualquier vestigio de respetabilidad democrática” y dijo que las medidas tomadas por la Generalitat tenían “el único objetivo de forzar el resultado” de las elecciones (EUROPA PRESS, 2017).

Algunos días después, concretamente en el 10 de octubre, el presidente de la Generalitat, Carles Puigdemont, convocó el Parlament para hacer una declaración, en la que todos esperaban que fuese reportar los resultados de la votación del 1-O, pero en vez de eso, declaró la independencia de Cataluña. La Declaración Unilateral de Independencia (DIU) fue fugaz, duró apenas 56 segundos (VERNE, 2017). Puigdemont proclamó la independencia pero en seguida “suspendió sus efectos en busca de diálogo y una solución acordada en las próximas semanas” (RTVE, 2017), lo que fue considerado como una traición para el partido que lo apoyaba, la Candidatura de Unidad Popular (CUP). La proclamación resultó muy ambigua y ya no se sabía a lo cierto si había o no proclamado la independencia, por lo que para evitar la entrada en vigor de la ley de transitoriedad, el Presidente de España, Mariano Rajoy, inició los trámites para la aplicación del artículo 155 de la Constitución que predispone que en el caso de que una Comunidad Autónoma atente gravemente al interés general de España y no cumpla con sus obligaciones que la Constitución u otras leyes que se le impongan, el Gobierno podría adoptar medidas que obliguen el cumplimiento forzoso de sus obligaciones (CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA, 1978). La actitud de Rajoy al activar el art. 155, llevó al cese del gobierno catalán, a la destitución de Puigdemont, del vice-presidente Oriol Junqueras y de los demás consejeros, y

además, a la convocatoria de nuevas elecciones autonómicas al *Parlament* para el día 21 de diciembre (LA VANGUARDIA, 2017). Debido a la disolución del *govern* y a las querellas de la Fiscalía General del Estado por presuntos delitos de rebelión, sedición y malversación de caudales públicos, Puigdemont y otros 13 consejeros se trasladaron a Bélgica con la intención de solicitar asilo político.

Desde entonces numerosos debates han surgido y con ellos las preocupaciones sobre el futuro de España y de Cataluña. El caso ganó una mayor repercusión internacional cuando los demás países no reconocieron la independencia de Cataluña, sobretodo cuando el presidente del Consejo Europeo, Donald Tusk declaró que “para la Unión Europea nada cambia. España sigue siendo nuestro único interlocutor” (EUROPA PRESS, 2017). A partir de esta problemática situación se llegó a cuestionar si el *procés* estaba en peligro.

En este proceso hay muchas cosas que no están claras y no nos referimos sólo a los hechos y alegatos, sino también a las definiciones de los propios conceptos como por ejemplo, la autonomía que no es sinónimo de soberanía o el nacionalismo, que hay varios. A la luz de la explicación de Luis Villoro, se puede percibir más fácilmente la transición de las reivindicaciones de Cataluña, empezando por tener más autonomía hasta llegar a la independencia política.

La autonomía de las comunidades culturales minoritarias que forman parte de un país no implica, necesariamente, su independencia política, no equivale a soberanía estatal, pero sí a la capacidad de elegir libremente su propia situación dentro del Estado. Su elección puede desembocar en una decisión de segregación del Estado, pero también en su integración a la nación, o en la reivindicación de formas de autonomía restringida dentro del mismo Estado; en cualquier caso, esa elección no debe obedecer a ninguna coacción por parte del Estado, pues cada pueblo tiene el derecho fundamental de determinar por sí mismo su propia suerte. (VILLORO, 1995, p.17-18)

Villoro trae más un argumento sesionista para esta jugada: la autodeterminación. La Carta de las Naciones Unidas y el derecho internacional aseguran que todos los pueblos tienen el derecho de autodeterminarse, es decir, tienen el derecho de decidir por su futuro y sin embargo el gobierno español ha disuelto el parlamento catalán votado democráticamente, confiscado urnas y tratado con violencia a los votantes (GARCÍA, 2017). El punto central es que el principio de libre determinación fue establecido pensando en el proceso de descolonización, por lo que “tan sólo cabe plantearlo ante supuestos territorios anexionados por conquista, dominación extranjera u ocupación y pueblos oprimidos por violación masiva y flagrante de sus derechos” (EUROPA PRESS, 2017). Por ello,

la defensa de la autodeterminación supone para muchos más una legítima exigencia democrática que una pretensión nacionalista, con mayor razón en un país tan poco predispuesto a convocar referéndums. Cada vez que se habla de soberanismo, por

eso, cada uno entiende lo que quiere o le interesa con este término tan oscurantista. Para algunos implica directamente un inadmisibles atentado contra la integridad de España, solamente por abrir o plantear la posibilidad de cuestionar la sagrada unidad territorial, para ellos indiscutible. Para otros significaría prácticamente lo mismo que la independencia, porque se colegiría erróneamente que quienes están a favor de la autodeterminación votarían asimismo a favor de la independencia (STRAEHLE, 2013, p.215).

Por poder resultar tan confuso el soberanismo, el *govern* estableció sus bases sobre el artificio de la soberanía popular, utilizando el pueblo como elemento de aparente homogeneidad y unidad para que así disminuyeran las diferencias entre las posibles interpretaciones y hubiera una política más plural e inclusiva, descansando sobre los valores de la democracia y del voto (STREHLE, 2013). Diferentemente del caso vasco, en que según Solé i Sabaté, *“les reivindicacions [vasques] sempre han estat de caire polític, mentre que el nacionalisme català és de caràcter social i popular. Les manifestacions sobiranistes catalanes dels darrers dos anys han estat promogudes per la ciutadania, no pels polítics”* (SÀPIENS, 2015). Estas nuevas comparaciones traen no sólo más elementos que hacen la cuestión más compleja, pero también la hacen más profunda y multifacética.

5 | CONCLUSIÓN

El futuro siempre ha sido incierto, pero en el caso de Cataluña lo es aún más. Es difícil apostar en alguna previsión, pero lo que sí se sabe es que independientemente de lo que suceda en los próximos meses, Cataluña continuará luchando por su independencia y la disputa entre el centralismo y el independentismo se prolongará. Pese que actualmente Cataluña no tiene apoyo internacional, como tenía Kosovo, por ejemplo, eso no le impedirá de perseguir el sueño de ser independiente y además, es importante recordar que la orden y la lógica del sistema internacional son mutables. Con este episodio demostró que aunque el secesionismo sea un sueño, no está tan inalcanzable, lo que hace años parecía utópico hoy es más palpable, pero desde luego, aún no es real.

Cataluña se precipitó en el modo de conducir el *procés*, engañó a la gente dándole expectativas exageradas de la situación. El secesionismo estalló de la manera equivocada —a empezar por la huida del líder del movimiento—, salpicando en la economía, sociedad y credibilidad política. Entre las alternativas para resolver este conflicto está la mediación, diálogo y la reforma de la Constitución Española. Todas ellas implican la buena voluntad de las partes pero para eso es necesario la reconstrucción de las relaciones políticas y el alejamiento de acciones revanchistas, lo que a corto plazo es improbable.

Finalizamos este introductorio análisis sobre el independentismo catalán con

la certeza de que los elementos aquí citados son apenas un fragmento de la punta del iceberg, sabiendo que aún hay muchos elementos por emerger y otras tantas nuevas preguntas por surgir.

REFERENCIAS

CARBONELL, Javier; CORNAGO, Luis. La crisis en Cataluña: ¿Cómo hemos llegado hasta aquí y cómo salimos? **Politikon**, 12 feb. 2018. Disponible en: <<https://politikon.es/2018/02/12/la-crisis-en-cataluna-como-hemos-llegado-hasta-aqui-y-como-salimos/>> Consultado en: 06 Ago. 2018.

CASAS, Sònia. 12 episodis de coratge del poble català. **SÀPIENS**. 2018. Disponible en: <https://www.sapiens.cat/temes/catalunya/12-episodis-de-coratge-del-poble-catala_200920_102.html>. Consultado en: 07 Ago. 2018.

CASAS, Sònia. Josep M. Solé i Sabaté: "Espanya no jugarà la carta democràtica amb Catalunya". **Sàpiens**, 21 sep. 2015. Disponible en: <https://www.sapiens.cat/temes/catalunya/josep-m-sole-i-sabate-espanya-no-jugara-la-carta-democratica-amb-catalunya_15765_102.html> Consultado en 01 Ago. 2018.

EL GOBIERNO da por "desbaratado" el referéndum tras el cambio de las normas a 45 minutos de la votación. **Europa Press**, Madrid, 1 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.europapress.es/nacional/noticia-gobierno-da-desbaratado-referendum-cambio-normas-45-minutos-votacion-20171001082801.html>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

ESPAÑA. **Constitución española**. (1978) Disponible en: <http://www.lamoncloa.gob.es/documents/constitucion_es1.pdf>. Consultado en 6 Ago. 2018.

HIGUERUELA, José L. F. **Razones y sinrazones económicas del independentismo catalán**. (2014) Disponible en: <http://panelcivico.es/images/archivos/razones_y_sinrazones_economicas_del_independentismo_catalan.pdf> Consultado en: 01 Ago. 2018.

JUNTA DE ANDALUCÍA. **Figura 1** (2015). Disponible en <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/rutasteatro/galeria_a/galeria_211.jpg> Consultado en: 03 de Ago. 2018.

MARCOS, Pilar. Rajoy: "sólo hay una nación, la española". **El País**, Madrid, 4 dic. 2005. Disponible en: <https://elpais.com/diario/2005/12/04/espana/1133650801_850215.html> Consultado en: 07 Ago. 2018.

MARTÍNEZ, José María B. **Causas de la romanización de Hispania**. Real Academia de Historia, Madrid. (1964) Versión digital 1- 57. Disponible en: <http://www.google.com.mx/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cervantesvirtual.com%2Fservlet%2FSirveObras%2F24615842113683839622202%2F018221.pdf&ei=nRZLTJOVMIn0tgONt-hI&usg=AFQjCNH746dsUa_ebyoHVXd5XWIYm3aX_w> Consultado en: 01 Ago. 2018.

MEMBRIVE, Miguel F.; MOYA-GARCÍA, Gerardo; MONROY, Jorge N. Catalunya: difícil quedarse, difícil irse. **Análisis Plural**, Tlaquepaque. 2017. p.137- 153. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO). Disponible en: <<https://rei.iteso.mx/bitstream/handle/11117/5340/Catalunya+dif%3ADCil+quedarse+dif%3ADCil+irse.pdf?sequence=2>> Consultado en 01 Ago. 2018.

MENÉNDEZ, María. Puigdemont declara la independencia de Cataluña y la suspende para buscar el "diálogo" y la "solución acordada". **RTVE**, 10 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.rtve.es/noticias/20171010/puigdemont-declara-independencia-cataluna-suspende-para-buscar-dialogo-solucion-acordada/1627661.shtml>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

MORA, Rosa. Cataluña vota a favor del Estatuto de forma rotunda, pese a una abstención del 50,59%. **El País**, Barcelona, 19 jun. 2006. Disponible en: <https://elpais.com/diario/2006/06/19/espana/1150668001_850215.html> Consultado en: 07 Ago. 2018.

ORTEGA, Leonor M. Rajoy disuelve el Parlament y convoca elecciones 21 de diciembre. **La Vanguardia**, Madrid, 27 oct. 2017. Disponible en: <<https://www.lavanguardia.com/politica/20171027/432394959455/rajoy-elecciones-catalunya.html>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

PÉREZ, Fernando J.. El Constitucional suspende de urgencia la ley del referéndum. **El País**, Madrid, 8 sep. 2017. Disponible en: <https://elpais.com/politica/2017/09/07/actualidad/1504781825_809788.html> Consultado en 08 Ago. 2018.

PICH I MITJANA, Josep. La génesis del catalanismo político. De los inicios de la restauración a la crisis del centre català. **HISPANIA**. Revista Española de Historia,, v. LXVIII, n. 229, mayo-agosto, 2008, p. 437-470. Disponible en: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/85/87>> Consultado en 03 Ago. 2018.

¿QUÉ es una declaración unilateral de independencia (DUI) y qué dice el derecho internacional? **Europa Press**, Madrid, 27 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.europapress.es/nacional/noticia-declaracion-unilateral-independencia-dui-dice-derecho-internacional-20171004170022.html>> Consultado en: 06 Ago. 2018.

RAMIREZ, Aura D. G.; RIVIERE, Martha L. Q., La crisis económica y el movimiento independentista catalán . **OASIS**. Mayo, n.18, 2013 p.55-71. Disponible en: <<https://ssrn.com/abstract=2440800>> Consultado en: 06 Ago. 2018.

RODRÍGUEZ, Marta; CONGOSTRINA, Alfonso L.. La Generalitat cifra en 844 los atendidos por heridas y ataques de ansiedad. **El País**, Girona, 2 oct. 2017. Disponible en: <https://elpais.com/ccaa/2017/10/01/catalunya/1506820036_546150.html> Consultado en 08 Ago. 2018.

ROMA, Pepa. Borja de Riquer: “Vender que la independencia es un paraíso, como hace Mas, es denunciabile”. **Público**, Barcelona, 20 sep. 2015. Disponible en: <<https://www.publico.es/politica/borja-riquer-vender-independencia-forma.html>> Consultado en: 01 Ago. 2018.

RUBIO, Jaime.; PEINADO, Mariluz. La declaración de independencia que duró menos de un minuto. **Verne**, 10 oct. 2017. Disponible en: <https://verne.elpais.com/verne/2017/10/10/articulo/1507653719_231546.html> Consultado en: 08 Ago. 2018.

SOLÉ I SABATÉ, Josep M. **SÀPIENS**. n.162. Noviembre 2015. Disponible en: <https://www.sapiens.cat/epoca-historica/historia-contemporania/guerra-civil-i-franquisme/com-veia-franco-catalunya_15937_102.html> Consultado en: 01 Ago. 2018.

STRAEHLE, Edgar. Soberanismo: entre la soberanía y la independencia. **Astrolabio**. Revista internacional de filosofía. 2013. n° 15. pp. 208-222. Disponible en: <<https://www.raco.cat/index.php/Astrolabio/article/view/275055/363043>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

TUSK: “Nada cambia para la Unión Europea, España sigue siendo nuestro único interlocutor”. **Europa Press**, Bruselas, 27 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.europapress.es/nacional/noticia-tusk-nada-cambia-union-europea-espana-sigue-siendo-unico-interlocutor-20171027161724.html>> Consultado en: 01 Ago. 2018.

VILLORO, Luis. Sobre Derechos humanos y derechos de los pueblos. Edición digital, **Isonomía**: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n°. 3 pp. 7-19 (1995). Publicación: Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005. Disponible en: <<http://www.cervantesvirtual.com/descargaPdf/sobre-derechos-humanos-y-derechos-de-los-pueblos/>> Consultado en: 01 Ago. 2018.

ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA

Pedro Henrique Chinaglia

(Graduando em Relações Internacionais UNIMEP

email: phchinaglia@gmail.com)

Waleska Cariola Viana

(Mestre em Direitos Humanos Fundamentais pelo UNIFIEO. Professora Direito Internacional Público na UNIMEP – email:cariolaviana@gmail.com)

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo expor a diferença entre o Estado Westfaliano e o Estado-Nação. No século XVIII, com as mudanças e transformações no sistema internacional há uma ruptura do Estado Westfaliano que, por conseguinte, levou a criação do Estado-Nação. O estudo se baseou em pesquisa bibliográfica que permitiram expor as diferenças entre os dois Estados, assim como analisar o Estado que se faz presente na contemporaneidade e explicar que a afirmação da soberania estatal não está mais legitimada apenas por meio de sua territorialidade, mas também pela soberania popular na qual a busca por uma identidade nacional latino-americana, posteriormente, seria o estopim das ondas revolucionárias na região, legitimando seus processos de libertação e independência.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra dos Trinta anos. Paz de Westfália. Estado-Nação. Relações Internacionais. América Latina.

WESTPHALIA STATE NATION STATE VERSES AND ITS CONSEQUENCES IN THE COLONY OF LATINOAMÉRICA

ABSTRACT: This study aims to expose the difference between the Westphalian state and the Nation-State. In the 18th century, with the changes and transformations in the international system, there is a breakdown of the Westphalian State, therefore, it led to the creation of the Nation-State. The study was based on bibliographic research that allowed exposing the differences between the two States, as well as analyzing the State that is present nowadays. Therefore, by analyzing the transition from the Westphalian State to the Nation-State is possible to explain that the assertion of state sovereignty is no longer legitimated only through their territoriality, but also by popular sovereignty, which the search for a Latin American national identity, later, would be the set-out of the revolutionary waves in the region, legitimizing their liberation and independence processes.

KEYWORDS: Thirty Years' War. Peace of Westphalia. Nation-State. International Relations. Latin America.

INTRODUÇÃO

A mudança na ordem internacional, a partir de 1648, é marcada pela criação e

legitimação dos Estados soberanos dentro de suas fronteiras nacionais. Com o fim da Guerra dos Trinta anos (1618-1648) e a Paz de Westfália, ascenderam no cenário internacional diversos Estados que, com o declínio da sociedade e do sistema político medieval, ganham espaço e autonomia para empreenderem suas próprias ações e intentar objetivos, assim como visar estratégias nas diversas dinâmicas de atuação no sistema internacional, inaugurando-se assim as Relações Internacionais. Todavia, o Estado Westfaliano, com o decorrer dos séculos e de acontecimentos históricos, viria a sofrer alterações em seus princípios e normas.

Era de se esperar que o Estado, em sua criação, estivesse sustentado em princípios democráticos, já que nos séculos anteriores a Guerra dos Trinta Anos, quem governava os territórios eram reis, rainhas ou imperadores – guiados e influenciados pelo enorme poder da Igreja Católica, ou seja, pelo papado. Assim, no Estado Westfaliano, por mais que o poder da igreja estivesse separado da política estatal, o sistema que permeou nas novas unidades políticas era a Monarquia, um sistema de governo hierárquico e tradicional que isolava e/ou excluía o povo das atividades políticas do Estado. Tal fato permeou o declínio do Estado Westfaliano pela criação de um novo Estado, reconfigurado e democrático, que viria a atender as demandas populares comuns – insatisfeitos com os privilégios da classe nobre e do clero.

O que se observa é que o princípio da soberania estatal, legitimada após a Paz de Westfália, seria pautado pela delimitação territorial, ou seja, pelas fronteiras nacionais. Posto isto, por meio da criação do Estado, ficou evidente que o território seria indispensável para que um Estado possa existir – já que o território é o espaço onde o poder estatal é exercido e estendido. Com a possibilidade das Nações – grupos com interesses comuns – se tornarem soberanas ou mesmo de criar seus próprios Estados, isso só viria a afirmar que a importância dos territórios viria a declinar, sendo possível observar essa nova configuração estatal no século XX com o princípio da autodeterminação dos povos e o processo de globalização.

Deste modo, por meio de pesquisas bibliográficas em fontes primárias e secundárias é possível averiguar que no século XX o Estado Westfaliano sofre uma ruptura em sua configuração e princípios. Tal ruptura levou a criação do Estado-Nação e ao Moderno que se observa nos dias de hoje, com uma perda significativa da importância das delimitações territoriais em um mundo interconectado pelas redes. Assim, o estudo se justifica porque através da análise histórica, datada da criação do Estado Westfaliano até a transição para o Estado-Nação, é possível afirmar que o Estado criado em 1648 não é o mesmo Estado Moderno que se tem na contemporaneidade.

Nos dias atuais, a reconfiguração do novo papel do Estado Moderno adveio do processo de globalização nos anos de 1990, onde o Estado perde espaço nas

Relações Internacionais diante da ascensão de novos atores internacionais no mundo globalizado. Todavia, mais do que perder espaço é possível constatar que mais uma vez o Estado passou por modificações – reconfigurado de acordo com os assuntos e demandas em larga escala da contemporaneidade.

ESTADO

Guerra dos Trinta Anos

A Guerra dos 30 anos (1618-1648) foi um conflito internacional que se localizou na Europa Central, e que trouxe consequências catastróficas para os países envolvidos. A guerra tem início, em 1618, em razão da rebelião dos alemães contra o Imperador do Sacro Império Romano Germânico e o Papa, pois todos os governantes do espaço germânico eram submetidos a essas duas autoridades, e, assim buscavam suas autonomias. Foi também um conflito internacional entre os defensores católicos do imperador austríaco, aliado a dinastia de Habsburgo, contra a Casa Bourbon aliada os protestantes de principados alemães – como os luteranos e calvinistas (MAGNOLI, 2006).

Em um primeiro momento a guerra parecia ser apenas um conflito religioso, porém, posteriormente, esta seria um confronto entre as potências da época, que, motivadas pela rebelião germânica contra o imperador, viram a possibilidade de destituir a influência e poder do Império Romano na Europa¹.

Um bloco encabeçado pela dinastia Habsburgo do rei Fernando da Estíria, da Áustria e da Hungria, eleito imperador do Sacro Império Romano Germânico (e depois por seu filho Fernando III), que se aliava com as regiões católicas da Alemanha [...] um bloco com os rebeldes protestantes da Boêmia e de diversas regiões germânicas, especialmente o Palatinado de Frederico V, apoiado pelos Países Baixos, pela Suécia, pela Dinamarca, pela Inglaterra e pela França católica. (MAGNOLI, 2006, p. 165-166)

Apesar de os lados do conflito estarem divididos em dois polos claros – católicos versus protestantes – as alianças internacionais modificaram-se no decorrer da guerra e obedeciam a rivalidades bilaterais específicas. Os protestantes, por exemplo, estavam divididos entre os luteranos da Saxônia e os calvinistas de Brandenburgo, na maior parte do conflito, permaneceram aliados com o imperador católico contra a Boêmia e o Palatinado. Cada país envolvido² tinha seus próprios interesses que os levaram a guerrear contra seus inimigos. A Saxônia e Brandenburgo participaram

1 “Durante os 30 anos do conflito, com a longa propagação deste, chega-se a acreditar que a guerra seria eterna.” (MAGNOLI, 2006, p. 166)

2 A influência da Guerra dos 30 anos, na Europa, foi tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo dos países envolvidos e não envolvidos, pois, com o desenrolar da guerra, diversas revoltas camponesas, revoltas urbanas, guerras pelo controle marítimo, guerras fronteiriças, foram constatados entre 1626 e 1640. (MAGNOLI, 2006)

da guerra fornecendo apoio financeiro aos países católicos, e não se envolveram militarmente³.

O Sacro Império Romano Germânico foi constituído em 962, com a coroação do imperador Otto. O Império tinha como pretensão considerar a herança direta da civilização romana e cristã, reivindicando a sucessão de Carlos Magno⁴. Tal fato desencadeou a guerra civil alemã e a Guerra dos 30 anos em 1618. Todavia o Sacro Império representava a unidade temporal dos católicos e o papa representava a unidade espiritual, e, assim, este estaria acima de todos os pequenos e grandes – sucedendo dinasticamente na Casa dos Habsburgo da Áustria.

Em 23 de maio de 1618, a Guerra dos 30 anos teve início, tendo como estopim a “defenestração de Praga”, que trouxe como consequência o fim da Paz de Augsburgo, como destaca Moita (2012). No dia em questão, os representantes do imperador do Sacro Império Romano Germânico tentaram impor em Praga⁵ suas decisões de encerrar a assembleia dos Estados da Boêmia e fechar duas igrejas protestantes. Tal motivo se deu, segundo Gonzales (1984), porque o Imperador do Sacro Império queria que os Tchecos se reconvertessem ao catolicismo, pois, no século XVI, estes haviam se convertido ao luteranismo. Os Tchecos se opunham à decisão do Imperador, pois para estes o Imperador não passava de um déspota vinculado ao papado, e, assim, começara a propagar a recusa da aceitação da eleição de Ferdinando II como Imperador do Sacro Império Romano Germânico (FILHO, 2006). Por conseguinte, dois dos representantes do imperador e um secretário foram atirados por uma janela do castelo de Hradschim, e, assim, os protestantes da Boêmia romperam com o Imperador Habsburgo, Fernando II. A “defenestração de Praga”⁶, como ficou conhecido esse episódio, levou Frederico V, do Palatinado, a ser coroado Rei da Boêmia. A revolta contaria com o apoio popular e foi liderada pela alta burguesia e baixa nobreza, contra os nobres católicos da Dinastia de Habsburgo.

O imperador Fernando II, com o apoio de católicos alemães e da junta das tropas bávaras e espanholas, invadiu a boêmia e ocupou o Baixo Platinado. A vitória permitiu ao imperador tornar o catolicismo como religião oficial, tendo como significado o fim da Paz de Augsburgo, a abolição da liberdade de culto e o fortalecimento dos católicos ligados ao Império. (MAGNOLI, 2006)

3 “O principal motivo que levou esses protestantes se aliarem ao Imperador foi a busca da garantia dos direitos católicos e protestantes que haviam sido firmados, anteriormente, com a Paz de Augsburgo em 1555.” (MAGNOLI, 2006, p. 167)

4 Apesar de os imperadores obterem o apoio e legitimação papal, estes nunca conseguiram constituir um império centralizado e grande poderio, pois, com a Reforma Protestante de Martinho Lutero em 1519, muitos seguidores da igreja católica se converteram ao protestantismo – o que enfraqueceu o poder do Império e do Papado. (MAGNOLI, 2006)

5 A região da Boêmia havia sido o berço da reforma protestante no século XV, e posteriormente, com a Paz de Augsburgo em 1555 – que estabeleceu uma trégua entre católicos e protestantes, levou a constituição de igrejas. (MAGNOLI, 2006)

6 “s.f. Ato ou efeito de atirar algo ou alguém pela janela ou de uma varanda.” Dicionário online de Português. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/defenestracao/>>. Acesso em 31 out. 2015

Segundo Magnoli (2006), essas consequências atemorizaram os alemães protestantes assim como os países que eram nações protestantes, como a Inglaterra por exemplo. Em 1630, tropas suecas protestantes invadiram a região norte da Alemanha e, posteriormente, teriam como objetivo avançar sobre a Renânia, porém ao chegar à região as tropas foram vencidas pelo exército alemão.

Fernando II conseguiu expulsar a tropa sueca do território alemão e, então, em 1635, foi-se negociado a Paz de Praga com o Império, significando que a divisão religiosa atenuava-se. Esta Paz foi negociada entre a Saxônia luterana e Brandemburgo calvinista. (MAGNOLI, 2006).

Magnoli (206) averigua que a Guerra dos Trinta Anos desenvolveu-se em cinco fases distintas: • da Boêmia, de 1618 a 1621; • do Palatinado, de 1621 a 1624; • dinamarquesa, de 1625 a 1630; • sueca, de 1630 a 1634 e • francesa, de 1634 a 1648.

Em todas as cinco fases da guerra, cada um dos países envolvidos enfrentaram a força do Imperador Fernando II e da Espanha, além dos estados que eram aliados do Sacro Império Romano Germânico. Porém, foi na fase Francesa (1634 a 1648) que, pela primeira vez, a balança pende contra o Sacro Império e a Espanha, pois anteriormente nenhum país havia conseguido se consolidar como um país influente e poderoso, e, também foi à primeira vez que o Império Germânico e os Espanhóis sofrem derrotas. Inicialmente a França não queria se envolver diretamente na guerra e tinha como pretensão a criação de uma aliança entre o bloco do Império e Espanha e o bloco protestante. O principal objetivo era neutralizar o poder da Áustria e da Espanha – que representavam os interesses do Império.

Diante do seu interesse nacional, a França viria a defender os direitos religiosos dos protestantes alemães e, a partir de então, a guerra seria essencialmente uma disputa entre as Casas de Habsburgo da Áustria e a Casa Bourbon Francesa.

Deste modo, o que em um primeiro momento a guerra parecia ser apenas uma guerra civil alemã contra o poder do Imperador, esta se tornou uma questão internacional – sendo que o que estava em jogo era o controle da Europa Central em um contexto não apenas religioso, mas também terrestre⁷ e econômico⁸.

Mesmo com a negociação da Paz de Praga, a França, com 120 mil soldados, investiria na guerra contra a monarquia católica, pois o alinhamento como uma nação católica, junto dos protestantes foi uma decisão geopolítica por meio do Cardeal Richelieu⁹ que permitia incorporar as regiões da Alsácia e da Lorena nos

7 “Aí assistimos ao habitual jogo das potências: a guerra tinha então como consequência natural a expansão geográfica do vencedor e a retração territorial do vencido”. (MOITA, 2012, p. 24)

8 A exuberância da expansão do capitalismo mercantil europeu no século XVI levou a uma crescente disputa por interesses comerciais, especialmente ligados ao tráfico marítimo, ao controle de rotas e de fontes de arrecadação de tributos. Os Estados tornavam-se enormes máquinas fiscais, financeiras, burocráticas e militares. A guerra era o comércio por outros meios. (MAGNOLI, 2006, p. 169)

9 O Cardeal Richelieu (1585-1642) foi o primeiro-ministro do Rei da França Luís XIII. (MOITA,

interesses franceses, como ressalta Magnoli (2006). A França esperava conseguir seus territórios ambicionados, conseguir a derrota do Império Romano Germânico da Espanha - que era a maior potência internacional na época.

A partir de 1634, a guerra toma proporções estrondosas, com um pico de destruição e de despovoamento. Isso ocorreu pelo envolvimento da França na guerra, pois, com a geopolítica de Richelieu, o país usou de uma diplomacia francesa para se aliar a países como a Suécia, Holanda, Bavária e Alsácia formando um grande exército. (MAGNOLI, 2006)

Deste modo, o Sacro Império e a Espanha foram acudados pelo exército francês e de seus aliados. Como consequência, o poderio da Espanha entra em colapso, rebeliões eclodem em Catalunha e em Portugal, ocorre uma guerra civil aberta na Inglaterra, a Suécia e Dinamarca começam uma guerra que duraria dois anos.

Em 1645, as disposições para negociar uma paz se generalizam, e, finalmente, em 1648 concluiu-se a paz do conflito da Guerra dos 30 anos¹⁰. Os dois grandes países vencedores da guerra foram a França e a Suécia. A Suécia obteve significativos ganhos territoriais decorrentes da fragmentação do Sacro Império e a França se consolidou como uma nação poderosa e dominante devido ao seu predomínio hegemônico sobre os territórios ganhos e pelo controle naval e comercial europeu. (MAGNOLI, 2006)

Paz de Westfália, o Sistema Internacional e o Estado

Maquiavel teria sido o primeiro a usar, no início do século XVI, o termo “Estado” descrevendo-o como uma situação de permanente convivência e ligada a sociedade política ou Grotius que, em 1625, publica a sua obra magistral “O direito da guerra e da paz”, onde identifica os Estados como sujeitos de uma ordem jurídica. Mais tarde, já depois da Paz de Vestefália, em 1651, Thomas Hobbes desenvolve uma elaborada teoria do Estado como detentor do poder de uma determinada sociedade. (MOITA, 2012).

Com o fim da Guerra dos 30 anos, foram assinados 11 tratados que constituem e que formalizaram a Paz de Westfália. As assinaturas ocorreram em dois encontros, uma na cidade de Muster e outro em Osnabruck, proclamando uma anistia geral, concessões territoriais aos países vitoriosos da guerra, restituição e redistribuição dos bens matérias para os países envolvidos, reafirmação da Paz de Augsburgo e liberdade de culto religioso.

2012)

10 A Guerra dos 30 anos seria lembrada como a pior guerra da Europa, e como afirma o historiador Franz Mehring “semelhante destruição nunca foi suportada por nenhum grande povo civilizado. A Alemanha foi conduzida a um retrocesso de duzentos anos em seu desenvolvimento”, pois o século seguinte, após a guerra, foi um século de atraso e regressão econômica, guerras e peste, deflação e colapso monetário, queda da produção e população. (HARTUNG, 1964 *apud* MAGNOLI, 2006)

A sociedade política medieval entrou em declínio, o que determinou as características do Estado Westfaliano. Esse declínio do sistema medieval significava que os Estados não mais seriam subordinados ao poder do Imperador Fernando II e do Papa, e, agora estes seriam consolidados como uma unidade suprema e com um poder soberano – reconhecido dentro de uma delimitação territorial. Em suma, os tratados de paz de Westfália assim permitiram que os Estados territorializados e soberanos se consolidassem na nova ordem mundial¹¹. (MOITA, 2012)

A soberania¹² estatal formalizada pelas negociações da Paz outorgou ao Estado o exercício do poder soberano dentro de suas fronteiras nacionais ou o monopólio da força física sobre um determinado território. Isso significaria que o poder do Estado seria supremo, impossibilitando sua limitação por qualquer outra unidade que detivesse poder ou autoridade. (FIGUEIRA, 2011)

No âmbito interno, não haveria algum poder que pudesse concorrer com o do próprio Estado, e, no âmbito externo, não haveria nenhuma entidade acima deste, ou seja, suas ações e suas relações com os demais países do Sistema Internacional não seriam determinadas ou limitadas a não ser pelo próprio Estado soberano.

O Estado, que surgiu após o Tratado de Westfália, pode ser definido como “a sociedade soberana, surgida com a ordenação jurídica cuja finalidade é regular globalmente a vida social de determinado povo, fixo em dado território e sob um poder.” (NOGUEIRA, 1993, p. 5)

Os tratados da paz caracterizaram a documentação da existência de um Estado definido por uma unidade territorial, dotada de um poder soberano, um território e um povo. Em suma, pode-se definir o Estado como “uma organização política-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público, com governo próprio e território determinado”. (AZAMBUJA, 1941)

O sistema de Estados soberanos exigia instituições estatais dentro das fronteiras e o desaparecimento de autoridades que interferissem de fora, para que a autoridade suprema vigorasse dentro do território e tivesse independência política e integridade territorial. (PHILPOTT, 1999 *apud* JESUS, 2011, pp.567-569)

O princípio da soberania do Estado Westfaliano seria pautado, essencialmente, pela delimitação territorial, ou seja, pela definição das fronteiras. A soberania indicava que este era o poder mais alto do Estado, e, o território mostrava onde esse poder seria o mais alto. (DALLARI, 2005)

Deste modo, o que se observa é que por meio da consolidação do Estado

11 Sustenta-se em geral que a existência da sociedade internacional é desmentida em razão da anarquia, ou seja, da ausência de governo ou de regras. É óbvio que, ao contrário dos indivíduos que vivem no seu interior, os estados soberanos não estão sujeitos a um governo comum, e que neste sentido existe uma “anarquia internacional” [...]. (BULL, 2002, p. 57)

12 “Soberania significa que não há nenhum poder acima do Estado que possa determinar suas ações, ou seja, que ele tem o poder supremo dentro de seu território, não podendo interferir, portanto, nas determinações soberanas de outros Estados”. (FIGUEIRA, 2011, p. 5)

Westfaliano, o território seria indispensável para a existência do Estado, pois, o território é o espaço onde o Estado exerce o poder sobre tudo o que nele se encontra, como aponta Moita (2012). Os limites territoriais delimitam a ação soberana do Estado, sendo que a ordem jurídica estatal é a única dotada de soberania, e, por conseguinte, sem território não existiria o Estado.

NAÇÃO

Formação do Estado-Nação

Antes da criação dos Estados Soberanos, consolidados a partir da Paz de Westfália em 1648, o que determinava as ações das unidades políticas¹³ era o poder do Papado – que interferia diretamente na administração e determinação destas.

Com o fim da Guerra dos 30 anos e com a assinatura dos Tratados de Paz, o poder sofreu um deslocamento, pois, o que antes era exercido pelo Papa ou pelo Imperador, agora quem determinava as ações estatais era o próprio núcleo central, ou seja, o Estado.

A soberania estatal garantia a independência nacional, e, os cidadãos deste Estado não reconheceriam nenhuma autoridade superior a este, como aponta Novaes (2003).

Contudo, o que se observou após a criação do Estado Westfaliano é que na maioria desses Estados o sistema de governo que permeou era a “monarquia”, tendo o rei ou rainha como a representação máxima do Estado e a supremacia constitucional poderiam ser alteradas sem a participação do povo, ou seja, este acabou por anular e isolar os povos e seus direitos individuais - por exemplo, o povo não detinha o direito de escolher um governante, pois, o sistema monárquico é baseado em um governo tradicional hereditário sem necessidade de aprovação e/ou consentimento popular, assim como todas as decisões dos monarcas eram unilaterais.

O povo, titular da soberania, poderia entregá-la a um rei ou constituir um Estado [...] se o Estado não garantisse os direitos do povo transformaria o governo em tirania. Mas mesmo uma soberania usurpada e exercida com mãos de ferro, continuava tendo o povo como titular, e, então lhe caberia o direito de reivindicá-la. (NOVAES, 2003, p. 238)

Uma das características do Estado Absolutista era o isolamento do povo e a impotência de seus direitos¹⁴, por consequência, foi diante desse quadro, que a

13 Antes da Guerra dos 30 anos (1618-1648) não existia o Estado. O que havia antes eram apenas concepções filosóficas de “Estado” que apareciam em obras de Maquiavel ou Hobbes, por exemplo.

14 Ao povo apenas cabia ser parte do Estado – sem participação na vida política e contestação das decisões do Rei ou Rainha.

soberania popular foi sustentada – com base na luta contra o poder da monarquia absolutista. O conceito de “Nação” seria explorado, no século XVIII¹⁵, com o intuito de incentivar a busca pela garantia dos direitos dos povos, levando a burguesia à conquista do poder político (DALLARI, 2005). Todavia, também não havia um termo jurídico consolidado que definia a ideia de Nação, já que este era um conceito muito vago e que foi adotado pelo povo como um símbolo de reivindicações populares¹⁶.

Após a queda das monarquias, os novos governantes dos Estados passaram a utilizar a expressão

Nação¹⁷ para designar o novo Estado - já que a nação consistia na participação de todos os governados no

Estado, e, assim, foi-se consolidado o termo “Estado-Nação”. Esse novo Estado, que emergia após o “século das revoluções”, quebrou o paradigma religioso ao qual o Papado detinha o poder, e tradicionalista, cujo poder era exercido por reis e rainhas, instaurando um Estado formada por uma nação, um estado e um território.” (PEREIRA, 2008, p. 3).

Acompanhado da criação do Estado-Nação e diferente do Estado Westfaliano, a proclamação da soberania nacional viria a ser estipulada pela lei que seria a expressão da vontade coletiva dos indivíduos. Segundo Novaes (2003, p. 71), estes são definidas como “iguais por natureza, sem distinção social ou econômica”. Essa lei viria a ser posta em prática, por exemplo, com a Constituição dos Estados Unidos em 1787 e a Constituição Francesa em 1791, que, no art. 3º, declara que “a soberania estatal reside essencialmente na nação, mas que é precedido pela conservação dos direitos naturais do homem”.

Mudança no Sistema Internacional e a Ruptura do Modelo Westfaliano de Estado

O que se observa no cenário internacional, após a criação do Estado-Nação, é que o mesmo viria a passar por uma fase de turbulência conhecida como a “crise” do Estado-Nação.

Em 1799, Napoleão Bonaparte desferiu um golpe de Estado na França, apoiado pela burguesia e pelo exército francês que esperava instaurar um ambiente estável e de ordem, concedendo-lhe poderes absolutos. Após o Golpe de Estado – 18 Brumário – Napoleão tinha uma ambição que era dominar toda a Europa, pois, apenas desta maneira a França se consolidaria como um Império e, então, em 1804, Napoleão é coroado o Imperador da França pelo Papa Pio VII – sendo que a França teria de conviver, novamente, com o sistema hereditário de governo (MAGNOLI, 2006). Aos

15 Século das revoluções Americana (1776) e Francesa (1789).

16 “Era em nome da nação que se lutava contra a monarquia absoluta, dando a entender que era justo e necessário que o povo assumisse o seu próprio governo”. (DALLARI, 2005, p. 132)

17 “Nação é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns” (AZAMBUJA, 1941, p. 24)

anos que se seguiram após a coroação de Napoleão, este colocou em prática uma política expansionista, através de conquistas territoriais, além de impor um bloqueio continental para neutralizar o poder de seu principal inimigo – a Inglaterra.

Por fim, Napoleão despedaçou a ordem geopolítica internacional fundada pela Paz da Westfália que marcou o término das guerras religiosas na Europa, ao mesmo tempo em que criou o Estado Soberano. Nesse sentido, ao colocar em prática sua política expansionista do Império Francês, Napoleão desrespeitou os tratados de paz e a soberania estatal que por mais de cem anos ainda se mantinha consolidada. (MAGNOLI, 2006)

Como aponta Hobsbawn (1995), nos anos seguintes após a derrota de Napoleão em 1815 – na Batalha de Waterloo - com o início da Revolução Industrial e com a evolução do capitalismo, muitos dos Estados Europeus começaram a iniciar um processo de colonização, transformando outros países em colônias de exploração ou de povoamento. Tal fato se deu pela necessidade desses Estados desenvolvidos buscarem novos mercados que consumissem os seus produtos finais e matérias-primas que sustentassem o seu processo produtivo. (WAISBERG, 2011).

Assim, entre 1850 e 1900 a colonização atingira o seu ápice, e, a busca e necessidade por mais colônias levou, em 1914, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, incentivada pela rivalidade sobre os países europeus nacionalistas que tinham vastos domínios ultramarinos – já que cada nação via sua posição sobre risco, pois a ação colonizadora poderia transformar os Estados em grandes potências devido aos ganhos significativos com novas fontes de matérias-primas e novos mercados consumidores. (HOBBSAWN, 1995, p. 178).

Após o advento da I Guerra Mundial, a Europa precisava ser reconstruída e a paz instaurada, assim, com a criação da Liga das Nações¹⁸ e com os seus 14 pontos, o presidente norte-americano Woodrow Wilson propunha um acordo livre, amplo e imparcial, de todas as reivindicações coloniais baseadas no respeito do princípio da soberania estatal, sendo que os interesses das populações devem pesar de forma igual às demandas do governo¹⁹. (RAMINA, 2008).

Posteriormente, com o advento da II Guerra Mundial²⁰ o princípio da autodeterminação dos povos aparece na Carta do Atlântico²¹, em 1941, como instrumento de reação às invasões nazistas. Declarando que o Reino Unido e os EUA não desejavam alterações territoriais em desacordo com os desejos livremente

18 A Liga das Nações (1914-1918) foi uma organização internacional, com sede em Genebra, que tinha como objetivo manter a paz e a segurança coletiva através de mecanismos jurídicos. (SEITENFUS, 1997)

19 5º ponto de Wilson. Disponível em: <http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115152010600/depart/dcsh/h12ano/1918.pdf>

20 Tendo como estopim a ascensão do Partido Nazista de Hitler e a invasão da Polônia em 1939 pelos alemães. Anteriormente, contam-se as políticas expansionistas das potências do “Eixo” – Japão, Itália e Alemanha.

21 Disponível em: https://www.un.org/es/aboutun/history/atlantic_charter.shtml.

expressos dos povos e que se respeitavam os direitos soberanos de todos os povos ao escolher sua forma de governo. Esse princípio, também foi inserido na Carta das Nações Unidas²², em 1945, que previa o respeito ao princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, e a tomada de outras medidas apropriadas para reforçar a paz mundial. Também foi nesse mesmo ano que a Organização das Nações Unidas²³, após a ratificação da carta, se consolida. Durante a metade do século XX, a ONU reconhece os povos colonizados como detentores do direito à autodeterminação e, por conseguinte, asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. (SILVA, 2004)

O que se observa é que as políticas expansionistas de Napoleão Bonaparte e as ações colonizadoras dos países Europeus vão contra o princípio da soberania estatal estabelecida pela Paz de Westfália em 1648, ao estabelecer que nenhum poder acima do Estado pode interferir e/ou determinar suas ações. Não apenas o princípio da soberania estava sendo desrespeitado, mas também o da territorialidade – já que o território é o espaço onde o Estado exerce a sua ação soberana. (DALLARI, 2005)

Diante desse quadro, a “crise” do Estado-Nação está vinculada a sua soberania territorial, pois o que se observa é que antes desse Estado, o princípio da soberania estatal estava vinculado a sua delimitação territorial. Entretanto, no início do século XIX esse princípio começa a declinar; sendo reforçado, posteriormente, com a criação do princípio da autodeterminação dos povos.

Através da análise da “crise” do Estado-Nação é possível explicar que a afirmação da soberania estatal não mais está legitimada pela sua territorialidade, e, que a identidade nacional é uma dinâmica que implica em uma soberania consolidada. Nações que se identificam por um grupo comum passam a se consolidar, não como um Estado, mas uma nação autodeterminada e soberana. Essa crise acabou por reduzir o papel do Estado nas Relações Internacionais, já que essas nações estão se inserindo no sistema internacional através do respeito de seus valores de identidade nacional, cultural e étnica.

Os reflexos nas colônias da América Latina

Com os descobrimentos das Américas, no fim do século XV e início do século XVI, as terras do “novo mundo” viriam a ser colonizadas por potências da época – como Espanha e Portugal – muito por conta das mudanças que estavam ascendendo no mundo, como a transição do feudalismo²⁴ para o capitalismo.

22 Disponível em: <http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>.

23 No mesmo ano, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações, após fracassar, encerra suas atividades e é substituída pela ONU.

24 A organização social feudal caracterizava-se pela existência de pequenos produtores rurais (camponeses) atrelados à normas servis, e por pequenos produtores urbanos (artesãos) atrelados à normas corporativas. A crise do feudalismo afrouxou as amarras dos laços servis e das normas corporativas, tornando o substrato social sob o qual agiu o capital comercial repleto de pequenos produtores

Uma das características deste processo de transição é a crescente mercantilização, ou seja, uma expansão generalizada do capital comercial financiado pelos Estados, agora unificados e detentores do poder financeiro, político e territorial, que rompem os limites desse capital comercial em território europeu e que, por conseguinte, resulta em uma expansão marítima que virá a caracterizar o sistema colonial. (CUNHA, 2012)

No que diz respeito aos processos de colonização este pode ser feito de dois modos: colônia de povoamento e colônia de exploração – que respectivamente podem ser caracterizados por um povoamento que gera uma economia autônoma e/ou nação desenvolvida, ao abastecer e desenvolver o mercado interno, e a colônia de exploração que gera uma economia subordinada e/ou nação subdesenvolvida, que deve abastecer a metrópole. (MENDES, 2013)

O que se observa na América Latina é que o processo de colonização fora de caráter exploratório, ou seja, as colônias eram de exploração. Ora, se levado em conta o contexto da época, a concorrência mercantil se dava pela atividade comercial, o que levava aos países demandantes de matérias-primas a buscarem novas fontes que abastecessem a metrópole.

Assim, com as expedições, no fim do século XV, que descobriram o “novo mundo”, a Espanha viu não apenas a oportunidade de expandir as fronteiras do domínio espanhol com a tentativa de obter lucros e ganhos comerciais ao império, mas também sua religião cristã – e sem qualquer oposição dos demais países europeus, visto que as Bulas Papais prometiam as novas terras à Espanha. (GOMES, 2006)

Portugal não viria a ficar de fora dessa corrida mercantilista, e assim, o país investiria na busca por colônias que ultrapassassem os domínios portugueses. Ora, Portugal era uma potência econômica durante o século XV, e com o desenvolvimento das relações capitalistas – advindas da transição feudal para o capitalismo – estes sentindo tais mudanças não poderiam ficar estagnados, e, sem questionar e aproveitando de suas técnicas avançadas de navegação, Portugal inicia sua corrida mercantilista, buscando metais preciosos, matérias-primas e atividades comerciais lucrativas, rumo as terras recém-descobertas na América. (OLIVEIRA, 2008).

Em 1648, mesmo com a criação do Estado Westfaliano, que legitimou a soberania estatal dentro das limitações geográficas, agora delimitadas, o processo de colonização não fora abolido, pois mesmo que o Estado fosse definido por uma unidade territorial, um poder soberano e um povo, este último não viria a ter uma participação na vida política estatal e nem o poder de interferir nas decisões do mesmo – já que o sistema de governo que permeou o Estado Westfaliano fora a monarquia, ou seja, um governo tradicionalista e hierárquico que isolava ou anulava a soberania popular.

independentes, mais suscetíveis a ação dissolvente do comércio. (CUNHA, 2012, p. 16)

Deste modo, a América Latina ainda ficaria atrelada aos interesses das grandes metrópoles e da monarquia, mesmo após mais de cem anos da Paz de Westfália. Entretanto, quatro fatos, no século XVIII (Era das Revoluções; Criação do Estado-nação; Guerras Napoleônicas e o Congresso de Viena), viriam a mudar este cenário e trazer grandes mudanças, principalmente para os países latino-americanos, e que seriam sentidas quase em escala mundial:

Mais uma vez os tratados de paz de Westfália seriam evocados com o objetivo de quebrar o paradigma Estatal da época, assim como a queda das monarquias que seriam feitas por meio da vontade popular, ou seja, se o Estado deveria regular a vida social de um determinado povo, e o povo estava insatisfeito com a administração estatal, este, então, teria o direito de reivindicar seus anseios e direitos – que naquele período, mais do que buscar uma melhora nas condições de vida, tinha como objetivo a reivindicação da instauração de uma identidade nacional, soberana e respeitada. (NOVAES, 2003)

Ora, o efeito dominó, sentido a partir da evocação dos tratados de paz de Westfália, no século XVIII, teve como consequências: a Era das Revoluções, a qual as nações inspiradas pelas ideias iluministas²⁵ buscam destituir a monarquia do poder; a criação do Estado-nação, que consistia na participação democrática de todos os governados na vida política estatal; as Guerras Napoleônicas que abalaram a ordem geopolítica internacional por meio da política expansionista; e, por fim, o Congresso de Viena que tinha como objetivo restaurar o antigo regime monárquico nas nações dominadas por Napoleão e redesenhar o mapa da Europa. (RAMOS, 2012).

Na América Latina, o sentimento de buscar uma soberania popular por meio da instauração de um Estado-nação, forte e independente, também se fazia presente, e até o início do século XIX, com as Guerras Napoleônicas, tal objetivo foi se afluando cada vez mais, porém as potências espanhola e portuguesa que dominavam o “novo mundo” eram muito fortes e, sendo colônias de exploração, a nação muito fraca – o que levava os movimentos revolucionários logo a serem suprimidos. (MADER, 2008)

Foi preciso esperar pela derrota de Napoleão, em 1815, e a criação do Congresso de Viena, no mesmo ano, para que a América Latina pudesse finalmente obter sua oportunidade de instaurar uma identidade nacional, por meio das ondas revolucionárias de independência.

Após a derrota de Napoleão, os países europeus estavam preocupados com uma possível ameaça, comparada as Guerras Napoleônicas, que pudesse

²⁵ Os iluministas caracterizavam-se pela importância que davam à razão. Reconheciam que somente por meio do racionalismo, afirmavam ser possível compreender perfeitamente os fenômenos naturais e sociais. Defendiam a democracia, o liberalismo econômico e a liberdade religiosa e de pensamento. Na verdade, o Iluminismo foi um processo longo do qual as transformações culturais então iniciadas influenciaram importantes movimentos que resultaram na Independência Americana, na Inconfidência Mineira e na Revolução Francesa. (SILVA, 2011, p. 122-123)

acontecer no sistema internacional, e, sem condições de iniciar outra guerra, iniciou-se um movimento contrarrevolucionário que envolvesse pretensões hegemônicas, mas sobretudo aquelas nações que haviam participado na coalização contra os franceses. Deste modo, as principais potências europeias viriam a se reunir em Viena, no ano de 1814, para decidir um novo arranjo de poder que viria a nortear as relações internacionais e que comporia o Congresso de Viena, que duraria até 1815. (RAMOS, 2012)

Os acordos duradouros do Congresso de Viena tiveram por base o equilíbrio entre as cinco principais potências europeias: Reino Unido (nome do Estado monárquico inglês após a incorporação da Irlanda do Norte, em 1800), Áustria, Rússia, Prússia e França [...] No fim dos acordos, a segurança coletiva estava baseada no equilíbrio entre as potências [...]. (LAIDLER, 2013, p. 7).

A Rússia, Áustria, Prússia, Espanha e Portugal, que compartilhavam um caráter conservador do regime monárquico, formaram um movimento conhecido como “Santa Aliança” com o objetivo de pressionar o congresso a reimplantar o absolutismo derrubado pelas invasões Napoleônicas – além de intervir em países cujos movimentos revolucionários e/ou do iluminismo pudessem ascender, o que na prática representava uma manutenção e controle das colônias portuguesas e espanholas na América Latina. (RAMOS, 2012)

A Grã-Bretanha exerceu pressão contrária à restauração do absolutismo, já que o país estava no auge da Revolução Industrial precisando de novos mercados e fontes de matérias-primas, propondo o “Pacto da Quádrupla Aliança”, na qual cada potência deveria voltar a possuir os mesmos limites que tivera antes de 1789. O mapa da Europa e da América acabou sendo redesenhado, forjando um equilíbrio entre as principais potências europeias, formalizando, pela primeira vez desde a Guerra dos 30 anos, um entendimento entre as nações em favor da manutenção da paz. (RAMOS, 2012). Com relação ao resultado do Congresso de Viena, Laidler explicita: “eis a obra de Viena, que garantiu o equilíbrio e manteve a paz, ao menos relativa, entre as potências até a Grande Guerra.” (MAGNOLI, 2008 *apud* LAIDLER, 2013, p. 8).

A América Latina viria a sofrer um reflexo do Congresso de Viena, no que diz respeito a busca pela independência das colônias latino-americanas – incentivados pelo nacionalismo e unificação das potências europeias, no que diz respeito à soberania territorial e identidade nacional. (RAMOS, 2015).

Ora, desde o fim da Guerra dos 30 anos e a proclamação da Paz de Westfália, a Espanha perdeu seu status de potência hegemônica, e com a Era das Revoluções, despertava no cenário interno das colônias um sentimento nacionalista e de independência, mas que logo seria suprimido pela metrópole. Com as Guerras Napoleônicas, e a invasão a Espanha, o país logo ficaria fragilizado internamente e

externamente, o que abria cada vez mais a possibilidade de ondas revolucionárias. Temendo o fim do controle da metrópole, a Espanha acaba por estimular a “Santa Aliança” como uma forma de conter tais movimentos, todavia, mesmo após o Congresso de Viena, o país estava fragilizado e sem forças de interferir nas colônias, que somado com a pressão inglesa pela independência da América, não mais seria possível conter os movimentos de independência.

Fomentado pela Grã-Bretanha e gozando da proteção da chamada Doutrina Monroe, impetrada pelo presidente norte-americano James Monroe, cujo lema era “a América para os americanos”, pela qual seria considerada uma ação hostil aos Estados Unidos da América qualquer tentativa de recolonizar a América Latina. Começaram a pipocar movimentos de ordem liberal pelas colônias espanholas, conduzindo a uma série de lutas que culminaram com vários processos de independência que esfacelaram o antigo Império Colonial da Espanha em diversos Estados soberanos. (RAMOS, 2015, p.6).

Com relação ao Brasil²⁶, a presença do príncipe regente tinha elevado a colônia à categoria de Reino Unido, o que traria como consequência uma situação complicada, visto que a Revolução do Porto²⁷ exigia o retorno do rei a Portugal, devido às relações estabelecidas entre portugueses e ingleses; e que acabaria criando uma nação soberana, formada por colonos, governada por um príncipe de Portugal – que garantia uma unidade territorial da ex-colônia. (RAMOS, 2012)

Neste ano de 1810, surpreendentemente, os movimentos de independência se manifestaram na América Hispânica com enorme velocidade e assombrosa simultaneidade, do México, no vice-reino da Nova Espanha, a Buenos Aires, no vice-reino do Rio da Prata. Apesar das dificuldades de comunicação e das imensas distâncias físicas, esta sincronização revelava não só ecos dos acontecimentos externos, mas também o surgimento no interior da elite colonial de diversos, e muitas vezes contraditórios, posicionamentos e projetos políticos que visavam responder aos desafios impostos por este contexto político. (MADER, 2008, p. 226).

Assim sendo, as discussões internacionais que ora eram movidas pelo liberalismo, advindo da Era das Revoluções e da Grã-Bretanha, e ora conservador, da “Santa Aliança” no Congresso de Viena, as potências europeias estavam preocupadas em manter o Antigo Regime e ao mesmo tempo manter a paz na Europa, e, assim, essas discussões divergentes acabariam por estimular as independências na América Latina. (RAMOS, 2012).

26 Convém ressaltar que o Brasil sofreu forte influência da Revolução Francesa de 1789 e das ideias iluministas, com o episódio conhecido como “Inconfidência Mineira” que tinha como causa a luta do povo brasileiro contra a monarquia portuguesa, mas que logo foi suprimida e contida.

27 Também em 1820, Portugal assistiu surgir um movimento de cunho liberal que ameaçou proclamar a república, a chamada Revolução do Porto, a qual exigiu o retorno de D. João VI, então no Reino Unido, a terra mãe, dissolvendo o problema com a chegada do monarca ao reino, culminando com a independência do Brasil. (RAMOS, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o cenário internacional no século XVII, com a assinatura dos 11 tratados de paz que culminaram no fim da Guerra dos Trinta Anos e formalizaram a Paz de Westfália em 1648, é permitido constatar a criação e consolidação daquilo que se entende por “Estado” na contemporaneidade. Todavia, o Estado Westfaliano não viria a ser a única concepção de Estado criada nos séculos seguintes.

Ao se formalizar pelas negociações de Paz, o Estado Westfaliano ganhou seu espaço no sistema internacional ao se consolidar como soberano dentro de suas fronteiras nacionais delimitadas – sem nenhuma autoridade acima deste. Entretanto os interesses estatais não seriam dirigidos pelo povo, assim, embora a ideia de “Estado” esteja ligada a um ideal mais democrático, a monarquia seria a forma de governo instaurada. O povo se sentia excluído ou isolado do Estado, e, diante desse quadro a ideia de “Nação” foi sustentada, criada e sujeitada à soberania popular contra o sistema monárquico, ou seja, tinha-se como propósito criar um Estado-nação por meio da vontade do povo.

Convém notar que a monarquia não iria apenas se deixar perecer pela demanda popular. Estes procuraram um meio de resistência com o objetivo de se reafirmarem como os legítimos governantes do Estado – já que a monarquia vivia por um sistema tradicional e hierárquico de governo. Partilhado esses interesses comuns da “Nação” contra os interesses da monarquia, o século XVIII ficaria conhecido como “Era das Revoluções”.

Em suma, o principal motivo que justificava a “Era das Revoluções” era a disseminação de uma democracia estatal que só seria instaurada a partir do momento que o povo pudesse participar ativamente das instâncias e das atividades políticas do Estado. Contudo, uma busca por maior participação popular no Estado poderia ser o principal motivo da revolução, mas não seria o único. A pequena burguesia, além de não poder participar do Estado, tinha uma condição de vida, providenciada pela monarquia, extremamente precária e de alto custo, além de pagar altos impostos, exercer a religião escolhida pela monarquia e viver na miséria.

Após a queda das monarquias no século XVIII, consolidou-se o Estado-nação contemporâneo, que tinha em sua essência um Estado cuja ideia se dissemina pelo mundo e vai encontrar esteio do outro lado do atlântico. Porém, na França, seu berço, o novo Estado não teria um longo prazo, pois, no final do mesmo século, o mundo viria a observar a ascensão de Napoleão Bonaparte e o Estado-Nação viria a entrar em “crise”. Mais do que isso, os temores do povo contra um Estado absoluto que abalaria a estabilidade política e social – duramente conquistada anteriormente com as revoluções – estaria por se concretizar. Desferindo uma política expansionista, com o objetivo de transformar a França em uma grande nação, Napoleão acabaria

por desrespeitar os princípios da Paz de Westfália ao ferir a soberania estatal, e, abalaria a ordem internacional.

Mais do que delimitar as fronteiras, os tratados de paz também estabeleceram que a soberania estatal deveria ser respeitada e cumprida, porém, após a criação do Estado-nação, o foco seria pautado não apenas na territorialização do Estado, mas também na identidade nacional, soberana e independente. Assim, a Revolução Francesa, que fora oriunda dessa busca pela soberania popular e identidade francesa, e a busca da independência dos Estados Unidos, promulgaria seus ideais, principalmente na América Latina ao impulsionar a retomada das ondas revolucionárias de independência. Deste modo, pode-se observar que os reflexos da Paz de Westfália, na América Latina, tem reflexo direto no que diz respeito a identidade nacional latino-americana – que a anos já vivia sobre o regime monárquico como colônia. Então, observa-se na região vários movimentos que buscaram a libertação e a independência desses países, sendo que tais reivindicações não teriam sido levadas adiante se os princípios da soberania estatal, que posteriormente culminou na formação do Estado-nação, não tivessem sido pleiteados pela vontade popular.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, D. **Teoria geral do estado**. Editora Globo. 4 ed. Porto Alegre, 1941.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Trad. Sérgio Bath (1ª. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CUNHA, A. M. **A Colonização e o Desenvolvimento Capitalista do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publonline/textosdidaticos/textodid14.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DALLARI, D. de. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FIGUEIRA, A. D. **Introdução à análise de política externa**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONZALEZ, J. L. **A era dos dogmas e das dúvidas**: uma história ilustrada do cristianismo. V. 8. Editorial Caribe, Miama, Florida, EUA, 1984.

FILHO, A. A. dos. S. **Estado, globalização e gestão pública**: desafios para a construção de uma governabilidade democrática. Revista Eletrônica da Amatra XX, Aracaju, n. 26, JANEIRO-MARÇO 2011. Disponível em: <http://www.amatra20.org.br/amatravi/artigos.wsp?tmp_codartigo=1271>. Acesso em: 11/10/2015.

FILHO, M. T. F. **História e razão do paradigma vestefaliano**. Revista de direito constitucional e internacional, São Paulo, SP: Ed. Revista dos Tribunais, v. 15, n. 58, jan./mar. 2007, p. 314-334.

GOMES, R. A. **“COM QUE DIREITO?”**: análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda- Valladolid, 1550 e 1551. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado) – PUC-MG/Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte. 2006.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**: o breve século xx: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita.

Revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, D. S. V. de. **O baile do monstro**: o mito da Paz de Vestfália na história das relações internacionais modernas. *Dimensões*, v. 26, 2011, p. 273-287. ISSN: 2179-8869. Inst. de Rel. Internacionais/Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro, 2011.

LAILER, C. V. **História das relações internacionais no mundo contemporâneo**: a questão da segurança coletiva. *Cadernos de Pesquisa em Ciência Política*. Universidade Federal do Piauí. v. 2, n. 1, dez. 2013.

MADER, M. E. N. de Sá. **Revoluções de independência na América Hispânica**: uma reflexão historiográfica. *Revista de História*. n. 159, p. 225-241. São Paulo, dez. 2008.

MAGNOLI, D. **História das guerras**. História. 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MAGNOLI, D. **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. Demétrio Magnoli, (org). – 2. Edição. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, C. M. M. **Um estudo sobre a relação entre Caio Prado Júnior e Fernando A. Novais**. *Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 35, n. 2, p. 189-199, jul-dez., 2013.

MOITA, L. **Uma releitura crítica do consenso em torno do sistema vestefaliano**. ISSN: 1647-7251. v. 3, n.º 2. pp. 17-43, out., 2012.

NOVAES, A. **A crise do estado-nação**. ISBN 85-200-0655-8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, M. L. **Os efeitos da colonização na construção da identidade do povo Nordestino**. *Revista de Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. v. 9. n. 24, set-out. 2008. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pd_st14/marlon_st14.pdf> Acesso em: 03 jul. 2016.

PEREIRA, L. C. B. **Nação, estado e estado-nação**. EESP/FGV 157. 2008.

RAMINA, Larissa Liz Odreski. **O princípio da autodeterminação dos povos e seus paradoxos**: a aplicação na guerra do Cáucaso de 2008. In: Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 2010. Anais XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza: p. 3692-3706, 2010.

RAMOS, F. P. **O Congresso de Viena e o concerto europeu: 1815-1878**. *Revista Para entender a história*. ISSN: 2179-4111. a 3, v. abr. Série 01/04, p.01-11, 2012.

RAMOS, F. P. **O sistema Westfaliano e as relações internacionais na Europa**. *Para entender a história*. ISSN: 2179-4111. a. 6, v. jul. Série 04/07, p.01-09, 2015.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, F. F. da. **Direito Internacional e consolidação democrática**. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 3, jan./jun., 2004, p. 482. Disponível em: <<http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/search/titles?searchPage=2>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SILVA, R. de A. V e. **Os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade na prática democrática**: entre Rousseau e Habermas. *Revista Lumen et Virtus*, v. 2, n. 4, p. 121-133. mai. 2011.

WAISBERG, T. **Do reconhecimento de Estado e de governo no direito Internacional**: considerações sobre a evolução do tema na jurisprudência e prática internacional. *Boletim Meridiano* 47, vol 12, n. 127, set-out, 2011. Disponível em:<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4640>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

OS TERENA DE MATO GROSSO DO SUL E A CARTEIRINHA DA FUNAI: DE SIGNO MATERIAL DA TUTELA À RESSIGNIFICAÇÃO

Patrik Adam Alves Pinto

Programa de Pós Graduação em Antropologia
Social/Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul
Campo Grande - MS

Victor Ferri Mauro

Programa de Pós Graduação em Antropologia
Social/Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul
Campo Grande - MS

RESUMO: O presente texto pretende realizar um breve percurso histórico, enfocando a relação dos Terena de Mato Grosso do Sul com os aparatos de poder estatal, representados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, por sua substituta, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para pensar a questão da tutela operada localmente. Esse percurso servirá para abordar a relação que esses indígenas mantêm com a chamada Carteirainha da FUNAI, documento não oficial outrora emitido pela Fundação Nacional do Índio em Mato Grosso do Sul, tomada aqui como um símbolo material da tutela, por um lado, e também como ferramenta de identificação étnica apropriada pelos indígenas de maneira ressignificada.

PALAVRAS-CHAVE: Ressignificação; Afirmação identitária; Tutela; Carteirainha da

FUNAI

MATO GROSSO DO SUL TERENA PEOPLE
AND CARTEIRINHA DA FUNAI: FROM LEGAL
GUARDIANSHIP MATERIAL SIGNAL TO
RESIGNIFICATION

ABSTRACT: This text intends to make a brief historical approach focusing on the Mato Grosso do Sul Terena people's relationship with the state power equipment which was represented by Serviço de Proteção ao Índio (SPI) and later on by its substitute Fundação Nacional do Índio (FUNAI), considering the issue of the local operated legal guardianship. This approach will serve to discuss the relationship that this indigenous people have with the so-called Carteirainha da FUNAI, an unofficial document previously provided by FUNAI in Mato Grosso do Sul, a document taken here as a material symbol of legal guardianship, on one hand, and as well as an ethnic identification tool appropriated by this indigenous people in a ressignified way.

KEYWORDS: Resignification; Ethnic affirmation; Legal guardianship; Carteirainha da FUNAI

1 | OS TERENA E O ESTADO

Em seu clássico livro *Do Índio ao Bugre*,

Roberto Cardoso de Oliveira nos apresenta um substancioso estudo sobre os Terena, população Guaná Chané, falantes mais meridionais de língua da família Aruak, cuja presença no território do atual Mato Grosso do Sul remonta ao século XVIII, quando teriam atravessado em vários fluxos migracionais o rio Paraguai, oriundos do chaco paraguaio, da localidade conhecida em seu idioma por *Exiva*, e se fixado na região banhada pelo rio Miranda (OLIVEIRA, 1976, p. 26). Já nas primeiras páginas da obra, são descritos como um grupo indígena que, até então, havia despertado pouco interesse ao escrutínio da Antropologia, conforme afirma Darcy Ribeiro no Prefácio à primeira edição da obra, publicada em 1959. Segundo Ribeiro, a falta de interesse se dava por se tratarem de “índios, assim, tão pouco indígenas” (RIBEIRO apud OLIVEIRA, 1976, p. 13).

Se, nos dias atuais, a colocação certamente soa anacrônica, por associar o *ser índio* a uma concepção essencialista, um status que estaria passível de ser perdido, *deixar de ser índio*, caso certas condições arbitrárias – não por acaso, sempre arbitradas pelo colonizador – não sejam cumpridas, por outro lado, ela pode também nos ajudar a enfocar questões bastante funcionais para o entendimento do *ser Terena* e, sobremaneira, do afirmar-se Terena frente aos *purutuya* (“branco”, “não indígena”, na língua Terena). Questões, essas, que estão imbricadas às formas de resistência desenvolvidas por esses sujeitos frente às políticas de controle exercidas sobre eles pelos aparelhos estatais, representados quase exclusivamente ao longo da maior parte do século XX pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois por sua substituta, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), verdadeiras agências do poder tutelar (SOUZA LIMA, 2014), que permaneceu vigente até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

É sobre essa relação de resistência por parte dos Terena, engendrada por meio de uma aparente adesão ao projeto assimilacionista, que norteou os discursos indigenistas oficiais até há pouco mais de três décadas, uma relação sempre cuidadosamente negociada por eles com os agentes exercedores do poder tutelar, que este texto pretende esboçar uma breve reflexão, com foco em um objeto específico, que pode ser visto como um signo material da tutela, a Carteirinha da FUNAI.

Façamos primeiramente um retrospecto para contextualizar o histórico do contato dessa população com os colonizadores.

No período anterior à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), os grupos Aruak habitantes da região do atual Mato Grosso do Sul eram compostos, além dos Terena, pelos Kinikinau, Laiana e Echoaladi. Este último grupo não foi mais registrado na literatura após o término do grande conflito; dos Laiana, restam ainda alguns indivíduos que se autodeclaram como membros da etnia nas aldeias do município de Miranda; os Kinikinau, vítimas de um processo *sui generis* de invisibilização étnica,

que não cabe ser tratado aqui dada a sua complexidade, foram declarados extintos por décadas, adquirindo voz política novamente apenas nos primeiros anos deste século. Os Terena foram e são, portanto, o mais representativo dos grupos de língua Aruak no Mato Grosso do Sul, com quem o SPI e a FUNAI negociaram e executaram políticas tutelares bastante específicas.

Oliveira e Pereira (2007) explicam em seu artigo *Duas no pé e uma na bunda* o fenômeno de “terenização” que os outros grupos Guaná Chané da região sofreram, dadas às condições a que se viram submetidos no pós guerra. O nome aparentemente jocoso do texto, segundo os autores, deve-se à explicação ouvida de um líder Terena, já idoso, a respeito do tratamento dispensado pelo governo imperial aos homens da etnia que lutaram junto ao exército brasileiro na guerra. Nas palavras do ancião, a única coisa dada aos Terena como recompensa por combaterem foram três botinas, “duas no pé e uma na bunda”. Com uma carga de comicidade na superfície, a sentença aponta para as consequências nada risíveis decorrentes do processo de desterritorialização sofrido por essas populações durante e depois da Guerra da Tríplice Aliança:

Após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança o contato dos grupos Guaná-Chané com as frentes de expansão econômica impôs a eles um acelerado processo de desterritorialização. Eles perderam os espaços nos quais radicavam suas aldeias de acordo com suas distintividades étnicas. A partir daí passaram a viver como famílias agregadas de fazendas que se instalaram na região, na condição por eles denominada de “cativeiro” e regionalmente conhecida como “camaradagem”. Esta situação impôs a diluição dos signos de diferenciação étnica entre diferentes grupos Guaná-Chané, fazendo emergir a categoria englobante denominada Terena (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007, p. 7).

Fica evidente, dessa forma, que o grande marco inicial para se pensar a relação do Estado Brasileiro com a população Terena foi a Guerra da Tríplice Aliança. É o empreendimento bélico, com o recrutamento de milhares de soldados entre os indígenas, a destruição e o deslocamento forçado de aldeias e povoados inteiros, a redefinição das fronteiras e o afluxo migratório após o conflito, que funda um novo território a ser explorado e colonizado, um novo pedaço de Brasil a ser tornado parte da nação. Roberto Cardoso de Oliveira acentua o significado desse novo arranjo sociopolítico para os Terena:

A participação dos Terena na política regional ou nacional marcou seu início em 1864, quando tiveram que entrar no conflito Brasil-Paraguai, como aliados das forças do Império e na defesa de suas aldeias invadidas e saqueadas pelas tropas de Solano Lopez. Essa data assinala provavelmente o nascimento de uma consciência política em seu sentido mais elementar, como o apercebimento da existência de uma categoria mais ampla, chamada Nação Brasileira, a que passavam a pertencer compulsoriamente, com muitos deveres e sem nenhum direito (OLIVEIRA, 1976, p. 122).

A Guerra deixou para a região, além da dimensão da tragédia humana, sentida sobretudo do lado paraguaio, o legado da alteração inexorável de seus espaços geográficos, com a inserção das recém-conquistadas terras em um mapa que, em breve, seria o do Brasil republicano e a consequente geração de demanda por políticas de povoamento, gestão e controle sobre esses territórios para assegurar a sua posse e exploração econômica.

Somado a isso, a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 19 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854) havia decretado como terras devolutas, ou seja, livres para serem vendidas a particulares, muitas porções territoriais de ocupação tradicional indígena onde não houvesse mais aldeamentos. Expulsos de suas aldeias pelos desdobramentos da guerra, os Terena ficaram impossibilitados, em muitos casos, de retornarem aos seus locais de origem após o término do conflito, pois esses já se encontravam sob a posse de novos donos, que ali começavam a estabelecer as suas fazendas, favorecidos pela Lei de Terras. Os indígenas se viram obrigados, então, a trabalhar para os recém-chegados colonos, não raro em regime análogo à escravidão. Esse período de dispersamento e trabalho servil é conhecido como o Tempo do Cativo, que perduraria até a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que depois seria transformado no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (BITTENCOURT & LADEIRA, 2000).

Efetando um salto temporal, vamos desembocar em 1910, ano da fundação do SPILTN, instalado no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), instaurado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, e inaugurado solenemente no dia 07 de setembro daquele mesmo ano. É preciso entender o movimento de criação do Serviço como fruto de uma rede de ações articuladas pelos segmentos de proprietários rurais que se encontravam à frente do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tratavam-se, sobretudo, de produtores com menor poder político em relação aos grandes cafeicultores do eixo São Paulo – Minas, que se organizaram em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), entidade privada, fundada em 1897, na capital da República, e que passaria a ser a principal fomentadora da negociação política que gerou a instalação do MAIC, em 1906.

Conjuntamente à atuação da SNA, teve papel igualmente de protagonismo o Apostolado Positivista do Brasil, organização de cunho positivista ortodoxo, com influente penetração no Exército, da qual era membro de relevo o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, à época ainda tenente-coronel, figura epítome para a compreensão dos esforços estatais de adentramento e colonização do território neste período. A importância de Rondon para a articulação de tais empreendimentos dificilmente pode ser exagerada, a ponto de a Comissão Construtora de Linhas

Telegráficas de Mato Grosso ser mais conhecida por Comissão Rondon do que pelo seu nome oficial.

A Comissão, criada em 1900, expressou um movimento complementar ao que viria a ser o SPILTN, realizando o que se entendia à época como um grande *esforço civilizacional* das terras ainda *selvagens* do interior do país, tendo nos engenheiros militares ligados a Rondon os agentes metaforicamente responsáveis pela domesticação dos territórios e das gentes ainda não integradas à *civilização* e à *pátria*. Com a instalação das linhas telegráficas pretendia-se levar a cabo a pacificação dos sertões, por meio mais da abertura, ainda que precária, de vias que permitissem a construção das linhas do que pela sua alegada finalidade, a integração do vasto território pela comunicação a distância.

Compreendendo o interior do país como um vasto espaço vazio, em branco, habitado por populações ainda “arredias à civilização”, que representavam barreiras ou limites ao avanço da República, os engenheiros militares ligados à Comissão Rondon defendiam a necessidade de ocupar esses espaços vazios e dilatar as “fronteiras da Pátria” como um dever do Estado a ser conduzido pelo Exército, as “forças armadas da nação” (MACIEL, 1999, p.168).

Maciel argumenta que o empreendimento desbravador da Comissão operou não tanto no campo da geografia física, uma vez que grandes porções desses interiores seguiram por décadas ainda pouco tocadas pela colonização, mas realizou, na verdade, uma profunda operação simbólica de dominação através da *nominação* e *invenção* de um novo território ainda desconhecido e que, portanto, precisava ser dado a conhecer e explorar.

Na verdade, muitas dessas “descobertas” não passavam de uma “troca” de nomes, expropriando também por essa via as populações indígenas e interioranas de um conhecimento sobre a região e da posse sobre seus territórios [...] Apagavam-se, deliberadamente, a memória e os vestígios dos vínculos culturais dessas populações com seu antigo território, construindo mapas nos quais as terras “descobertas” já figuravam com os novos nomes (MACIEL, 1999, p. 172).

Pode-se enxergar com clareza nesses procedimentos os sentidos do poder tutelar, que seria regulamentado pelo Código Civil de 1916, conferindo capacidade civil relativa aos indígenas. Assim, os povos originários eram colocados como sujeitos destituídos de autonomia para gerir a própria existência. Para além disso, é lícito argumentar que tal tratamento foi o princípio norteador da ação dos agentes representantes do Estado sobre todos esses territórios e populações considerados incivilizados, em um estágio que poderia ser descrito como uma infância do progresso, demandando a interferência pedagógica daqueles sujeitos que se acreditavam verdadeiros embaixadores da civilização.

Souza Lima descreve a ação tutelar oficial exercida sobre os povos indígenas

como “o exercício de poder de Estado sobre espaços (geográficos, sociais, simbólicos), que atua através da identificação, nomeação e delimitação de segmentos sociais tomados como destituídos de capacidades plenas necessárias à vida cívica” (SOUZA LIMA, 2012, p. 784). Configura-se, desse modo, como um poder que visa a *administrar e disciplinar* populações consideradas, em alguma medida, incapazes de conduzir por conta própria os rumos de seu destino, de suas interações com outros agentes que compõem o quadro mais abrangente de uma sociedade, com o objetivo de construir um apagamento das tensões presentes nessas relações por meio da *pacificação* daqueles que, de outra maneira, poderiam oferecer riscos aos projetos uniformizadores que as narrativas de formação e manutenção de identidade nacional pressupõem.

O *poder tutelar* é um exercício de poder desenvolvido frente às populações indígenas, por um aparelho de governo instituído sob a justificativa de *pacificar* zonas de conflito entre nativos e não-nativos (imigrantes ou brasileiros), logo, de promover uma dada “paz social”. Supõe e implica a atribuição da capacidade civil relativa a estas populações e a necessária tutela jurídica por parte do Estado. Implantá-lo demandou criar e expandir, em efetivo numérico e em termos de espaço abrangido, segmentos administrativos também específicos, dispostos sob forma de uma malha governamental concebida como de espectro *nacional* (SOUZA LIMA, 2002, p. 14).

Embora a justificativa do estatuto tutelar coloque em primeiro plano um alegado caráter protetivo em relação a esses supostos *incapazes*, este poder, ao longo da história do aparato estatal brasileiro, em suas diferentes configurações, funcionou como uma ferramenta de subalternização dos povos indígenas, sempre tratados pelo colonizador como entes inferiores, ora julgados como *puros e infantis*, ora como *selvagens*, conforme pontua o autor:

O exercício real e cotidiano de tal poder conduz na direção oposta: numa certa dimensão, o ato de tutelar implica estabelecer vínculos próximos aos do clientelismo e da patronagem, à exceção de que na relação tutelar, menos que uma relação diádica e de matiz extremamente pessoalizado, o Estado como ideia, e por vezes como rede de agências interdependentes, é um mediador fundamental, um *tertius* necessário ao estabelecimento desse vínculo de submissão/proteção (SOUZA LIMA, 2012, p. 784-785).

No caso específico dos Terena, o advento do SPILTIN, transformado em 1918 em Serviço de Proteção ao Índio (SPI), trouxe o fim do citado Tempo do Cativo, promovendo o aldeamento da população, por meio da criação dos Postos Indígenas e de áreas de reserva, e passando a funcionar como um regulador das relações entre indígenas e não indígenas.

O regime tutelar materializado no SPI era uma solução para a questão legada pelo período “colonial” (a da gestão dos antigos povos colonizados), uma solução que visava aproveitar tais povos no processo de acumulação capitalista em um lugar

Da servidão à tutela estatal, os Terena, graças ao seu *ethos* dotado de um forte senso de *etiqueta* e *civilidade* (PEREIRA, 2009), viriam a ser considerados um caso exemplar de sucesso no quadro do projeto assimilacionista perpetrado pelo SPI e, posteriormente, pela FUNAI, justamente por serem os “índios, assim, tão pouco indígenas”, como os qualificou Darcy Ribeiro, dando a impressão ao olhar colonizador de um ajustamento ao *progresso*, de um caminhar tranquilo rumo à *civilização*. Por seu caráter colaborativo e sua competência agrícola, grupos de Terena foram levados para a Reserva de Dourados, no sul de Mato Grosso do Sul, e para a Terra Indígena Araribá, no estado de São Paulo, com o objetivo de ajudar a *civilizar* os Guarani e Kaiowá.

Não obstante, é exatamente nesse proceder engenhoso, caracterizado por associações e cedências cuidadosamente negociadas com os não indígenas, que parece residir o cerne da sua resistência:

A experiência da tutela entre os Terena esteve sempre marcada por duas tendências contraditórias: a colaboração e a aliança deliberada dos Terena com o Estado nacional por meio das instituições componentes do SPI e depois da Funai; e a resistência política cotidiana, e às vezes aberta, ao exercício da dominação política centralizada imposta pelo SPI e Funai (FERREIRA, 2012, p. 153).

Justamente esses impulsos, que parecem se mover ao mesmo tempo em dois sentidos opostos - adesão e resistência ao poder colonizador - e, dessa tensão, engendrarem um terceiro impulso de permanência e continuidade da alteridade, do *ser indígena*, constituem o centro do fenômeno que pretendo analisar, tomando como objeto um instrumento que pode ser visto como materialização da tutela no dia a dia desses indivíduos, a Carteirinha da FUNAI.

2 | TUTELA E CARTEIRINHA DA FUNAI

O interesse em abordar como objeto de pesquisa no mestrado a relação dos Terena com a Carteirinha da FUNAI surgiu da experiência enquanto servidor do órgão, onde ocupo o cargo de Agente em Indigenismo desde 2010, primeiramente, na Coordenação Regional de Ponta Porã e, desde 2011, na Coordenação Regional de Campo Grande. Realizando diariamente o atendimento aos indígenas que se dirigem à FUNAI para buscar meios de acesso a diversos direitos sociais, foi possível ao longo dos anos observar as formas como os entendimentos e percepções acerca da tutela são elaboradas em seus discursos.

Mesmo após o processo de desmantelamento e enfraquecimento da Fundação, ela é ainda hoje enxergada por muitos, senão mais como a sua tutora, mas como

uma intermediadora necessária entre eles e outras esferas do poder público. Embora essa visão esteja parcialmente superada entre os indígenas de gerações mais novas, sobretudo aqueles que logram alcançar níveis mais elevados de escolaridade, ela permanece como um núcleo discursivo bastante sedimentado para os mais velhos, uma espécie de nostalgia da tutela, cuja expressão mais comum costuma ser a reivindicação da Carteirinha enquanto documento legítimo e legitimador do *status* de ser indígena.

Por mais de quatro décadas, entre 1970 e 2010, os Postos Indígenas e as então chamadas Delegacias Regionais e, posteriormente, Administrações Regionais da Fundação Nacional do Índio emitiram em Mato Grosso do Sul e em alguns outros estados a chamada Carteirinha da FUNAI, que consistia em uma cédula de identificação contendo o nome completo do(a) indígena, aldeia/Posto de origem, filiação e uma foto 3X4 (três por quatro). O documento surgiu no âmbito da tutela que o órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro exercia sobre os povos indígenas desde a sua criação, em 1910, como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), depois transformado em Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1918, e finalmente reestruturado em Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967 (CORDEIRO, 1999, p. 61-66), como já abordamos acima. Sob essa ótica, as diversas etnias que povoam o país e seus membros foram considerados, até a Constituição Federal de 1988, como portadores de capacidade civil relativa e, por isso, sujeitos à tutela do Estado, conforme previa o Estatuto do Índio em seu Capítulo II, Artigo 7º:

Art. 7º Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.

§ 1º Ao regime tutelar estabelecido nesta Lei aplicam-se no que couber, os princípios e normas da tutela de direito comum, independentemente, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória.

§ 2º Incumbe a tutela à União, que a exercerá através do competente órgão federal de assistência aos silvícolas (Estatuto do Índio, 1973).

Inserida no horizonte do poder tutelar e inventada pela criatividade de alguma servidora ou servidor desconhecido(a), como uma espécie de crachá de identificação, imitando a Carteira de Identidade Civil, com todos os dados presentes nesta, inclusive a foto, em um flagrante exemplo de improviso e voluntarismo na administração pública, a Carteirinha da FUNAI teve a sua emissão tornada prática corrente e permaneceu em utilização por longo período sem que nunca tivesse sido objeto de regulamentação de nenhuma espécie ou sequer a sua feitura prevista por instrumentos legais reguladores dos procedimentos administrativos. Ela foi não apenas a única documentação que indivíduos portaram ao longo de toda a sua

existência, como também atravessou gerações representando para muitos indígenas o seu único, verdadeiro e válido documento.

Na maior parte dos casos, conforme relatam servidoras e servidores mais antigos da Coordenação Regional de Campo Grande, o documento era confeccionado nos Postos Indígenas pelo Chefe de Posto, tendo por base as informações fornecidas oralmente pelos próprios indígenas. Tal procedimento gerava incorreções de todas as espécies: grafia equivocada dos nomes, trocas de sobrenomes e variações nos nomes de membros de uma mesma família. O fenômeno não raro acarretou a emissão de outros documentos igualmente incorretos, uma vez que os(as) indígenas utilizavam a Carteira como instrumento subsidiário para ter acesso a documentos como Carteira de Trabalho, Título de Eleitor e CPF, além de abrir contas bancárias e cadastros de crediário no comércio, problemática que impacta até os dias atuais muitos indígenas, que encontram entraves diversos quando se deparam com uma situação que lhes obriga a regularizar a sua documentação.

No apagar das luzes de 2009, a Fundação Nacional do Índio foi objeto de uma reestruturação significativa por força do Decreto nº 7.056, publicado no dia 28 de dezembro daquele ano. Na prática, a grande mudança trazida pela reestruturação foi a extinção dos Postos Indígenas, em um movimento de retirada do aparato funcional do órgão indigenista do interior das aldeias. Os antigos Postos deram lugar às Coordenações Técnicas Locais (CTLs), instaladas nas cidades próximas às Terras Indígenas a elas jurisdicionadas. Simbolicamente, o novo arranjo pretendia romper definitivamente com a figura da tutela, que, embora já estivesse superada no ordenamento jurídico, ainda era exercida de fato por alguns Chefes de Posto. Nesse novo cenário, a emissão da Carteira tornava-se definitivamente uma prática obsoleta, corroborando para isso o fato de que boa parte dos órgãos públicos, instituições bancárias e comércio já não vinha aceitando aquele que, por tanto tempo, havia sido o único documento de milhares de indígenas, embora não fosse mais que um simulacro de documentação, sem valor oficial.

Restam desses anos de existência da Carteira os livros-índices armazenados na Coordenação Regional da FUNAI em Campo Grande, onde estão lançados os nomes, sobrenomes, filiação, data e aldeia de nascimento de gerações de famílias Terena e de outras etnias do Mato Grosso do Sul. Resta também o forte sentimento expresso quase diariamente por muitos indígenas, principalmente os idosos, de que aquela Carteira improvisada, signo material da tutela a que estavam submetidos pelo Estado, era uma espécie de salvo conduto no mundo dos brancos, a prova impressa em papel de sua identidade e diferença étnica.

É justamente sobre esse movimento de apropriação e redesignação de significados e funções executado por aqueles que são os sujeitos afetados por ações do Estado, sem que, no entanto, sejam efetivamente ouvidos e tenham seus anseios

respeitados acerca do que entendem como melhor para si e suas comunidades no trato desigual com os aparatos estatais e privados dos não indígenas que pretendo me debruçar com o intento de apreender as motivações e razões dos Terena em afirmarem a Carteirinha da FUNAI como sinal de sua etnicidade, elaborando, desse modo, uma prática de resistência simbólica e ressignificação perante os ditames da burocracia estatal.

3 | CARTEIRINHA E RESSIGNIFICAÇÃO

Eunice Ribeiro Durham afirma que os diversos grupos de populações originárias, denominados homogeneamente pelo olhar colonizador como índios, criam para si uma nova identidade opositiva, embora sempre imbuídos da consciência de suas profundas diferenças em relação uns aos outros, a partir dessa categorização colonizadora genérica. Faz-se necessária a ressalva de que a autora ainda lança mão da categoria “civilizado”, usada à época da publicação original do texto, em 1982, para caracterizar os não indígenas:

As populações indígenas concretas sempre se pensaram e se definiram como grupos específicos: são, ou eram, Kamayurá, Xicrin, Suyá, Bororo e não simplesmente índios. Aprenderam que eram índios no contato com a sociedade nacional, espelhados nos olhos do civilizado. Construída pelo civilizado, a categoria “índio” é incorporada pelos grupos tribais como instrumento do processo de definição de sua posição face à sociedade nacional e ao Estado. Ser índio, definir-se como índio, significa reconhecer sua diferença em relação ao civilizado [...] deixando de ser “minoridade em si” e transformando-se em “minoridade para si”, emergindo como ator político coletivo (DURHAM, 2004, p. 301).

Homi Bhabha, no ensaio *Interrogando a Identidade*, em que aborda a contribuição do filósofo e psiquiatra marxista Frantz Fanon, intelectual negro e martinicano, para a teoria pós-colonial, coloca-nos o seguinte:

Finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade (BHABHA, 2013, p. 84).

Nessa chave, a questão da identidade, ou mais precisamente da performance dela, seria sempre um devir que se estabelece no contato com o outro, com a alteridade que nos desafia a sermos o que entendemos e construímos como *nós mesmos* perante o olhar deste ser exterior que nos interpela. Não há, doravante, mais um horizonte perdido no passado, uma idade de ouro, a informar o que se foi e o que se deixou de ser, pois desenha-se um processo contínuo de significação, ressignificação e performance da identidade em resposta às mais diversas demandas.

Em uma mirada que dialoga mais especificamente com a Antropologia e suas contribuições para a reflexão sobre as identidades étnicas, os apontamentos elaborados por Fredrik Barth em seu seminal ensaio *Grupos Étnicos e Suas Fronteiras* são de indubitável relevância para qualquer discussão que enfoque grupos com característica de contato prolongado com a sociedade envolvente, como os Terena. Barth enuncia o seguinte:

Em primeiro lugar, torna-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre as categorias étnicas não dependem de ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimentos ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas (BARTH, 2000, p.26).

Podemos pensar igualmente em uma constante operação de tradução cultural, conforme delinea Stuart Hall, aplicando o conceito a populações em diáspora que, embora estejam fora de seu local originário de pertencimento, “retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado” (HALL, 2015, p. 52). Os Terena não foram exilados de seus territórios de origem como os povos refugiados ou migrantes oriundos de países periféricos aos quais Hall se refere. No entanto, viram-se interpelados pelos agentes colonizadores adentrando suas terras, não foram ao encontro desse outro hegemônico, mas se depararam com ele em seu próprio território e tiveram que forjar estratégias para lidar com a sua presença, aprendendo a “negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimilados por elas” (HALL, 2015, p. 52).

Ser Terena, então, transforma-se em operação simbólica e discursiva no aqui e agora, mobilizadora de quantos procedimentos necessários forem para afirmar tal identidade em oposição ao desejo do colonizador de deslegitimar e apagar o pertencimento étnico das populações originárias, transformando o indígena, sujeito de direitos históricos, em *bugre*, sujeito aviltado e destituído desses direitos.

Refletindo sobre cultura e etnicidade, Manuela Carneiro da Cunha aponta para a plasticidade imanente aos significados e aos significantes desses dois conceitos:

Em suma, a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber (como muito bem apontou Eunice Durham, ver [1977] 2004) a dinâmica, a produção cultural. A perspectiva que esbocei acima chama a atenção para processos importantes nessa produção: o uso de símbolos e de signos dados para promover significações novas ou não oficiais, seja pela ambiguidade dos primeiros ou pelo rearranjo dos últimos. Pois o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura (CUNHA, 2009, p. 239).

No caso dos Terena, a operação com os “signos dados” pode ser observada em contextos diversos: na dança da ema, *Kipaé*, designada pelos não indígenas por dança do bate-pau, realizada sempre em festividades e eventos de cunho político, em que encenam a celebração de seus antepassados que guerrearam na Guerra da Tríplice Aliança; na utilização de cocares apropriados de outras etnias em momentos de reivindicação de direitos, como retomadas e reuniões com autoridades; na utilização da língua Terena em cultos religiosos de denominações neopentecostais em que congregam nas periferias de Campo Grande.

Nos três exemplos, vemos a reafirmação da etnicidade por meio da manipulação de signos considerados como tradicionais pelos *purutuya*: a dança, o artesanato e a língua. O deslocamento desses signos de seus contextos originais não constitui um problema, mas, ao contrário, é justamente a sua razão de ser: celebrar o culto de uma crença originalmente exógena, advento da colonização, em língua Terena ativa uma operação verdadeiramente antropofágica, que resulta em um artefato cultural reafirmador de sua alteridade; ao se adornarem com cocares feitos por outras etnias, além de praticarem uma forma de estetização dos rituais da política, os Terena entregam aos não indígenas a performance que estes esperam deles, certos de quase sempre poderem contar com a ignorância dos *purutuya* acerca da origem de seus cocares.

Haveria um paralelo entre tais exemplos e os significados e usos atribuídos pelos Terena à Carteirinha da FUNAI? Se considerarmos que estamos lidando com “signos dados” a partir da esfera da burocracia estatal, que vêm sendo ressignificados como instrumentos de resistência cultural e reafirmação étnica, podemos vislumbrar uma resposta positiva para o questionamento. Exatamente essa operação transformadora de manejo funcional dos sentidos de objetos oriundos do discurso oficial parece constituir o cerne da constante reinvenção do *ser Terena* em oposição ao *ser purutuya*, ao *não ser Terena*, conforme delineia com clareza Carneiro da Cunha: “Os Terena não são nem mais nem menos índios por terem um vereador, trabalharem com os regionais e fazerem festas de São João” (CUNHA, 2009, p. 239).

4 | CONCLUSÃO

Gostaria de encerrar com o que considero ser um exemplo da concretização do afirmado por Cunha acima, ilustrando a plasticidade Terena em seus modos de lidar com os poderes políticos e seus discursos, em suas contradições e fissuras.

Eder Alcantara Oliveira é uma jovem liderança Terena da Terra Indígena Buriti, localizada entre os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. A população das onze aldeias existentes atualmente no interior da TI Buriti enfrenta há mais de uma década um violento litígio fundiário englobando o seu território tradicional, que

culminou, no dia 30 de maio de 2013, no assassinato de Oziel Gabriel, 35 anos, morto por um disparo da Polícia Federal em uma ação de reintegração de posse.

Eder participou ativamente dos processos de retomada nas aldeias da Terra Indígena e é hoje vereador há dois mandatos consecutivos por Dois Irmãos do Buriti. Embora eleito pelo PMDB, partido que estava a frente do Governo do Estado à época da morte de Oziel, o vereador Terena cria pactuações e tensionamentos no interior do poder municipal e, com isso, logra direcionar orçamento e projetos para atender as demandas apresentadas pela comunidade das aldeias.

Longe de pretender realizar aqui qualquer juízo de valor acerca de tal prática política, trago como um símbolo dos horizontes pós-tutela a reflexão feita por ele sobre o modo Terena de resistir, presente em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD):

No contato com o “colonizador”, o branco, chamado por nós de *purutuya* ou *purutuyé*, os Terena produziram modos de adaptar seus rituais a esta nova realidade sócio-histórica. Por isso deram um novo significado a antigas práticas, sem perder sua essência, adaptando-se, por meio de uma nova forma de sobrevivência, ao mundo moderno atual (ALCANTARA OLIVEIRA, 2013, p. 22).

REFERÊNCIAS

ALCANTARA OLIVEIRA, Eder. **História dos Terena da Aldeia Buriti: Memória, Rituais, Educação e Luta Pela Terra. Dourados:** UFGD, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/27737395/Eder_Alc%C3%A2ntara_Oliveira_2013_-_Hist%C3%B3ria_dos_Terena_da_Aldeia_Buriti_mem%C3%B3ria_rituais_educa%C3%A7%C3%A3o_e_luta_pela_terra>. Acesso em 25 mai. 2018

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras.** In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contracapa, 2000

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2013

BITTENCOURT, Circe Maria & LADEIRA, Maria Elisa. **A História do Povo Terena.** Brasília: MEC, 2000.

CORDEIRO, Enio. **Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas.** Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas.** São Paulo: Cosac Naify, 2009

DECRETO nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009. Presidência da República. República Federativa do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7056.htm>. Acesso em 25 mai. 2018.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Dinâmica da Cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2004

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Regime Tutelar, formação do Estado nacional e acumulação capitalista no Brasil.** In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Tutela: Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil.** Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015

LEI nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Estatuto do Índio**. Presidência da República. República Federativa do Brasil, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em 25 mai. 2018.

MACIEL, Laura Antunes. **A Comissão Rondon e a Conquista Ordenada dos Sertões: Espaço, Telégrafo e Civilização**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História. São Paulo: PUC, 1999. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994>>. Acesso em 25 mai. 2018.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de & PEREIRA, Levi Marques. **“Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti**. Revista Eletrônica História em Reflexão: vol. 1 n. 2. Dourados: Editora da UFGD, 2007. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/377>>. Acesso em 25 mai. 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

PORTARIA nº 003/PRES, de 14 de janeiro de 2002. Fundação Nacional do Índio. República Federativa do Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ouvidoria/pdf/acesso-a-informacao/Portaria-n003-2002.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Prefácio à 1ª Edição**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **O governo dos índios sob a gestão do SPI**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995

_____. **Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo**. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Gestar e gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

_____. **O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo**. Revista de Antropologia. v. 55 nº 2. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59301>>. Acesso em 25 mai. 2018

EXPRESSÃO CORPORAL A PARTIR DA VIVÊNCIA NA TRILHA DO CERRO DO JARAU

Maria Elisabeth Valls de Moraes

UNIPAMPA - Campus Uruguaiana, Uruguaiana,
RS

RESUMO: esta investigação é um recorte do artigo de conclusão do curso de especialização em Educação Ambiental (EA). O estudo trata da criação de uma linguagem corporal a partir do processo de sensibilização e percepção, no decorrer da trilha realizada no Cerro do Jarau. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e explicativa estabelecendo aproximações metodológicas com os Estudos Culturais. Utilizando o método sequencial (CORNELL, 2008) e a expressão corporal (STOKOE, 1976), possibilitou-se ao grupo de acadêmicos/as improvisar corporalmente sobre o ambiente vivenciado.

PALAVRAS-CHAVE: expressão corporal, método sequencial, trilha.

BODY EXPRESSION FROM CERRO DO JARAU'S TRAIL EXPERIENCE

ABSTRACT: this research is a clipping of the article required for graduating in the specialization course in Environmental Education. The study deals with the creation of body language based on the process of sensitization and perception during the trail performed in Cerro do Jarau. This is a qualitative and explanatory research

establishing methodological approaches with the Cultural Studies. Using the sequential method (CORNELL, 2008) and body expression (STOKOE, 1976), it was possible for the group of academics to improvise with body expression about experienced environment.

KEYWORDS: body expression, sequential method, trail.

1 | INTRODUÇÃO

Entendo o corpo humano como uma extensão do ambiente. “Ser corpo, [...] é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço, ele é espaço” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 205). A natureza é parte de nós e o que ocorre no ambiente externo nos afeta e vice-versa.

Cornell (1998), criador do método sequencial entende que são populares suas atividades na natureza porque ensina ecologia de uma maneira criativa e lúdica.

De acordo com Stokoe (1976) a expressão corporal é uma forma de dança e sua linguagem corporal objetiva a intracomunicação do/a praticante e a intercomunicação com o grupo. Desenvolve capacidades físicas, ritmo próprio e maneiras de ser de cada um/a sem converter-

se em réplica dos gestos e formas corporais do/a professor/a. Busca refletir modos de pensar, sentir e atuar da atualidade.

Neste trabalho trato da interconexão sensível entre ambiente externo e interno e sua materialização perceptiva em expressões, posturas, movimentos e sensações.

2 | TRILHA NO CERRO DO JARAU

A escolha da trilha no Cerro do Jarau se justifica pela sua importância geológica, histórica e cultural. O local é uma microrregião do Bioma Pampa e está situado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Inscrito na Comissão de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) é um Patrimônio Natural da Humanidade. Crosta (2008) explica que o Jarau se originou do impacto de um meteorito que entrou na atmosfera terrestre em alta velocidade e impactando o solo gerou uma cratera de aproximadamente 13 km de diâmetro provocando grandes transformações nessa região há 135 milhões de anos atrás. Sua formação geológica é considerada rara com rochas basálticas e areníticas de formações Guará, Botucatu e Serra Geral. Há comentários sobre a utilização do Cerro como abrigo e tocaia pelos farroupilhas aos inimigos imperiais. Sua projeção cultural deve-se ao escritor Simões Lopes Neto

que imortalizou o gaúcho Blau, um trabalhador do campo que decide, após passar por sete provas e conseguir riquezas enfeitadas, permanecer com sua vida simples, seus amigos e amigas. Sua decisão liberta do feitiço do diabo Anhangá Pitã, uma bela princesa moura que fugindo da guerra entre mouros e cristãos na Espanha, viaja ao Brasil em busca de riquezas e encontra o amor nos pagos do Pampa na figura de um sacristão (MORAES, 2018, p.93).

3 | OBJETIVO GERAL

Construir uma linguagem corporal coletiva, após a realização da trilha no Cerro do Jarau.

4 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar processo de sensibilização aos/às acadêmicos/as do ambiente do Jarau.

Registrar percepções coletivas do Cerro do Jarau utilizando a expressão corporal.

5 | METODOLOGIA

Esta é uma investigação qualitativa e explicativa estabelecendo aproximações com os Estudos Culturais que valorizam a cultura, significações e subjetividades, identidade e relações de poder (SILVA, 2015). Dois momentos foram fundamentais na trilha no Jarau para esta pesquisa: atividades do método sequencial (CORNELL, 2008) com a escuta dos sons do ambiente e o encontro com a árvore a partir do tato, olfato e audição; e a improvisação corporal na UNIPAMPA em três etapas: utilização de fotos da trilha para motivação do grupo de acadêmicos/as, sensibilização utilizando atividade de expressão corporal com percussão de blocos de madeira e, ao final, a improvisação corporal em grupo sobre a trilha no Jarau.



Trilha no Cerro do Jarau - início

6 | ANÁLISES

Ao cursar a especialização em EA deparei-me com um texto de Rita Mendonça (2007, p.117) intitulado Educação Ambiental Vivencial que tratava sobre percepção ambiental, pertencimento e subjetividade. Este escrito apresentava Joseph Cornell e seu método chamado sequencial. Fui pesquisar este naturalista e fiquei seduzida pelo conhecimento da natureza que transbordava do método com inúmeras atividades lúdicas utilizadas em trilhas com crianças, jovens e adultos. Os animais são símbolos para os diversos momentos dos passeios e atividades na floresta. O primeiro momento simbolizado pela lontra, desperta o entusiasmo. O segundo, concentra a atenção e o animal símbolo é o corvo. O terceiro, representado pelo urso é o momento da experiência direta e o último, é o compartilhamento de inspiração simbolizado pelo golfinho. Ele explica em um de seus livros que suas trilhas na natureza são populares porque ensinam ecologia de uma maneira criativa ajudando as pessoas a “experimentarem um profundo sentimento de alegria, serenidade e

pertencimento ao mundo natural” (CORNELL, 1998, p.23). Utilizei neste recorte somente as atividades de Cornell do segundo e terceiro momentos: concentrar a ação e usufruir da experiência direta, os outros foram usados na trilha. As atividades realizadas pelos/as acadêmicos/as de ouvirem em completo silêncio os sons do ambiente (concentrar a atenção) e, em dupla, de encontrarem a árvore que haviam percebido por meio do tato, audição e olfato estando com os olhos vendados (experiência direta), possibilitou a sensibilização do grupo e a conexão interna com o ambiente do Jarau.

Quanto ao método de expressão corporal, eu o conheci em Buenos Aires ao encontrar o livro de Patricia “La Expresion Corporal y el Niño” nas prateleiras da livraria Ateneo. Engajei-me em seu método, possível de ser realizado por todas as idades sem exigências de performance, mas de expressão corporal através de seu movimento, uso da voz e expressão dramática com acompanhamento de sons percussivos ou musicais. Dentre os vários métodos e técnicas de dança que vivenciei, foi o único em que me senti inteira e porta-voz de mim. De acordo com ela, é “uma linguagem que permite ao ser humano colocar-se em contato consigo mesmo e como consequência disto, conhecer-se, expressar-se e comunicar-se com os demais seres” (STOKOE, 1976, p.9).

Após alguns dias do término da trilha, o grupo pesquisado reuniu-se na sala de dança da Unipampa e participou com alegria e disposição dos três momentos que culminaram com a improvisação corporal sobre o Cerro do Jarau. Os/as acadêmicos/as não participavam de grupos de dança e finalizaram a tarefa sem problemas.

Dessa maneira, esses caminhos contribuíram para o grupo pesquisado construir formas corporais que expressavam o Cerro do Jarau, ambiente do Bioma Pampa.

Merleau-Ponty (1999, p.142) confirma que “ser uma consciência, ou antes, ser uma *experiência*, “é comunicar interiormente com o mundo, com o corpo e com os outros, ser com eles em lugar de estar ao lado deles”.

Logo abaixo estão, em sequência, as fotos da improvisação corporal grupal sobre o Cerro do Jarau.



1º e 2º momentos



3º momento

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo de acadêmicos investigado construiu uma linguagem corporal que expressava o ambiente do Cerro do Jarau. Valorizou-o ao perceber sons, árvores, animais, morros, pedras, conversando, relacionando e compartilhando sensações. Dessa maneira, construíram improvisações perceptivas coletivas estabelecendo a interconexão sensível e espacial entre ambientes.

REFERÊNCIAS

- CORNELL, J. **Vivências com a Natureza: guia de atividades para pais e educadores**. São Paulo: Aquariana, 2008.
- CROSTA, A.P., LOURENÇO, F. S., PRIEBE, G. H. **Cerro do Jarau: A new impact crater in southern Brazil**. Meteoritics and Planetary Science, 2008.
- FERRARO JÚNIOR, L.A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Educação Ambiental Vivencial**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Departamento de educação Ambiental. Vol. 2. 2007, p. 117.
- LOPES NETO, S. **Lendas do Sul**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2002.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção** – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 142 e 205.
- MORAES, M. E. V. de. **Trilha no Cerro do Jarau: um estudo com acadêmicos/as do Curso de Licenciatura em Educação Física**. In: DINARDI, A. J., CUNHA, Á. L. A. da. CASTRO, L.R.B. (Org.). **Educação Ambiental [recurso eletrônico]: discussões através de práticas pedagógicas em Uruguaiana**. 1 ed. Uruguaiana. Editora da Fundação Universidade Federal do Pampa. 2018, p.93. Disponível em: < <http://dspace.unipampa.edu.br> > ISBN 978-85-63337-81-8
- SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- STOKOE, P. **La Expresion Corporal y el adolescente** – 2ª ed. – Buenos Aires: Barry Editorial, 1976, p. 9.
- STOKOE, P. **La Expresion Corporal y el niño** – Buenos Aires: Ricordi Americana S. A. E. C., 1977, p.8-10.

A PUBLICIDADE E O PÚBLICO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE NA TELEVISÃO

Kewlliane Fernandes de Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades. Redenção - Ceará

RESUMO: Compreende-se por comunicação mercadológica, os veículos que utilizam ferramentas midiáticas para vender. E, dentre elas, o presente trabalho se deterá na abordagem acerca da relação entre publicidade televisiva e infância, pois apresenta-se, ainda, como o contato primeiro e mais intenso de muitas crianças com mensagens sobre o consumo. A parte pragmática sobre as intenções da publicidade, como plataforma que divulga produtos para que possam ser comprados, é facilmente identificada por adultos. Entretanto, as crianças não a compreendem de modo tão claro. Nem em aspectos de objetivo de venda e nem mesmo da diferença entre realidade e fantasia que os efeitos especiais proporcionam. A compreensão desta última é relativa, deve-se levar em conta a maturidade de cada ser. Baseado nestas concepções, o Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014 do Conanda (Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente) consideram que toda publicidade e comunicação mercadológica dirigida à criança são abusivas e devem ser proibidas. Dito isso, a metodológica desta pesquisa deu-se através

da revisão da literatura, por meio dos estudos de Bauman, Barbosa e Campbell, e como fundamentação legal, utilizou-se o Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014. A construção do estudo, se consolida a partir da base sobre os conceitos de consumo de pátina e consumo da moda. Dentro desta segunda categorização que a publicidade surge e ganha legitimidade do setor econômico e financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Publicidade. Consumo.

ADVERTISING AND THE CHILDREN'S AUDIENCE: A DISCUSSION ON THE REGULATION OF TELEVISION ADVERTISING

ABSTRACT: Marketing communication is understood by the vehicles that use media tools to sell. In addition, among them, the present study will be held in the approach about the relationship between television advertising and childhood, as it is also presented as the first and most intense contact of many children with messages about consumption. The pragmatic part about the intentions of advertising, as a platform that discloses products so that they can be bought, is easily identified by adults. However, the children do not understand it so clearly. Neither in aspects of objective of sale nor even the difference between reality and

fantasy that special effects provide. Of this last, the comprehension is relative, one must take into account the maturity of each being. Based on these conceptions, the Bill 5.921/2001 and Resolution 163/2014 of the Conanda (National Council of the Law for Children and Adolescents) consider that all advertising and marketing communication directed to the child are abusive and should be prohibited. So, the methodological approach of this research was carried out through the literature review, by means of the studies by Bauman, Barbosa, and Campbell, and as the legal basis, the Bill 5.921/2001 and Resolution 163/2014 were used. The construction of the study is consolidated from the concepts of patina consumption and fashion consumption. Within this second categorization, advertising emerges and gains legitimacy from the economic and financial sector.

KEYWORDS: Child. Advertising. Consumption.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende elucidar algumas categorias sobre a publicidade, com ênfase, para aquela direcionada ao público infantil no Brasil. O objetivo é estudar quais suas técnicas de divulgação e quais seus impactos positivos e negativos nas crianças. Essas primeiras considerações e motivações são legitimadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda. Os modos de fazer publicidade para os menores têm sido julgados como abusivas, devido aos seus apelos persuasivos, que vão desde a adoção de personagens de desenhos ou ídolos do esporte, por exemplo.

Para compreender a discussão sobre publicidade para criança no Brasil, serão feitos apontamentos sobre esse fenômeno a partir de estudos científicos, como do livro *Children and Television Advertising* (1994), Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014.

O assunto, até então, era particularmente debatido por educadores, psicólogos e empresários do ramo. Sobretudo, após a publicação da Resolução, em 2014, e com a ajuda das redes sociais, o assunto rapidamente ganhou visibilidade e distorções. As opiniões acerca da Resolução, dividem-se em considera-la arbitrárias e censuradoras, é o que consideram alguns veículos de comunicação, como a Revista Veja e o cartunista Maurício de Sousa (criador da Turma da Mônica). Em oposição, outros, a consideração necessária.

Para responder se é abusiva ou não, se merece ou não proibição, é necessário responder a reflexiva: a comunicação mercadológica para a faixa etária de até doze anos, não seria nociva em termos morais e éticos? Caberia aos pais exigirem Resolução ou Lei ao Estado que dispusesse sobre o consumo e propaganda para seus filhos?

Abro um parêntese aqui, para afirmar que a Resolução 163/2014 do Conanda,

prescreve que a publicidade para os adolescentes também deve ser proibida. Porém, como recorte teórico e metodológico, optou-se em avaliar, apenas, como ocorre sua atuação no meio infantil.

A Suécia, desde 2004, acabou com a publicidade para crianças na televisão, baseando-se na pesquisa do sociólogo sueco Erling Bjurtrön (1994). O estudo aponta que apenas aos 10 anos as crianças conseguem diferenciar o programa de TV do comercial, e somente aos 12, obtém senso crítico. A ausência de maturidade até certa idade é fundamental para se compreender as distinções entre quem produz e para quem esses comerciais se direcionam.

Como base teórica para esta discussão são utilizados autores como Bauman, Barbosa e Campell, no que diz respeito às significações atribuídas as sociedades de mercado e sociedade de consumo. É nesta última, que a publicidade se faz necessária e se torna íntima do mundo infantil. Já para este caso, emprega-se como fundamentação legal, o Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014. Tendo como outras referências o Erling Bjuströn e a ONG Instituto Alana.

2 | SOCIEDADE DE MERCADO E SOCIEDADE DE CONSUMO

As características de “necessidades básicas” e “supérfluas” são as mais utilizadas para categorizar os exercícios de consumo nas sociedades ocidentais contemporâneas (BARBOSA, 2003, p.7. Grifo da autora).

Todas as sociedades, em todas as épocas, consomem para fins de reprodução social, ou seja, a troca e a aquisição de produtos e serviços são comuns a todos. No entanto, os modos de fazê-lo e de significá-lo é que mudam. A generalização não é superficial quando pensamos que o compartilhamento de alimentos e de produtos possuíram/possuirão valores importantes em cada tempo e espaço. Autores como Bauman (2001), Barbosa e Campbell (2006) identificam uma característica em comum, defendem que nem todos utilizam o consumo como mecanismo de diferenciação, como é o caso da sociedade de mercado. Já a sociedade de consumo, recebe este nome, pelas circunstâncias que nenhuma outra teve, tais como: fácil descarte, velocidade de troca, desprazer constante, acarretando na pouca preocupação em adquirir bens duráveis e/ou que atravesse gerações.

Na Índia, por exemplo, para a religião fica a incumbência de definir desde o consumo de alimentos, preparo, quanto na designação do cônjuge, tarefa que caberá aos pais sob licença das Escrituras. Esses costumes afetam diretamente as escolhas individuais, majoritariamente valorizadas nas culturas de algumas sociedades ocidentais (BARBOSA, 2003, p.9-10). A progressão de mercadorias do ocidente para o oriente deu abertura para uma nova atmosfera nos modos de

consumir. Gerando a transição, do consumo de patina (familiar) para o consumo da moda (individual) (Ibidem:2003).

Dentro jogo do consumo, Bauman (2001) utiliza de metáfora para comparar os consumidores aos corredores, na busca incessante pela linha de chegada, que neste caso, configura a saciedade em comprar, que nunca chega, na verdade. “Os consumidores podem estar atrás de sensações, táteis, visuais ou olfativas” (BAUMAN, 2001, p.73). Os objetos figuram potencialidade e segurança, e as pessoas sentem-se abrigadas e confiantes, pelo menos temporariamente (Ibidem: p.73). Campbell (2006) ilustra que o consumo moderno tenha como ponto primeiro: a emoção, o desejo e a imaginação. O segundo caractere seria o individualismo e a desenfreada vontade. Pode-se considerar que dentro deste campo, a publicidade exerce efetivamente bem seu trabalho. Quanto ao cuidado em exibir produtos que em pouco tempo possam ser substituídos ou agregados a outros, que consigam preencher a falta funcional do produto antecedente.

(...) Embora possamos dizer que através do consumo “construímos” identidades, um número maior de vezes a confirmamos ao reconhecerno-nos em produtos, objetos e itens da cultura material que são “a nossa cara” ou que reafirmam e satisfazem aquilo que julgo ser meus gostos e preferências. [...] O segundo elemento que marcaria a transição da sociedade da corte, tradicional para uma sociedade de consumo seria a mudança do consumo da pátina para o consumo da moda. A pátina é a marca do tempo deixada nos objetos, indicando que os mesmos pertencem e são usados pela mesma família há gerações. [...] A moda, que caracteriza o consumo do moderno, ao contrário da pátina, é um mecanismo social expressivo de uma temporalidade de curta duração, pela valorização do novo e do individual (BARBOSA, 2003, p.24-25).

Na sociedade de mercado, pátina, a valorização e os modos de consumir estavam associados aos bens herdados pela família. Com o processo imigratório e a expansão das mercadorias, os indivíduos passam a fidelizar seus hábitos ao industrialismo, que será associado à modernidade. Aqui, cada agente procurará por si, como quer se representar, sem necessariamente, perpetuar a identidade familiar. Ela será fluída e corrente, como fundamenta Bauman (2003). Lembrando que sua formulação não é vinculada a partir de um vácuo no tempo, e sim, por mecanismos exteriores conhecidos. Uma das formas de fazê-lo é por intermédio do consumo, que adquire impulso com a publicidade. Mesmo que a aquisição de produtos e serviços seja posta como formadora de identidades, não necessariamente se precisa alistar-se em nenhuma. Qualquer atividade emocional pode ser útil para tal propósito (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

O âmbito de pesquisa em publicidade difere-se de outros estudos das ciências sociais e comportamentais, devido ao seu confronto imediato com interesses de utilidade financeira (Erling Bjström, 1994, p.7). O embate vem tanto do mercado, quanto de estudiosos, que por vezes, associam o consumo além do moderado

como gerador de malefícios, como acreditavam os romanos e gregos (BARBOSA; CAMPBELL, 2006). Porém, as significações e os símbolos construídos em torno do consumo e da publicidade, merecem atenção. Sobretudo, quando estas, direcionam-se e produzem para as crianças, porque seu envolvimento apresenta circunstâncias que não podem ser ignoradas, que são: os menores não têm autorização constitucional para trabalharem, em resultado, não possuem independência financeira para comprarem. Dependendo assim, de seus responsáveis. Já que as ações supracitadas não são diretas para a criança, seria conveniente a comunicação mercadológica para elas? Seria adequado exigir Resolução ou Lei ao Estado que regulamente sobre o consumo e a propaganda de seus filhos? Antes da resposta, é necessário elucidar o que é a publicidade e como se dá sua fixação no mundo infantil.

3 | PUBLICIDADE

Segundo Erling Bjurström (1994, p.31) a publicidade exerce um sentido duplo, que funciona de maneira intencional e não intencional. A aspiração primeira dos anunciantes é vender, essa é a cota intencional. A segunda, consiste em fazer-nos apreciar e pensar de determinada forma, e ainda, acreditar que essa atividade nos leva à felicidade.

Tanto a publicidade exerce a significação dupla, quanto o produto em si. Segundo Drigo (2008, p.175) o automóvel, a roupa, o espaço de convivência assume valor social e profissional de relevância, o sentimento de pertencimento a um grupo e uma classe. A marca terá responsabilidade na promoção pessoal de si mesmo. O consumo moderno não tem como meta a satisfação de ‘necessidade básica’, se adquire pelo prestígio que a marca transfere. Acarretando na demarcação de fronteira entre vencedores e vencidos. O radicalismo pode ser notório em objetos de alto valor como carros e casas. Baudrillard já escrevia sobre o duplo do produto, como instrumento e como signo.

De acordo com Tavares (2006, p.119) a publicidade é uma mensagem privada, presente nos veículos de comunicação, tendo como meta vender um produto ou serviço, relacionado a uma marca comercial. Utilizando como técnica, recursos linguísticos e estilísticos, bem como ferramentas de persuasão e sedução, que serão baseadas de acordo com o público-alvo.

A breve contextualização sobre as sociedades de mercado e de consumo põem-se a oferecer uma determinada perspectiva sobre a publicidade em seu engajamento no mundo contemporâneo. Buscando elucidar como se processam os símbolos associados aos objetos e serviços de consumo. Da estima dos bens do regime de pátina (familiar) ao regime da individualidade (consumo da moda). A atual maneira de consumir também adentra na dimensão infantil, que neste caso,

será pelo viés da publicidade televisiva, pois, mesmo com a inserção de novas tecnologias, a tv ainda é a primeira apresentada às crianças. Partindo desse marco é que a presente designação reflete, e que foram resultantes em manifestações de ONGs como Instituto Alana e Milc (Movimento Infância Livre do Consumismo), na publicação do livro *Children and television Adverting* (1994), Projeto de Lei 5.921/01 e Resolução 163/14.

4 | CRIANÇA, TELEVISÃO E PUBLICIDADE

Além do convívio familiar, as crianças desvendam a realidade a sua volta por meio das brincadeiras. É costumeiro encontra-las com *tablets*, *notebooks* e celulares em casa, na rua e escola. Uma das primeiras constatações levantadas sobre esse fenômeno atual é decorrente da exposição de comerciais para uma faixa etária imatura, acompanhado da facilidade de créditos, que não era hegemônica em décadas passadas. Ou seja, as famílias estão comprando mais e, ainda, são as crianças que repassam aos responsáveis o que querem de presente. Fundamentando seus gostos no que é propagado do comercial, majoritariamente estimulado nos intervalos da programação infantil. O imaginário receberá novos ajustes e possibilidades que são absorvidos da dimensão virtual e midiática.

Não é pretensão demonizar a publicidade, mas entender suas técnicas em diálogo com o grupo já citado, no que diz respeito aos seus hábitos e desejos. Até porque suas atividades, bem como o marketing, são valorizadas pela potencialidade de propagar uma mesma mensagem para classes sociais e econômicas diversas. Logo, sua existência é autêntica.

A televisão apresenta-se como ampliação de uma vida fantástica e feliz para as crianças. São excessivas cores, brinquedos, efeitos sonoros e visuais contidos na propaganda, chamando a atenção de qualquer um. São características e funções que fora das telas costumam não existirem, tais como: personagens que voam e desfilam; e a sua incrível força; a energia vinculada aos alimentos calóricos; e carros velozes. Tão envolventes que até parecem a continuação do desenho. O imaginário da comunicação mercadológica, do desenho e a realidade misturam-se de maneira não ordenada dentro de suas cabecinhas. Tamanho é seu nível de ingenuidade sublime.

O sociólogo Erling Bjurtrön (1994) alega que somente aos dez anos, as crianças conseguem diferenciar o programa de televisão do comercial. Contudo, somente aos doze anos é que alcançam o senso crítico. Os números podem variar de acordo com a maturidade de cada indivíduo e sobre qual contexto social está inserida. As crianças norte-americanas passam em frente à tv, pouco mais de uma hora por dia,

em média. As crianças suecas, duas horas. No Brasil, a média sobe para 4h50min. Quase uma hora a mais se comparado a duração de uma aula de meio período. (Painel Nacional de Televisores (IBOPE/2007) - crianças entre 4 e 11 anos, classe ABC. In HENRIQUES, Isabella. Núcleo Alana Defesa e Educação. Criança, consumo de alimentos e publicidade). As estratégias de regulamentação e controle, por si, já deveria ser posta em prática, pela legitimidade e preservação sobre o que se entende o que é criança, definição que assume território a partir da modernidade. O direito à infância é firmado pela Constituição/1998, no artigo 227 e pelo Eca (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A publicidade, neste caso, é injusta por dois propósitos principais: a mensagem deve ser clara e facilmente interpretada pelo público; dirigida a quem possa comprar. Os menores não se encaixam em nenhum desses perfis. Estes argumentos deveriam ser suficientes para proibi-la. Entretanto, isso não convence o mercado, que resiste em não cumprir os acordos legais, baseados na possível falta de liberdade de expressão que estaria em risco. A distorção e o mito ganham força de potentes veículos de comunicação no Brasil, como Veja e O Globo, que conseguem lesar até mesmo alguns pais, que se sentem ofendidos por acreditarem piamente que a atitude é característica de um Estado autoritário que interfere na decisão dos responsáveis. Outro argumento infundado é que a publicidade não persuade. Caso não o fosse, qual seria seu intento? Proibi-la não é censura. O cigarro, por exemplo, seu quinhão são os adultos, mas suas restrições são defendidas por lei desde 1996. E para as crianças, por que é diferente?

Manifestarei, então, os argumentos acerca do Projeto de Lei 5.921/2001 e Resolução 163/2014, a partir de colocações que as assemelham. O PL é de autoria do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly. Sua proposta é que seja expandido uma nova determinação ao Código de Defesa do Consumidor, a fim de extinguir a publicidade diretas às crianças, entendidas como seres de até doze anos de idade pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Em seu conteúdo, a justificativa para a iniciativa no Brasil, dar-se, com base, em países que possuem menção legislativa, como Reino Unido, Canadá, Espanha, Alemanha, Bélgica e Suécia. A pesquisa realizada neste último país que fundamentou cientificamente o PL, que se justifica, ainda, sob o abrigo da ilegitimidade que é fazer publicidade em um país com fortes contratos. Com crianças que tenham tanto, e outras, nada ou quase nada, e mesmo assim, adquiriam/ adquirem vontades consumistas. Gerando constantes conflitos entre o desejo dos filhos, as condições financeiras dos pais e a distinção que as próprias crianças fazem de si e do outro quando não possuem o produto estimado. A Relatora da proposta é a Deputada Federal Maria do Carmo Lara.

A Resolução 163/14 abriga todas as considerações do PL, e aplica mais rigidez. Devido ao acréscimo de dois elementos, que são os adolescentes e a abusividade

de toda comunicação mercadológica, incluindo banners, merchandising, anúncios impressos e internet, embalagens e comerciais televisivos, este último era o único avaliado pelo PL. As campanhas comerciais de utilidade pública não recebem restrições.

Os grandes veículos de comunicação não deram os esclarecimentos necessários sobre o assunto, e como formadores de opinião, fica a seu encargo inteirar-se acerca do assunto e, em seguida, noticiar. Ainda que discordassem da medida, atualizar-se sobre suas bases de sustentação é obrigatório, como na menção de vertentes anteriores que as propostas se alicerçam, ou se existem regulamentações publicitárias em outros países semelhante a esta, e como a labutam, por exemplo. No caso brasileiro, o assunto é acometido por suposições que se baniria os desenhos animados e os programas infantis. Pois, sem a publicidade, o patrocínio acabaria, devido a uma medida que iria em contramão a outros países. O Instituto Alana elaborou uma tabela didática sobre o assunto. Ilustrada a seguir de modo resumido:

Alemanha	Os programas infantis não podem ser interrompidos por publicidade. Não deve também, utilizar crianças para exibirem vantagens e características de um produto que não seja conveniente ao natural interesse e manifestação delas. Anunciantes ou publicitários não podem interromper ou influenciar o programa infantil; devem ser postas em blocos e introduzidas entre os intervalos das transmissões.
Bélgica	Proibido a publicidade para as crianças nas regiões flamengas. Interdição de todo tipo de publicidade cinco minutos antes ou depois dos programas infantis.
Irlanda	É proibido todo tipo de publicidade durante programas infantis em canal aberto.
Luxemburgo	Proibido publicidade nas escolas, valendo para todos os públicos
Noruega	Proibida a publicidade de produtos e serviços direcionadas a quem tem menos de 12 anos. Restrição durante programas infantis. A publicidade não pode invadir mais de 15% do tempo da programação diária.
Suécia	É proibido a publicidade na televisão dirigida à criança inferior aos 12 anos, em horário anterior às 21h. É interdito qualquer comercial, seja de produtos adultos ou infantis, durante, imediatamente ou depois da programação infantil.

Gráfico 1: Regulamentação publicitária por país. (Fonte: Instituto Alana. Porque a publicidade faz mal as crianças. 2009).

Fonte: Instituto Alana. Porque a publicidade faz mal as crianças. 2009.

5 | CONCLUSÃO

Firmado a partir das considerações a respeito do consumo e da comunicação mercadológica, demonstrou-se que é através destes recursos que as crianças

se apropriam dos hábitos consumistas cada vez mais cedo. Como justificado na introdução deste texto, limitei-me somente sobre o público infantil e seu encontro com a publicidade por considerá-la uma discussão emergencial.

Qualquer expressão de comunicação mercadológica, seja qual for o público-alvo, são fomentadas pelo Código de Defesa do Consumidor e Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). Quando se tratam de criança e adolescente, o mercado deve por obrigatoriedade respeitar os artigos 28 e 37 do Conar; a Constituição Federal, no artigo 227 e Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos estes, juntos, legitimam o que foi capitulado no Projeto de Lei e Resolução citados ao longo do trabalho. A surpresa do empresariado e anunciantes se dão pelo descumprimento de normas que antes mesmo de 2001 já estavam prescritas. Então, isso responde à pergunta inicial, que seria compreender se caberia ao Estado impor estes limites? Sim, caberia, pois, fica evidente que não se trata de censura, mas do cumprimento das ferramentas supracitadas.

Os artigos 28 e 37 do Conar, em resumo, deixam evidentes que os anúncios devem ser claramente entendidos como tal – para as crianças isso não é tão fácil – não deverá se dirigir diretamente à criança, quanto ao consumo. Não devem, ainda, se aproveitar da lealdade, inexperiência e falta de discernimento em separar real do imaginário. Já o artigo 227, da Constituição Federal, afirma que criança e adolescente são prioridade absoluta da família e do Estado, reafirmados no ECA.

O PL e a Resolução demonstram iniciativas importantes no Brasil, que funcionam como aparelho adicional que regulamenta responsabilidade propagandista. Todavia, não deixam claro, o que de fato, mudaria na grade televisiva, como os horários da propaganda, quais dias da semana fazê-la etc., porém, uma coisa fica declarado, que é a mudança de direcionamento. Os publicitários não anunciariam mais a estes públicos, e sim aos pais. A Resolução 163/2014 é de iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicada em 13 de março de 2014. Devendo entrar em vigor a partir da data de publicação. Contudo, nota-se que ainda não conseguiu sair do papel.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia legislativa. Comissão de Defesa do Consumidor. **Projeto de Lei 5.921/2001**. Acrescenta parágrafo ao art. 37, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Acessado em 24 de dez. 2015.

BRASIL. Capítulo II. Seção 6 e 11: **Identificação Publicitária; Crianças e Jovens**. Artigo 28 e 37. CONAR. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. Disponível em < <http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php> >. Acessado em 20 de dez.2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente. **Resolução nº 163**, de março de 2014. Disponível em < http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/publicidadeeconsumo/conanda/resolucao_163_conanda.pdf>. Acessado em 15 de nov. 2015.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BARBOSA, Livia (Org.); CAMPBELL, Colin (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 204p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001, p. 192.

DRIGO, Maria Ogécia. **A publicidade na perspectiva de Baudrillard**. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo), v. 5, p. 171-185, 2008. Disponível em < <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/142/142>>. Acessado em 13 de julh.2015.

ERLING BJURSTRÖN. **Children and Television Advertising**. A critical study of international research concerning the effects of TV-commercials on children, Report 1994/95:8, Stockholm: The Institute for Media and Social Research/The National Swedish Board For Consumer Policies).

Painel Nacional de Televisores (IBOPE/2007) - crianças entre 4 e 11 anos, classe ABC. In HENRIQUES, Isabella. Núcleo Alana Defesa e Educação. **Criança, consumo de alimentos e publicidade**.

PROJETO CRIANÇA E CONSUMO. Instituto Alana. Porque a Publicidade faz mal para as crianças. 2ª edição. 2009. Disponível em< http://biblioteca.alana.org.br/banco_arquivos/Arquivos/downloads/ebooks/por-que-apublicidade-faz-mal-para-as-criancas.pdf >. Acessado em 30 de mai.2015.

TAVARES, Fred. (2006). **Publicidade e consumo: a perspectiva discursiva**. In MELO SOBRINHO, N et al. Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso. Rio de Janeiro, Comum. cap.5, p.117-145.

A CANÇÃO E SUA VERSÃO: PROCEDIMENTOS DE ADAPTAÇÃO/TRADUÇÃO NAS CANÇÕES DE DESENHOS DE PRINCESAS DO ESTÚDIO DISNEY

Viviane Alves Melo Almada
Edson Carlos Romualdo

RESUMO: As canções dos filmes do estúdio Disney têm sido consideradas de excelente qualidade, o que é demonstrado pelo seu sucesso obtido no mundo todo, pelas várias indicações para a categoria de “melhor canção original” no Oscar e pelas estatuetas que doze delas já ganharam nessa premiação. Por sua vez, suas versões para o português brasileiro também fazem sucesso junto ao grande público, o que acaba por perpetuar suas escolhas tradutórias. Dada a importância de tais canções, inclusive mercadológica, esta pesquisa teve por objetivo geral realizar um estudo comparativo das canções originais das animações do estúdio Disney e de suas versões na língua portuguesa, atentando-se para os procedimentos tradutórios referentes a uma análise linguística. Sob uma vertente qualitativa, discutimos o termo “versão”, cotejamos as canções originais com suas versões, procurando analisar a importância da canção para a estrutura narrativa da animação, os aspectos de conteúdo e sentido mantidos entre as duas canções (original e versão) e os aspectos formais mantidos entre elas. Nosso corpus de pesquisa constitui-se de vinte e três canções selecionadas dos filmes de animação das princesas oficiais do estúdio.

Nossas análises demonstram que a versão/tradução das canções tem como prerrogativa a manutenção de seu aspecto musical e de seu papel no enredo, posto que as escolhas tradutórias analisadas apontam para essa perspectiva, ao deixar de lado a tradução termo a termo em favor de uma linguagem que se encaixe com os aspectos musical e narrativo, mantendo o sentido geral da letra original, apesar das alterações necessárias.

PALAVRAS-CHAVE: canção; tradução; versão; Disney; filme de animação.

1 | INTRODUÇÃO

O tratamento dos gêneros discursivos como objeto de trabalho da Linguística tem seu desenvolvimento a partir dos estudos de Bakhtin (2011), para quem os gêneros se caracterizam a partir de três dimensões: a) o conteúdo temático (objeto de sentido, avaliativo e interacionalmente construído); b) a construção composicional (elemento de estrutura e de significação); c) o estilo (a manifestação de recursos textuais, lexicais e gramaticais ou recursos linguístico-expressivos, também denominados marcas linguístico-enunciativas). Essas características estão combinadas às condições de produção –

locutor, interlocutor, intenção, veículo/local de circulação e momento da produção.

Quaisquer que sejam a extensão, o conteúdo semântico, os recursos linguísticos e a sua composição estrutural, o discurso, materializado na forma de texto, apresenta características que lhe são geralmente comuns, moldadas pelas regras do funcionamento dos gêneros, que, por sua vez, estão articuladas no interior das interações das esferas das relações sociais. Assim, cada esfera de uso da língua, cotidiana ou não, potencializa os seus próprios gêneros, determinando as formas genéricas e relativamente estáveis de manifestação dos discursos, no que tange aos aspectos temático, estilístico e composicional.

A canção é um gênero da esfera literária que, devido às suas características próprias, se marca como “um gênero sincrético que relaciona a linguagem verbal com a musical”, por conseguinte, “deve ser compreendida tendo como princípio essa característica fundamental” (CARETTA, 2009, p. 99). No entanto, para Lopes (2013), embora a canção seja um gênero intersemiótico e se materialize desta forma, ao isolarmos a linguagem não verbal, nossa interpretação e resposta ao sentido produzido realizar-se-ão por meio da linguagem verbal. A autora afirma que os mais variados assuntos podem ser tomados como conteúdo temático ao serem incorporados na dimensão verbal do gênero de forma avaliativa.

Ainda para Lopes (2013), construção composicional, apesar das instabilidades, apresenta regularidades verbais e não verbais que, em sua maioria, se aproximam do gênero discursivo “poema”, tais como: contexto histórico e pessoal normalmente influencia a forma da linguagem empregada, bem como seu arranjo; ritmo; construção da estrutura do enunciado por meio de rimas, estrofes e versos; emprego de figuras de linguagem e pensamento; forte presença de estratos fonéticos; efeitos sonoros de linguagem; intertextualidade; possível emprego de neologismos e repetição de versos e palavras.

É comum e tem sido há muito tempo, no contexto musical, a prática de traduzir canções para outra língua, no caso, o português brasileiro. A essas canções dá-se comumente o nome de versões. Como vimos, uma canção estabelece seus sentidos a partir da combinação entre letra (verbal) e o ritmo, a melodia e a harmonia (não verbal), portanto, as versões buscam manter os aspectos da linguagem musical e podem aproximar-se ou não dos sentidos produzidos pela letra original. Como afirma Jakobson (1959, p. 8), é possível que, ao se traduzir de uma língua para outra, substituam-se não apenas unidades de código separadas, mas mensagens inteiras de outra língua

Este fenômeno pode ser observado, entre muitas outras, em canções como: “Tô Ligado em Você” de Sandy & Junior, versão de “You’re The One That I Want” do clássico Grease - Nos Tempos da Brilhantina; a versão de “Just Give Me A Reason” (P!nk e Nate Ruess) feita, mais recentemente por Lucas Lucco: “Diz O Que É

Preciso”, e a muito popular “É Isso Aí”, versão composta por Ana Carolina a partir da música “The Blower’s Daughter”, de Damien Rice. Desta forma, os “versores” não são considerados, no universo musical, como simples tradutores, mas como compositores, visto que as versões são consideradas outras canções.

Embora o termo aqui usado para tratar desta prática seja “versão”, foi surpreendente a dificuldade na busca por material técnico para defini-lo. O uso do termo é, porém, corrente no sentido de traduções de canções e, por esse motivo, partimos do sentido amplo de que uma versão é uma tradução de uma canção de uma língua para outra.

Um contexto muito comum na ocorrência de versões é o do filme musical, pois este usa as canções para apoiar a narrativa (MORIGI E BONOTTO, 2004) e, muitas vezes, apresentar questões subjetivas das personagens. No universo dos filmes musicais, recortamos para nossa pesquisa os desenhos animados, visto que a introdução de canções no desenvolvimento narrativo é facilmente notado em vários filmes do estúdio Disney, por exemplo, em que muitos dos seus personagens cantam para expressar seus sentimentos, o que se passou ou até mesmo o que vão fazer.

Assim, nosso ponto de partida foi considerar que, apesar de a versão poder tomar certas liberdades, ela não deveria se afastar dos sentidos mais abrangentes da canção original de modo que deixasse de sustentar a narrativa. Nossa afirmação encontrou respaldo em Souza (2005, p. 55), para quem a “estrutura musical de ‘Branca de Neve’ assemelha-se à estrutura das operetas que, como óperas leves, possuíam um caráter cômico e romântico, com diálogos intercalados entre as canções, que revelavam ao espectador os sentimentos dos personagens. Ou seja, as músicas ajudavam a narrar a história.”

Como vimos, a canção é um gênero literário muito rico e devido à sua alta circulação, estudá-la do ponto de vista tradutório torna-se de suma importância, posto que tradução ainda é uma arte muito debatida. O debate de sobre o que é exatamente traduzir parece sempre desaguar na famosa e controversa expressão “Traduttore, Traditore” (BARBEITAS, 2000), que passou a significar para os profissionais do meio que o tradutor sempre vai colocar um pouco de si na obra traduzida e, de certo modo, trair a originalidade desta com seu próprio julgamento e discurso. “A tradução, como a criação artística geral, carrega a marca do tradutor” (Oliveira, 2007, p. 194). Pode-se exemplificar a abrangência das discussões sobre o assunto a partir do contraste entre as afirmações de Jakobson (1959, p. 5): “A tradução intralingual ou *reformulação* consiste na interpretação dos signos verbais por outros signos da mesma língua” (grifo do autor); e de Paz (apud Oliveira, 2007, p. 191): “Toda literatura consiste em traduções de traduções de traduções: cada obra é, simultaneamente, uma realidade única e uma tradução de outras.”

Dessa forma, nosso objetivo neste capítulo é investigar quais são as

semelhanças e diferenças entre as canções originais e suas versões nos desenhos animados do estúdio americano Disney, observando-as no que tange aos aspectos exclusivamente linguísticos, quanto ao conteúdo e à forma.

A análise teve por base uma perspectiva qualitativa, que, para Neves (1996), compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que tem por objetivo descrever e significar os diferentes componentes de um sistema complexo de significados, procurando traduzir e expressar os sentidos do fenômeno no mundo social. Comparativamente, fizemos um cotejamento entre a canção original e sua versão, atentado para as escolhas tradutórias capazes de gerar sentido.

O *corpus* de análise, que inicialmente seria de animações da Disney em geral, sofreu dois recortes. O primeiro, é o de que apenas utilizamos os filmes das princesas oficiais, que são: *Branca de Neve e os Sete Anões* (Branca de Neve), *Cinderela* (Cinderela), *Pocahontas* (Pocahontas), *Aladdin* (Jasmine), *Enrolados* (Rapunzel), *Valente* (Merida), *Mulan* (Mulan), *A Bela e a Fera* (Bela), *A Bela Adormecida* (Aurora), *A Princesa e o Sapo* (Tiana), *A Pequena Sereia* (Ariel) e *Frozen – Uma Aventura Congelante* (Elsa e Anna).

Destes filmes, recortamos duas canções essenciais à construção de sua narrativa, totalizando, assim, vinte e três canções, pois o filme *A bela adormecida* tem apenas uma canção. Assim, as canções escolhidas foram:

VERSÃO BRASILEIRA	ORIGINAL
Sonhando Assim – <i>Branca de Neve e os Sete Anões</i>	I'm Wishing/One Song – <i>Snow White and the Seven Dwarfs</i>
Eu Vou – <i>Branca de Neve e os Sete Anões</i>	Heigh Ho – <i>Snow White and the Seven Dwarfs</i>
A Noite da Arábia – <i>Aladdin</i>	Arabian Nights – <i>Aladdin</i>
Um Mundo Ideal – <i>Aladdin</i>	A Whole New World – <i>Aladdin</i>
Imagem – <i>Mulan</i>	Reflection – <i>Mulan</i>
Não Vou Desistir De Nenhum – <i>Mulan</i>	I'll Make A Man Out Of You – <i>Mulan</i>
Ao Ar Livre – <i>Valente</i>	Into The Open Air – <i>Brave</i>
O Céu Eu Vou Tocar – <i>Valente</i>	Touch The Sky – <i>Brave</i>
Sua Mãe Sabe Mais – <i>Enrolados</i>	Mother Knows Best – <i>Tangled</i>
Vejo Enfim A Luz Brilhar – <i>Enrolados</i>	I See The Light – <i>Tangled</i>
Aqui no Mar – <i>A Pequena Sereia</i>	Under The Sea – <i>The Little Mermaid</i>
Beije A Moça – <i>A Pequena Sereia</i>	Kiss The Girl – <i>The Little Mermaid</i>
Lá Na Curva – <i>Pocahontas</i>	Just Around The Riverbend – <i>Pocahontas</i>
Cores do Vento – <i>Pocahontas</i>	Colors Of The Wind – <i>Pocahontas</i>
Por Uma Vez Na Eternidade – <i>Frozen</i>	For The First Time In Forever – <i>Frozen</i>
Livre Estou – <i>Frozen</i>	Let It Go – <i>Frozen</i>
Sentimentos – <i>A Bela e a Fera</i>	Beauty and the Beast – <i>Beauty and the Beast</i>
Alguma Coisa Acontecer – <i>A Bela e a Fera</i>	Something There – <i>Beauty and the Beast</i>

Um Sonho É Um Desejo – <i>Cinderela</i>	A Dream Is A Wish Your Heart Makes – <i>Cinderella</i>
Bibidi – Bobidi – Bu – <i>Cinderela</i>	Bibbidi – Bobbidi – Boo - <i>Cinderella</i>
Lá Em Nova Orleans – <i>A Princesa e o Sapo</i>	Down In New Orleans – <i>Princess and the Frog</i>
Lá – <i>A Princesa e o Sapo</i>	Almost There – <i>Princess and the Frog</i>
Era Uma Vez no Sonho – <i>A Bela Adormecida</i>	Once Upon A Dream – <i>Sleeping Beauty</i>

Quadro 1: Corpus da pesquisa

Para atendermos ao objetivo proposto, traçamos um caminho que percorre: i) a explicação dos termos versão, tradução e adaptação, necessários para o embasamento de nossas análises; ii) as relações entre o filme de animação, o musical e as canções; e iii) a análise das versões em português das canções dos filmes de animação de princesas da Disney, quanto à sua funcionalidade no enredo, aos aspectos musicais e aos aspectos linguísticos.

2 | O TERMO VERSÃO NO USO POPULAR

Entre os objetivos deste trabalho, um deles foi debater a questão do termo acadêmico que seria utilizado para nos referirmos ao processo de “traduzir”¹ uma canção de uma língua para outra. Simples ao olhar desatento, o tema se torna complexo por falta de material acerca dele em si próprio. Encontramos em textos não acadêmicos esse processo tratado como versões, releituras e cover, mas poucos são os que procuram defini-las.

Para tentar definir como esses termos aparecem popularmente, buscamos na internet, primeiramente, em sites de conteúdo musical e, depois, em sites de conteúdo pop em geral, como o processo de “traduzir” as canções aparece. Nossa escolha pela internet deve-se ao fato de que as pessoas, no mundo globalizado atual, buscam se atualizar sobre o conteúdo musical via esse meio. Hoje em dia, qualquer pessoa em posse de um dispositivo eletrônico é capaz de navegar o enorme acervo musical que existe online e descobrir quais são, por exemplo, as novidades da semana, ou clássicos do passado, além de ouvi-las gratuitamente e compartilhar com seus amigos. Em adição aos sites de notícias e de conteúdo musical específico, existem também aplicativos, como o Spotify² - atualmente um gigante do *streaming* de músicas –, que são constantemente atualizados com os lançamentos do meio

1 Neste momento, estamos usando o termo “traduzir” em seu sentido vulgar de transpor uma palavra, texto ou discurso de uma língua para outra.

2 “**Spotify** é um serviço de música comercial em streaming, podcasts e vídeo comercial que fornece conteúdo provido de restrição de gestão de direitos digitais de gravadoras e empresas de mídia, incluindo a Universal Music, a Sony Music e a Warner Music”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Spotify>>. Acesso em: 27 set. 2016.

³ Placar geral baseado no site SimilarWeb. Disponível em: <<https://www.similarweb.com/website/vagalume.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2016.

e ainda avisam o usuário sobre os lançamentos se este assim preferir. É a internet também a forma como cantores novos e desconhecidos têm buscado para mostrar o seu trabalho, conferindo a ela o *status* de maior representante de veiculação da cultura pop.

Para verificarmos como os termos aparecem em sites, escolhemos dois sites especializados do meio musical: **Vagalume**, referência no Brasil em letras e traduções de canções, e **Revista Cifras**, canal de notícias do Letras.com.br e do Cifras.com.br, dois grandes canais musicais brasileiros, que também apresenta artigos e reportagens sobre o meio musical.

O site **Vagalume** caracteriza-se por ser um portal colaborativo³ de letras e traduções de músicas e que, mais recentemente, passou a veicular também notícias do meio. Ele é o trigésimo sexto (36º) em acessos no Brasil⁴, estabelecendo-se como o site mais acessado da sua categoria.

A Revista Cifras é mais modesta em acessos gerais, ocupando o centésimo septuagésimo oitavo milésimo, septingentésimo quinto lugar (178.705º) no ranking brasileiro⁵, mas ainda assim um dos mais acessados se tratando do meio musical. Seu conteúdo abarca entrevistas, notícias e artigos desta mesma natureza.

Com buscas na internet, podemos verificar que boa parte dos sites coloca o termo versão como uma canção com sua letra cantada em outro idioma, como é o caso, por exemplo, da canção “Feche Os Olhos”, de Renato e Seus Blue Caps, versão de “All My Loving”, do famoso conjunto The Beatles⁶. O termo “cover” é comumente reservado para canções tocadas e/ou cantadas por outros artistas que não o de lançamento inicial, sem mudanças na letra ou no ritmo originais. Um exemplo atual é a banda Boyce Avenue, que além de seu conteúdo autoral, apresenta em seu canal do YouTube vários “covers”.

Contudo, essa classificação varia de acordo com a sua fonte, e nem sempre estas modalidades são diferenciadas entre si. No site **Vagalume**, por exemplo, encontramos as seguintes observações:

De uma forma bem didática, o Vagalume reuniu em seu novo especial as covers e versões mais famosas da história da música.

São canções regravadas e que fizeram tanto sucesso ou mesmo mais do que as versões originais. E para simplificar para você, separamos essa lista com mais de 100 músicas, em um sistema cronológico: músicas que foram originalmente compostas "Até os anos 60", "Anos 70", "Anos 80" e "Anos 90 e 2000".

3 Um portal colaborativo caracteriza-se por ter seus dados enviados majoritariamente por seus usuários, que são livres para editar e corrigir, no caso aqui apresentado, letras. Este conteúdo é, em alguns casos, monitorado por uma equipe editorial.

4 Disponível em: <<https://www.similarweb.com/website/vagalume.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2016.

5 Disponível em: <<https://www.similarweb.com/website/revistacifras.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2016.

6 Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/news/2014/10/16/especial-covers-e-versoes-famosas.html>>. Acesso em: 26 out. 2016

As canções vêm na seguinte forma: oferecemos as músicas originais e respectivas covers e versões juntas. Assim, você pode ouvir as duas versões, comparar e decidir qual você mais gosta!⁵

Na lista apresentada encontramos dois tipos de pares: canções que foram regravadas em sua língua inicial por outros artistas, como é o caso de “Crying In The Rain”, regravada pelo grupo A-Ha, mas originalmente da banda The Everly Brothers; da famosa “Hey Jude”, do quarteto de Liverpool, regravada por Kiko Zambianchi na língua original; e da surpreendente “I Will Always Love You”, originalmente gravada por Dolly Parton e, hoje, mais conhecida na voz de Whitney Houston. A outra categoria apresentada é a de canções que foram regravadas por outros artistas e em outra língua. Alguns exemplos são “Não chores mais”, de Gilberto Gil, versão de “No Woman No Cry”, de Bob Marley, “Não Acredito”, de Lulu Santos, versão de “I’m A Believer”, dos The Monkees, e “O Astronauta de Mármore”, da banda Nenhum de Nós, versão de “Starman”, composta por Bruce Springsteen. Podemos inferir, a partir dos exemplos acima, que essas são as caracterizações das duas modalidades que apresenta: o *cover* e a *versão*, respectivamente.

É importante considerar também que ao afirmar “você pode ouvir as duas versões”, o site coloca o termo como hiperônimo, ou seja, ele abrange tanto a versão no significado de canção em outra língua, ou de *cover*. Desta forma, observando o tratamento dado pelo site, o termo versão pode ser compreendido em sentido amplo, englobando o *cover* e a *versão*, esta tomada no seu sentido estrito.

Além disso, o site também separa o termo versão de tradução. Ao entrarmos na página que apresenta a letra canção na língua original, temos a possibilidade de acessar a tradução por meio de uma aba específica mostrada ao internauta:

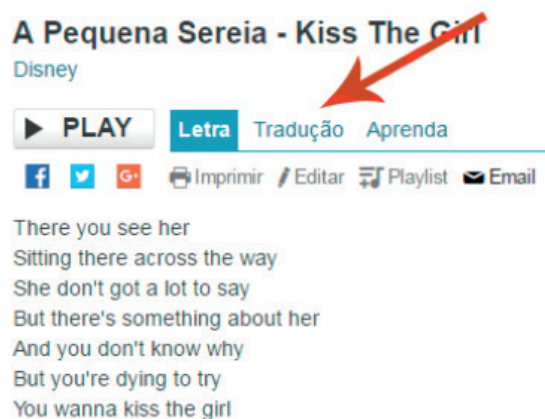


Figura 1: Print da página mostrando a aba da tradução

Acessando a aba, o internauta tem, colocadas lado a lado, a letra original e uma proposta de tradução:⁷

⁷ Afirmamos ser uma proposta de tradução, pois elas são feitas e podem ser modificadas pelos usuários do site, logo não são consideradas oficiais.

The Little Mermaid - Kiss The Girl

Disney

Compositor: Howard Ashman E Alan Menken

▶ **PLAY** Letra **Tradução** Aprenda

[f](#) [t](#) [g+](#) [Imprimir](#) / [Editar](#) [Playlist](#) [Email](#)

The Little Mermaid - Kiss The Girl

(Sebastian)
There you see her
Sitting there across the way
She don't got a lot to say
But there's something about her
And you don't know why
But you're dying to try
You wanna kiss the girl

Yes, you want her
Look at her, you know you do
Possible she wants you too
There is one way to ask her
It don't take a word
Not a single word
Go on and kiss the girl

Sha la la la la, my oh my
Look like the boy too shy
Ain't gonna kiss the girl
Sha la la la la, ain't that sad?
Ain't it a shame?
Too bad, he gonna miss the girl

A Pequena Sereia - Kiss The Girl

(Sebastian)
Lá você vê-la
Sentado lá do outro lado
Ela não tem muito a dizer
Mas há algo sobre ela
E você não sabe por quê
Mas você está morrendo de vontade de tentar
Você quer beijar a garota

Sim, você quer que ela
Olhe para ela, você sabe fazer
Possível ela quer que você também
Existe uma maneira de perguntar a ela
Não tome uma palavra
Sem uma única palavra
Vá em frente e beije a garota

Sha la la la la, oh meu Deus
Parece que o garoto é muito tímido
não vai beijar a garota
Sha la la la la, não é triste?
Não é uma vergonha?
Muito ruim, ele vai perder a garota.

Figura 2: Tradução da canção

Aqui, ao buscarmos pela canção “Kiss The Girl”, canção do filme A pequena Sereia, temos a opção de ler sua tradução em uma das abas. Essa tradução é diferente da versão brasileira da canção veiculada no filme:

A Pequena Sereia - Beije A Moça

Disney

Compositor: Alan Menken/Howard Ashman

|| **PAUSE** Letra Aprenda

[f](#) [t](#) [g+](#) [Imprimir](#) / [Editar](#) [Playlist](#) [Email](#)

Sebastião:

Se você quer a coisa bem feita,
Tem que fazer pessoalmente
Primeiro, temos que criar o clima
percussão, cordas, sopros, palavras

Aí está ela, aprendendo a namorar
Nada, nada vai falar mas embora não a ouça
Dentro de você, uma voz vai dizer agora
beije a moça

Eric: Ouviu alguma coisa?

É verdade, gosta dela como vê
Talvez ela de você, nem pergunte a ela
Pois não vai falar, só vai demonstrar
se você a beijar

Figura 3: Versão brasileira da canção Kiss the girl

Grosso modo, comparando a tradução apresentada e a versão da canção em português, podemos ver que a primeira busca manter os significados e baseia seu processo em trocar “palavra por palavra” da letra original, por exemplo em: *There you see her/Lá você vê-la*. Nessa troca, a correspondência de vocábulos se mantém fidedigna: advérbio de lugar (there/lá); pronome pessoal (you/você); verbo (see/vê) pronome oblíquo (her/la). Já a segunda tem como alvo manter a melodia e as rimas, mesmo que o significado acabe se distanciando da tradução termo a termo, mas mantendo o sentido geral da canção original, por exemplo: *There you see her/Aí está ela*.

É possível, portanto, dizer que, de acordo com site **Vagalume**, *cover*, tradução e versão são categorias diferentes e que esta última pode ser também um termo genérico para *cover* ou versão nas definições do próprio site.

O site Revista Cifras tem seu funcionamento bem próximo ao de uma revista, separando seus textos em três categorias: Notícias, Entrevistas e Artigos.



Figura 4: Capa do site *Revista Cifras*

Imediatamente à sua esquerda, podemos ver o mecanismo de buscas do site, onde jogamos, primeiramente, o termo “Versão”, que nos trouxe setecentos e setenta e um resultados⁸, entre eles “Claudia Ohana diz que arrasou em cover de Nirvana, mas volta atrás: “errei””, onde podemos ver o uso dos dois termos tendo o mesmo significado:

#notícia

Claudia Ohana diz que arrasou em **cover** de Nirvana, mas volta atrás: “errei”

9/30/2016 9:56:47 AM

A atriz Claudia Ohana demonstrou dois posicionamentos diferentes com relação à **criticada versão** que fez para “Smells Like Teen Spirit”, do Nirvana. A performance havia sido feita no “Programa do Jô”, na madrugada de quarta-feira (28).

Figura 5: Recorte da notícia sobre Claudia Ohana

Como vemos, no título da notícia encontramos os termos “cover” para se referir à performance da canção feita por Claudia Ohana, já no lead, o termo apresentado

⁸ Disponível em: <<http://revista.cifras.com.br/busca.htm?search=vers%E3o>>. Acesso em: 26 out. 2016.

é versão.

Outra variação que pode se encaixar na nomenclatura popular de versão e *cover* é a de “estilo”: transformar um *rock* em *reggae* ou qualquer estilo em outro se encaixa na mesma nomenclatura. Os exemplos são vários e passíveis de serem encontrados quando fazemos uma busca limitada pelas palavras “versão acústica”⁶ no próprio site Revista Cifras, que nos traz resultados como “Dave Grohl faz cover de ‘Blackbird’ dos Beatles”, “DJ Zedd revela versão acústica de ‘Stay The Night’ com Hayley Williams” e “Corey Taylor grava versão acústica para clássica do The Clash”. Pudemos verificar também, nesse levantamento, que apesar de as variações musicais poderem usar as duas nomenclaturas, a mudança de uma língua para outra raramente é chamada de *cover*⁹.

Procurando mais amplamente, existem algumas repostas de sites de cultura pop e notícias em geral, como é o caso do BuzzFeed Brasil, que cobre novidades de um amplo espectro, indo dos mais recentes “memes¹⁰” da internet a acontecimentos de cunho político, criminal e social. Muito conhecido no Brasil por suas listas bem humoradas, existem também algumas de tema musical, como a chamada “19 Versões Sertanejas Muito Inusitadas de Músicas Internacionais¹¹”. Vemos, nesse caso, o termo versão colocado como a “adaptação” das canções internacionais ao idioma português, sem uma preocupação com a fidelidade da letra.

No site da revista **Backstage**, o produtor musical, publicitário, músico, compositor, sound designer e professor Ticiano Paludo, em uma coluna intitulada “Dando nome aos bois”¹², discute definições para termos que “a mídia utiliza sempre de forma caduca e equivocada”, “sobre os quais não entende nada”. Na sua tentativa de esclarecer conceitos que a mídia usa indiscriminadamente, como nossas observações anteriores mostraram, propõe definições para os termos “cover”, “versão”, “releitura” e “remix”. Sua conceituação baseia-se em seu trabalho de mais de vinte anos no meio musical e apresenta-se da seguinte forma:

- Cover: nessa modalidade, as execuções e timbres procuram reproduzir fielmente as gravações originais;
- Versão: A versão é similar ao cover, na medida em que mantém fidelidade a determinados aspectos da gravação original, no entanto, a “diferença básica

9 Disponível em: <http://revista.cifras.com.br/artigo/lista-musicas-internacionais-que-ganharam-versoes-em-portugues_10750>. Acesso em: 3 out. 2016.

10 A expressão **meme de Internet** é usada para descrever um conceito de imagem, vídeo e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet. O termo é uma referência ao conceito de memes, que se refere a uma teoria ampla de informações culturais criada por Richard Dawkins em 1976, no seu livro *The Selfish Gene*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_\(Internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_(Internet))>. Acesso em: 3 out. 2016.

11 Disponível em:< https://www.buzzfeed.com/otavioo/19-versoes-sertanejas-muito-inusitadas-de-musica-v1cu?sub=4338189_9461613>. Acesso em: 3 out. 2016.

12 Disponível em: < http://www.backstage.com.br/newsite/ed_ant/materias/174/Ticiano%20Paludo.htm>. Acesso em: 31 mar. 2017.

entre cover e versão é que, no caso da versão, mantêm-se fiéis o arranjo e timbragem originais, mantêm-se fiel a melodia vocal e a única coisa que é alterada é a letra (que muda de idioma – lembra da “versão brasileira: Herbet Richards – aqui sim utilizado de forma correta)” (PALUDO, s/d);

- Releitura: nesta modalidade, devem-se manter ao menos a melodia vocal e a letra. “O arranjo é modificado (muitas vezes indo de um estilo extremo ao outro), as progressões de acordes podem sofrer alterações (simplificar um acorde com nona por um power chord ou ainda converter um power chord em acorde com sétima e nona vale se o estilo adotado para a releitura pede isso), assim como o andamento e a sonoridade em geral. Podemos fazer releituras de outros artistas e até de nós mesmos (aqui sim entra o caso dos acústicos, quando o artista não toca seus grandes sucessos em versão acústica, mas sim promove uma releitura acústica de seu material)”;
- Remix: essa modalidade é colocada pelo autor também, em um conceito ampliado, como releitura eletrônica. Para ele, “o remix é uma técnica que foi amplamente desenvolvida e promovida pelos DJs. O remix pode ser encarado como uma roupa nova para uma faixa, sendo esta roupa desenvolvida através da utilização de recortes sonoros. No entanto, ao utilizarmos tais recortes, devemos ter a preocupação de que nossa criação não se distanciará demais daquela que lhe deu origem. Ou seja, o público deve ouvir o remix e estabelecer uma relação direta com a faixa original utilizada como fonte geradora (fonte sonora), por isso mesmo trata-se de uma releitura eletrônica. Não estamos criando uma música nova a partir de uma já existente e sim fazendo-a nascer de novo sob um novo olhar. A fonte sonora, inclusive, deve sempre ser a mesma. Caso utilizemos mais de uma fonte sonora base, o resultado deixa de ser um remix e passa a ser um mashup” (PALUDO, s/d).

As definições apresentadas acima lançam luz ao uso confuso que a mídia faz dos termos e possibilita que possamos nos dedicar a caracterização das unidades de nosso *corpus* de pesquisa. É importante destacar, que os conceitos, ao serem definidos, apresentam um dado fundamental da canção: o seu caráter híbrido. Assim, a versão não se caracteriza apenas por mudar a letra de um idioma para outro, ou seja, um trabalho com a linguagem verbal, mas por manter intactos seus traços da linguagem musical: o arranjo, a timbragem e a melodia vocal originais. Trabalhar com as versões brasileiras das canções das animações de princesas da Disney implica, portanto, em ver como as traduções foram feitas de forma a se enquadrarem no enredo dos filmes.

3 | O USO ACADÊMICO DOS TERMOS “TRADUÇÃO” E “ADAPTAÇÃO”

A tradução não é uma prática nova, porém, seus estudos são relativamente recentes. “Os escritos sobre o traduzir são raríssimos antes da época contemporânea: as operações em jogo parecem tão evidentes que ninguém se dá ao trabalho de descrevê-las.” (OUSTINOFF, 2011, p. 76). Desde o início da prática, sua descrição variou conforme a cultura e entre quais línguas se deu cada processo específico, pois no interior de uma “mesma época, vários modos de tradução podem coexistir: o horizonte não é obrigatoriamente uniforme” (2011, p.70).

Uma variedade de teóricos analisou a prática ao longo dos anos, o que deixou o campo inundado com diferentes teorias e conceitos. Assim, nas tentativas de se diferenciarem traduções, versões e adaptações e de se estabelecer uma hierarquia entre elas, estudiosos tem dispendido tempo e esforços para conseguirem certa “exatidão” em sua diferenciação e conceituação (BASNETT-MCGUIRE *apud* AMORIM, 2005, p. 41).

Um dos primeiros a discutir tradução foi Catford (*apud* Amorim, 2005, p. 67), para quem “a tradução é definida como a ‘substituição de material textual equivalente numa língua (LF [língua fonte]) por material textual equivalente noutra língua (LM [língua meta])’”. Ele foi um dos mais importantes teóricos prescritivistas. Seu pensamento é depois complementado por Eugene Nida, que “define a tradução como ‘o equivalente natural mais próximo em língua meta’” (AMORIM, 2005, p. 67).

Roman Jakobson, em seu “On the linguistic aspects of translation”, de 1959, separa a tradução em três tipos: i) intralingual: “troca” de palavras em uma mesma língua; ii) interlingual (ou tradução “propriamente dita”): a interpretação de signos verbais através de outra língua; e iii) intersemiótica: interpretação de signos verbais através de um sistema de signos não verbais. O linguista não estende sua teoria além disso, subclassificando, por exemplo, alguma outra possibilidade tradutória, o que nos leva a entender que qualquer trabalho que se encaixe em uma dessas três categorias é uma tradução. Desta forma, as versões, quando tomadas em seu aspecto verbal, caracterizar-se-iam como traduções interlinguais.

Ele não foi o único a colocar a tradução em três segmentos. Para Oustinoff (2011), Dryden também distingue três formas de tradução: a primeira é a ‘tradução literal’ (que ele chama de ‘metáfrase’); a segunda é a tradução propriamente dita (inicialmente chamada de ‘paráfrase’, mas rebatizada simplesmente de ‘tradução’ no prefácio de 1697 a suas traduções de Virgílio); a terceira, a ‘imitação’ (posteriormente chamada de ‘paráfrase’). A tradução literal, para o autor, é aquela em que consideramos palavra por palavra, o que é rechaçado por ele. A tradução propriamente dita, por sua vez, “seria a melhor e única maneira verdadeira para se traduzir” (p. 47), pois se concentra mais no sentido do que nas palavras. Já a imitação consiste na liberdade

que toma o tradutor em não repetir nem a palavra, nem o sentido, o que desvirtuaria o autor original, visto que a tradução resta como a criação de algo diverso.

Oustinoff (2011) apresenta ainda a classificação proposta por Goethe, que distingue um ciclo de três tipos de tradução:

- a) aquela que se limita a transmitir a obra tal como ela se apresenta na língua original, como foi feito por Lutero ao traduzir a Bíblia;
- b) a que apresenta a obra de tal maneira como se ela tivesse sido produzida na cultura da língua receptora, como os casos de algumas traduções francesas (*les belles infidèles*), nas quais o tradutor se apropria do texto original, substituindo-o;
- c) aquela em que a tradução não substitui o original, mas tem seu próprio lugar no seio da língua tradutora, permitindo, desta forma, transferir o original de uma língua para outra.

Saindo das divisões em trios, temos também a contribuição de Norman Shapiro, que afirma que levada “ao extremo, a perspectiva pró-alvo visa à transparência absoluta: ‘I see translation as the attempt to produce a text so transparent that it does not seem to be translated.’” (*apud* OUSTINOFF, 2011, p. 54). Ou seja, o tradutor não deve deixar rastros da língua de partida na sua tradução, no texto alvo, sendo a possibilidade de encontramos qualquer traço daquela língua no texto traduzido, como uma inabilidade ou falta de domínio do tradutor da língua de chegada.

Borges, nas palavras de Oustinoff (2011), ao tratar da tradução, a apresenta como uma versão, sendo o original apenas uma versão primordial do texto. O termo versão aqui é utilizado em seu sentido primeiro, que remete a ideia de ser somente outra maneira de se contar um fato. Assim, as traduções não deveriam ser vistas sob uma perspectiva negativa, a partir do adágio amplamente difundido *traduttore, traditore*, que remete a uma visão da tradução como uma traição à obra original.

A variabilidade e a dinâmica que caracterizam a tradução sustentam-se na própria materialidade plural de sua identidade: para Toury (1995), as traduções não têm identidade fixa, na medida em que são concebidas na conjunção de diversos fatores contextuais, tais como as diferenças entre as línguas e entre tradições literárias, e o impulso mercadológico que promove diferentes traduções ao longo da história. (AMORIM, 2005, p.60-1).

Deve ser considerada também a tênue linha entre tradução e adaptação que curiosamente são conceitos bastante comuns no meio da Literatura e do cinema e, mesmo assim, falham constantemente as tentativas de lhes atribuir definições e delineamento. Amorim (2005), ao tratar desse assunto, relativiza os termos, pois a concepção de fidelidade é flexível, já que o que é visto como transgressão segundo uma perspectiva, pode ser considerado como uma leitura aceitável em outros parâmetros. Isso pode ser mais categoricamente afirmado se levarmos em conta

Venuti:

[...] em um contexto, caracteriza-se uma tradução como 'adaptação', associando-se ao termo a noção de transgressão, violação. Já em outro contexto, 'adaptação' deixaria de violar certos limites ao denotar, explicitamente, a modificação do texto original com objetivos definidos. (apud AMORIM, 2005, p.41).

Um olhar mais profundo, porém, nos leva a questionar as “transgressões” e em que se constituem e como podem ser quantificadas e qualificadas. Entretanto, é certo que existe mais nesta discussão que uma simples divergência de opiniões ou dificuldade de delimitação de conceitos. O meio em que esses teóricos se encontram também tem parte em suas opiniões e construções.

O discurso, segundo o qual a 'tradução' promove uma leitura o mais 'fiel' ou mais 'acurada' do texto original e que estabelece que a adaptação seria uma leitura mais 'livre', menos 'rigorosa' e direcionada para fins específicos, exerce influência decisiva na forma como editoras e mesmo certos tradutores articulam esses termos aos textos que produzem. Não são, portanto, termos isolados ou conceitos independentes dos valores que lhes são atribuídos nas diferentes instâncias discursivas. Os conceitos de tradução e adaptação são concebidos com base em uma instância institucional mais ampla, que influencia as próprias opções investidas numa reescritura. (AMORIM, 2005, p. 44).

De fato, a distinção entre tradução e adaptação parece ser mais indefinida quanto mais profundamente olhamos. Os termos se confundem a medida em que tentamos distingui-los de forma definida através de conceitos, tais como literalidade *versus* liberdade, tradução literal *versus* tradução livre, que acabam por mostrar que não existe um método quantitativo ou qualitativo para separar a tradução da adaptação. Os termos tradução e adaptação estão profundamente interligados de forma que é rara a ocasião em que se encontra esta última sem a primeira. Curiosamente, a ocorrência do termo tradução nem sempre é seguido do termo adaptação, o que levanta alguns questionamentos.

Certamente não se pode descartar a hipótese de que a palavra 'adaptação' envolve o reconhecimento da existência de modificações que, geralmente, não são consideradas características de uma 'tradução'. No entanto, tais modificações não significariam, necessariamente, o abandono de qualquer noção de pretensa 'fidelidade' ao texto-fonte. (AMORIM, 2005, p. 70).

Certamente discutir o conceito de fidelidade e sua definição só nos leva de volta ao questionamento quanto ao que separa tradução de adaptação. “Pressupõe-se que a distinção seja muito clara, mas admite-se que ambas as operações, embora distintas, ‘confundem-se’”. (AMORIM, 2005, p.82). Portanto, é de mais valia buscar definir adaptação por si para que possa verificar se o objeto de nosso estudo se encaixa nesses limites. Segundo Amorim, o “termo ‘adaptação’ pode ser empregado com o objetivo de se justificarem modificações que teriam por objetivo tornar mais

‘acessível’ um clássico para um determinado público” (2005, p.70-1), o que coincide com o pensamento de Jakobson (*apud* Amorim, 2005, p. 78) de que a adaptação seria o que ele trata como “tradução intralingual” ou *rewording*, consistente na atualização de textos clássicos ou simplificação de um texto com o objetivo de torná-lo acessível. Semelhante também a essas posições é a de Bastin, que prega “uma tradução preocupada em adequar-se, o máximo possível, às aspirações do leitor e, conseqüentemente, interessada em desvios [écarts] particularmente grandes que envolvem duas realidades sociolinguísticas diferentes” (*apud* Amorim, 2005, p.85). Esse aspecto da adaptação, não corresponde ao que vemos nas canções, pois elas não tem o registro linguístico (erudito na língua de partida, por exemplo) modificado para outro registro (mais popular) na língua de chegada.

Johnson traz outro conceito à tona, tratando a adaptação como a transformação de um formato ou gênero em outro, como encontramos em romances transformados em filmes ou seriados de televisão, obras literárias adaptadas para quadrinhos etc. De qualquer forma,

[...] os aspectos ‘dogmáticos’, ‘políticos’ e ‘estéticos’ em jogo na relação entre traduzir e adaptar revelam que não há uma instância de objetividade com base na qual seria possível ‘descobrir’ fronteiras conceituais dadas de antemão. Fronteiras são construídas e deslocadas, atendendo a certos preceitos, conduzindo o trabalho interpretativo, tornando aceitável uma determinada leitura e excluindo outras, sob determinados limites, que não são universais. (AMORIM, 2005, p.115).

Voltamos, portanto, à perspectiva de Bastin, que apesar de também apresentar suas limitações, é a que serve de melhor impulso para a análise aqui pretendida, pois trata a adaptação como “natural para o tipo de texto em questão, na medida em que seria uma forma de reexpressar os ‘efeitos de sentido do original’, levando-se em consideração a realidade sociolinguística dos destinatários” (*apud* AMORIM, 2005, p.88). E, partindo do pressuposto que as versões são feitas a partir do propósito de se enquadrarem no enredo de um filme e de manter intacto o conteúdo musical ao alterar apenas a linguagem, pensamos que esta definição de adaptação é a que mais satisfatoriamente adequa-se ao nosso intuito de analisar as versões. Dessa forma, o termo versão ganha, em nosso trabalho, o estatuto de adaptação, segundo a discussão feita sobre este termo no meio acadêmico.

4 | A ANIMAÇÃO, O MUSICAL E A CANÇÃO

Para entendermos as relações entre a canção original e sua adaptação precisamos definir a relação da animação com o musical e o papel da canção neste último. Definidos de maneira sintética, podemos entender a animação, como o nome deixa claro, como a arte de animar desenhos para criar uma sequência visual; já o

musical caracteriza-se por ser uma expressão artística do teatro, estendendo-se ao cinema e à televisão. Para Araujo (s/d):

Está no contexto do musical o diferente gênero de óperas, inclusive a ópera chinesa, de musicais modernos, e de cabarés. A base da estrutura cênica do musical é uma narrativa apoiada em composições musicais, que irão acompanhar o diálogo, ser o próprio diálogo, e/ou integrar os números coreográficos do espetáculo. Na apresentação de um musical há uma banda de música, orquestra, ou efeitos sonoros que servem de suporte para o espetáculo.

Ao final da década de 20, o cinema passou a contar com som, o que trouxe muitas mudanças para o meio. A Metro-Goldwyn-Mayer (MGM) passou a produzir musicais – filmes em que há, pelo menos, uma grande sequência musical – no final da década de 30 e logo Walt Disney seguiu a concorrente e

[...] estabeleceu a relação entre o musical e a animação ao lançar seu primeiro longa-metragem ‘Branca de Neve e os sete anões’ (*The Snow White and the Seven Dwarfs* – EUA). A partir desse filme, todas as animações de seu estúdio, até os dias de hoje, passaram a ter pelo menos uma grande sequência musical. (SOUZA, 2005, p.53).

Branca de Neve e os Sete Anões foi o primeiro filme de animação¹³ a trazer a estratégia de roteiro de um filme *live-action* (com atores) para o contexto animado, que antes tinha como o foco situações de comédia que se interligavam como justificativas tênues para a sequência apresentada. Com essa mudança veio a possibilidade do público se identificar e se preocupar verdadeiramente com as personagens, que, a partir desse momento, tinham personalidade. Parte dessa identificação acontece porque conseguimos entender as personagens, o que querem e como se sentem. Quando a Branca canta que “Um dia/ eu serei feliz/ sonhando/ assim” e nos conta que sonha com seu príncipe, nós entendemos e torcemos por ela. Isso, segundo Souza (2005, p.54), é fato sem precedentes na história da animação, ou seja, o estabelecimento de uma heroína com quem o espectador se relacione e que não é feita de carne e osso.

Dessa forma, a canção se torna elemento crucial da estrutura narrativa dos musicais pois

[...] dão informações importantes sobre o estado de espírito dos personagens, suas crenças e seus sonhos. Com canções bem adaptadas, que fluem dando uma continuidade natural à história, é como se os personagens só pudessem expressar seus verdadeiros sentimentos através da música. (SOUZA, 2005, p. 55).

A partir do filme *Branca de Neve e os Sete Anões*, a ocorrência de ao menos um grande número musical que auxilie na construção da narrativa é regra nos longas-metragens com o selo do estúdio Disney (VERAS, 2005, p. 55).

13 *Branca de Neve e os Sete Anões* data de 1937.

Dito isto, parece justo discorrer sobre o gênero canção de forma que possa ser melhor entendido como ele será tratado e analisado nesse trabalho. De acordo com Lopes (2013, p. 29),

A canção é considerada um gênero discursivo **híbrido** devido ao seu caráter de agregar propriedades, quanto ao conteúdo temático, à construção composicional e às marcas linguístico-enunciativas, de outros gêneros discursivos da mesma ou de outras esferas sociais. Isso ocorre em consequência, principalmente, das condições de produção que possibilitam que elementos de gênero distintos, como poemas, contos e fábulas, sejam incorporados à construção de uma determinada canção para a produção de efeitos de sentido. (negrito da autora).

Podemos inferir, a partir desta afirmação, que as canções são geralmente produzidas sob as influências que sofre em seu meio, seja ele um filme ou outra vertente artística. O meio não atua só sobre a letra, sendo a melodia uma construtora de sentido simultânea desta (Lopes, 2013, p. 30) e que pode também mudar o sentido agindo sozinha. Um exemplo dessa faceta da trilha sonora está nos acidentes físicos – mais comumente quedas – que podem ser trágicas ou cômicas, dependendo do som que as acompanha.

Ainda no aspecto puramente musical, Lopes separa três categorias referentes à linguagem musical (aqui apresentadas de forma simplificada):

- a) Harmonia: uma sequência de sons (acordes) que fazem sentido e são audíveis;
- b) Ritmo: demonstra o movimento a partir da duração e intensidade dos sons;
- c) Melodia: combinação de ritmo e harmonia de forma que se produza um sentido único.

Além dos aspectos referentes à linguagem musical, o gênero canção também apresenta regularidades discursivas relativas à linguagem verbal, que são, segundo Perfeito e Vedovato (*apud* Lopes, 2013, p. 33), oriundas do gênero poema:

- Contexto histórico e pessoal normalmente influencia a forma da linguagem empregada, bem como o arranjo do poema;
- Construção da estrutura do enunciado por meio de rimas, estrofes e versos;
- Ritmo (pode ser marcado pela relação do poeta com o seu contexto);
- Emprego de figuras de linguagem e de pensamento;
- Forte presença de estratos fonéticos;
- Efeitos sonoros de linguagem;
- Intertextualidade;
- Possível emprego de neologismos;
- Repetição de versos e palavras.

Ainda sobre o gênero canção, podemos falar de refrão ou estribilho, um recurso de memorização ou de destaque para um ponto preciso da letra.

A inter-relação entre as noções de canção, musical e animação, propostas neste subitem, servem de base para as análises apresentadas a seguir.

5 | AS VERSÕES EM PORTUGUÊS DAS CANÇÕES DE PRINCESAS DA DISNEY

Como vimos, a canção se caracteriza como um gênero sincrético que envolve a linguagem verbal e musical. Para o tratamento da canção neste trabalho, dividimos as linguagens, possibilitando a compreensão de seus aspectos recorrentes nas animações.

5.1 Quanto à funcionalidade no enredo

Como vimos com Araujo (s/d), a base da estrutura cênica do musical é uma narrativa que vai se apoiar nas composições musicais; estas, por sua vez, podem constituir, em nosso *corpus*, diálogos, apresentar contexto(s) geográfico(s) ou indicar reflexões das personagens.

Referente ao primeiro aspecto – a constituição de diálogos – temos três situações diferentes em nosso *corpus*: i) aquelas em que os turnos de fala¹⁴ são únicos, portanto sem troca de turnos; ii) aquelas com troca de turnos cantados entre as personagens; e iii) as que os turnos cantados por uma personagem são respondidos por turnos falados por outra.

No filme *Mulan*, no momento da narrativa em que o comandante Shang se dirige aos homens em treinamento, a canção *Homem ser/ I'll make a man out of you* é composta somente por seu turno de turno de fala¹⁵:

Original	Versão brasileira
Let's get down to business To defeat the Huns Did they send me daughters, when I asked for sons? You're the saddest bunch I ever met But you can bet, before we're through Mister, I'll make a man out of you Tranquil as a forest, but on fire within Once you find your center, you are sure to win You're a spineless, pale, pathetic lot And you haven't got a clue Somehow I'll make a man out of you	Vamos à batalha Guerrear, vencer Derrotar os hunos É o que vai valer Vocês não são o que eu pedi São frouxos e sem jeito algum Vou mudar, melhorar Um por um Calmo como a brisa Chamas no olhar Uma vez centrado Você vai ganhar São soldados sem qualquer valor Tolos e sem jeito algum Mas não vou desistir de nenhum

Quadro 2: *Homem ser/ I'll make a man out of you*

14 De acordo com Marcuschi (1986), a conversação é o gênero da interação humana e se dá por meio de turnos conversacionais, que se definem como aquilo que o falante faz ou diz enquanto tem a palavra.

15 O turno cantado de Shang é interrompido por turnos de personagens que indicam reflexões pensadas e não verbalizadas.

Como podemos ver, a canção apresenta a fala de Shang para os homens que ainda são colocados nesse início como inaptos para a batalha. No entanto, o comandante já avisa que não desistirá, o que é demonstrado no decorrer da canção, no qual também vamos percebendo o desenvolvimento dos soldados. Assim, em termos narrativos, a canção determina um antes e um depois, envolvendo o credenciamento de cidadãos e a transformação deles em soldados para lutarem contra os hunos.

Da mesma forma, ou seja, com turno cantado apenas por uma personagem, temos as canções: Um sonho é um desejo/*A dream is a wish your heart makes*; Bibidi-Bobidi-Bu/*Bibbidi-Bobbidi-Boo*, de *Cinderela*; Aqui no mar/*Under the sea* e Beije a moça/*Kiss the girl*, de *A pequena sereia*; Cores do vento/*Colors of the Wind*, de *Pocahontas*; Quase lá/*Almost there*, de *A princesa e o sapo*.

O segundo caso, como colocamos, é aquele com diálogos que envolvem trocas de turnos cantados pelas personagens. No filme *Branca de Neve e os Sete Anões*, na canção *Sonhando assim/I'm wishing* estabelece-se dois diálogos entrecruzados: o de Branca de Neve com o poço dos desejos e o do Príncipe com Branca de Neve, como podemos ver no quadro a seguir:

Original	Versão brasileira
(Branca de Neve): When you're standing by a wishing well Make a wish into the well That's all you have to do And if you hear it echoing Your wish will soon come true I'm wishing for the one I love To find me today I'm hoping And I'm dreaming of The nice things he'll say I'm wishing for the one I love To find me today	(Branca de Neve): Ouça então o que eu vou dizer Quem quiser realizar Aquilo que sonhou Basta o eco repetir O que você falou Um dia Eu serei feliz Sonhando Assim Aquele Com quem eu sonhei Eu quero Pra mim Um dia Eu serei feliz Sonhando Assim..
(Príncipe): Today!	(Príncipe): Assim..
(Branca de Neve): Oh!	(Branca de Neve): Oh!
(Príncipe): Now that I've found you Hear what I have to say One Song I have but one song One song Only for you One heart Tenderly beating Ever entreating Constant and true One love That has possessed me One love Thrilling me through One song My heart keeps singing Of one love Only for you	(Príncipe): Ouça, eu lhe peço, O que eu quero dizer Esta canção que eu canto É só para você O amor compôs o tema E o poema vem de você Sinto que algum dia Esta canção que eu fiz Venha fazer o nosso Destino muito feliz!

Quadro 3: *Sonhando assim/I'm wishing*

Como é possível perceber, cada personagem tem um turno de fala cantado bem desenvolvido, mas se diferenciam quanto aos destinatários: Branca de Neve tem o poço como interlocutor, que repete, em forma de eco, os finais de suas falas; já o Príncipe tem como interlocutora a própria Branca de Neve. Esse é o momento em que as personagens se encontram pela primeira vez. Considerando os interlocutores, é possível verificar que o turno da menina tem a função de desencadear os eventos relacionados ao engajamento amoroso, pois é a partir do seu pedido ao poço (Um dia/ Eu serei feliz/ Sonhando/ Assim) que o príncipe aparece, porque a ouve cantando. Já o príncipe expressa em seu turno o desejo pela constituição do par amoroso: Esta canção que eu fiz/ Venha fazer o nosso/ Destino muito feliz!).

Na *Bela Adormecida*, na canção *Once Upon a Dream*/Era uma vez no sonho, Aurora e o príncipe Felipe tem turnos cantados e voltados um para o outro, como podemos ver no quadro abaixo:

Original	Versão brasileira
(Aurora): I know you! I walked with you once upon a dream I know you! The gleam in your eyes is so familiar a gleam Yet, I know it's true That visions are seldom all they seem But If I know you, I know what you'll do You'll love me at once The way you did once upon a dream But If I know you, I know what you'll do... You'll love me at once	(Aurora): Foi você o sonho bonito que eu sonhei Foi você, eu lembro tão bem você na linda visão E me fez sentir que o meu amor nasceu então E aqui está você Somente você A mesma visão Aquela do sonho, que sonhei E aqui está você Somente você A mesma visão
(Phillipe e Aurora): The way you did once upon a dream	(Felipe e Aurora): Aquela do sonho que sonhei
(Phillipe): I know you! I walked with you once upon a dream I know you! The gleam in your eyes is so familiar a gleam	(Felipe): Foi você o sonho bonito que eu sonhei Foi você, eu lembro tão bem você na linda visão

Quadro 4: *Once Upon a Dream*/Era uma vez no sonho

Em termos de narrativa, esse é o momento em que Aurora e Felipe encontram-se pessoalmente pela primeira vez, visto que, como é colocado na canção, eles se conheceriam por sonho, pois ambos desejam o amado ideal: “Foi você o sonho bonito que eu sonhei”. No diálogo que estabelecem, há trechos falados, mas sem mudança dos interlocutores. Nesse momento, temos, assim como em *Branca de Neve*, o sonho como o lugar onde o par amoroso primeiramente se encontra. O desenvolvimento narrativo se desdobrará na luta do príncipe contra a vilã Malévola para salvar seu amor: Aurora, a bela adormecida, que ele conheceu como a camponesa do bosque.

Classificam-se também nesse segundo tópico a canção *Um mundo ideal/A whole new world*, de *Aladdin*, na qual o personagem que o nomeia a animação e a princesa Jasmine se encantam com o mundo que visualizam a partir do encantamento amoroso (Olha/eu vou lhe mostrar/como é belo esse mundo). Como poderemos perceber, o encontro dos pares e a conseqüente paixão de se desenvolve a partir daí geralmente são marcados na narrativa por canções. Assim, as canções se mostram como um elemento fundamental na constituição do enredo.

Encontramos somente uma canção em nosso *corpus* em que há turnos cantados por uma personagem e turnos totalmente falados por outra: *Sua mãe sabe mais/Mother knows best*.

Original	Versão brasileira
(Gothel): Look at you, as fragile as a flower Still a little sapling, just a sprout You know why we stay up in this tower	(Gothel): Você é tão frágil como as flores Ainda é uma mudinha e muito nova Sabe porque estamos nesta torre?
(Rapunzel): I know but...	(Rapunzel): Eu sei, mas...
(Gothel): That's right, to keep you safe and sound, dear Guess I always knew this day was coming Knew that soon you'd want to leave the nest Soon, but not yet	(Gothel): Isso aí, para manter você sã e salva Este dia chegaria eu já sabia Ver que o ninho já não satisfaz Mas ainda não
(Rapunzel): But--	(Rapunzel): Mas...
(Gothel): Shh! Trust me, pet	(Gothel): Shh! Confia, coração

Quadro 5: *Sua mãe sabe mais/Mother knows best* .

Nesse momento da narrativa, Rapunzel pede à “mãe” para sair da torre para ver as luzes flutuante que aparecem uma vez ao ano, justamente no dia de seu aniversário. Na canção, da qual selecionamos as primeiras estrofes, Gothel apresenta em seus turnos os argumentos que justificariam a manutenção de Rapunzel trancada na torre, tais como: “Você é tão frágil como as flores”, “Isso aí, para manter você sã e salva” etc. Seus turnos cantados são intercalados por tentativas de tomadas de turno feitas por Rapunzel para contra-argumentar: “Eu sei, mas...”, “Mas...”. No desenvolvimento narrativo, o espectador saberá que a mãe não permite a saída de Rapunzel da torre. Esse fato, desenvolvido pela canção levará a personagem a uma medida mais drástica: recorrer a Flynn Rider, um bandido que invade a torre, a levá-la para a cidade, desencadeando os elementos do enredo.

Quanto a função de apresentar o contexto geográfico em que se dá a narrativa, temos duas canções: *A noite da Arábia/Arabian nights*, de Aladdin e *Lá em Nova Orleans/Down in New Orleans*. Nesses dois casos, as canções vão dar indicações gerais sobre o espaço em que os enredos se desenvolverão. Vejamos:

Original	Versão brasileira
Oh I come from a land, from a faraway place Where the caravan camels roam Where they cut off your ear If they don't like your face It's barbaric, but hey, it's home When the wind's from the east And the sun's from the west And the sand in the glass is right Come on down Stop on by Hop a carpet and fly To another Arabian night Arabian nights Like Arabian days More often than not Are hotter than hot In a lot of good ways Arabian nights 'Neath Arabian moons A fool off his guard Could fall and fall hard Out there on the dunes Arabian nights Like Arabian days More often than not Are hotter than hot In a lot of good ways	Venho de um lugar Onde sempre se vê Uma caravana passar É uma imensidão Um calor e exaustão Como é bárbaro o nosso lar Sopram ventos do leste E o sol vem do oeste Seu camelo quer descansar Pode vir e pular No tapete voar Noite Árabe vai chegar A Noite na Arábia E o dia também É sempre tão quente Que faz com que a gente Se sinta tão bem Tem belo luar E orgias demais Quem se distrair Pode até cair Ficar para trás

Quadro 6: *A noite da Arábia/Arabian nights*

A canção serve, na narrativa, para dar características do espaço no qual o enredo se desenvolverá. As dificuldades do lugar (Sopram os ventos do leste/E o sol vem do oeste/Seu camelo quer descansar), a brutalidade de seus habitantes (Vão cortar sua orelha), bem como seus aspectos agradáveis (Tem belo luar/E orgias demais) são colocados na canção que abre o filme animado, garantindo ao espectador uma imersão no espaço geográfico da narrativa.

Da mesma forma, a canção *Lá em Nova Orleans/Down in New Orleans*, que inicia o filme a princesa e o sapo, descreve o espaço narrativo, como podemos ver nas duas primeiras estrofes apresentadas a seguir:

Original	Versão brasileira
In the southland, there's a city Way down on the river Where the women are very pretty And all the men deliver. They've got music, it's always playin'. Starts in the daytime, goes on through the night. When you hear that music playin', Hear what I'm sayin', it makes you feel alright.	Lá no Sul tem uma cidade Por onde o rio desce Onde as mulheres são beldades E os homens enlouquecem Onde a música começa cedo E continua até o sol raiar Quando ela toca não é brinquedo E você também pode experimentar

Quadro 7: Lá em Nova Orleans/*Down in New Orleans*

Traços próprios do espaço, como a localização da cidade no sul dos Estados Unidos (Lá no Sul tem uma cidade), suas características (por onde o rio passa) e traços típicos do seu povo (Onde as mulheres são beldades/E os homens enlouquecem) são apresentados para que o espectador tome conhecimento do ambiente específico que serve de pano de fundo para o desenvolvimento narrativo.

A canção com a função de expressar os pensamentos, as reflexões das personagens, aparece com bastante frequência em nosso *corpus*. Em todos os momentos nos quais esse funcionamento está presente, vemos a personagem imersa em reflexões sobre sua vida ou sobre os acontecimentos que a cercam. De acordo com Souza (2005), as canções dão informações importantes sobre o estado de espírito das personagens, como se elas só pudessem expressar seus verdadeiros sentimentos através da música. Nesse funcionamento, encontramos: *Eu vou/Heigh Ho*, de *Branca de Neve e os Sete Anões*; *Sentimentos são/Beauty and the Beast*, *Alguma coisa acontecer/Something there*, de *A Bela e a Fera*; *Lá na curva/Just around the riverbend*, de *Pocahontas*; *Imagem/Reflection*, de *Mulan*; *Ao ar livre/ Into the open air*, *O céu eu vou tocar/Touch the sky*, de *Valente*; e *Por uma vez na eternidade/For the first time in forever*, *Livre estou/Let it go*, de *Frozen – Uma Aventura Congelante*.

A título de exemplificação, selecionamos a estrofe final da canção *Lá na curva/Just around the riverbend*, de *Pocahontas*:

Original	Versão brasileira
Should I choose the smoothest course Steady as the beating drum? Should I marry Kocoum? Is all my dreaming at an end? Or do you still wait for me, dream giver Just around the river bend?	Que caminho vou seguir? Qual a melhor solução? Vou casar com Kokuan Ou devo então casar com quem? Vou só sentir Que meu sonho vive E depois da curva... Há...

Quadro 8: Lá na curva/*Just around the riverbend*

Nesse momento da narrativa, a personagem Pocahontas reflete sobre seus desejos, numa comparação de seu caminho na vida com o de um rio, que deve saber o curso que percorrerá. Assim, a canção mostra um traço típico das culturas ameríndias, ou seja, a simbiose do homem com a natureza. Da mesma forma que o rio que sempre muda, a personagem também se coloca nessa posição e se pergunta o que estará depois da curva. O desconhecido para o rio é o mesmo questionamento que Pocahontas faz para si mesma, sobre com quem deve se casar: Kokuan ou John Smith.

Quando pensamos na importância das canções para o funcionamento da narrativa, vemos que, apesar de as letras em português trazerem alterações que fazem com que elas percam sua literalidade, como pudemos ver no contraste entre o original e suas adaptações em língua portuguesa, já que não encontramos correspondências verso a verso, ambas as canções mantêm a ideia geral do momento em que são inseridas na narrativa.

5.2 Quanto aos aspectos musicais

Estamos considerando a canção em português como uma adaptação da canção original em língua inglesa. A adaptação, por sua vez, está posta como uma versão, tratada no âmbito musical como uma adaptação na qual mantemos a fidelidade ao arranjo, timbragem e melodia originais, mudando apenas a letra.

Um olhar para o *corpus* comprova que, musicalmente, todas as vinte e três canções que o constituem não são alteradas, no tange aos aspectos musicais, para que possam ser reconhecidas em qualquer lugar, independentemente da língua em que são cantadas. Rick Dempsey, vice-presidente criativo da *Disney Character Voices International* afirmou, em entrevista ao *The Hollywood Reporter*¹⁶, que: “O nosso objetivo é fazer com que todas as audiências ao redor do mundo sintam que *Frozen* foi feito em seu país e para o seu povo” (tradução nossa). Nesta mesma matéria, o compositor responsável pela faixa mundialmente famosa “Let it go”, Robert Lopez, relata que a “Disney basicamente diz para não escrever letras baseadas em trocadilhos” (tradução nossa), pois isso dificultaria, ao traduzirmos para outra(s) língua(s), manter o jogo de palavras sem perder o sentido da canção. Ou seja, é fato declarado que as canções são compostas de forma que sejam adaptáveis na linguagem verbal sem modificar a linguagem musical em todas as nacionalidades.

5.3 Quanto aos aspectos linguísticos

Nesse item, detemo-nos na discussão dos dados linguísticos envolvidos nas versões. Para isso, selecionamos algumas canções para mostrar aspectos que

16 Disponível em: <<http://www.hollywoodreporter.com/news/frozen-composer-robert-lopez-peils-683171>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

são recorrentes no conjunto do *corpus*, que envolvem diferenças nas letras e no esquema de rimas, ou seja, no processo de adaptação do original. Como vimos com Lopes (2013), a canção possui esquema de rimas, assim como os poemas. Na canção *Beije a moça/ Kiss the girl*, encontramos o esquema de rimas mostrado na tabela apresentada a seguir:

Kiss the girl		Beije a moça	
There you see her	A	Aí está ela,	A
Sitting there across the way	B	Aprendendo a namorar	B
She don't got a lot to say	B	Nada nada vai falar	B
But there's something about her	A	Mas embora não a ouça	C
And you don't know why	C	Dentro de você	D
But you're dying to try	C	uma voz vai dizer	D
You wanna kiss girl	D	Agora "Beije a moça"	C
Yes, you want her	A	É verdade,	E
Look at her, you know you do	E	gosta dela como vê	D
It's possible she wants you too	E	Talvez ela de você	D
There's one way to ask her	A	Nem pergunte a ela	A
It don't take a word,	F	Pois não vai falar,	B
not a single word	F	só vai demonstrar	B
Go on and kiss the girl	D	Se você a beijar	B

Tabela 1: Comparação das estrofes iniciais da canção e de suas rimas

Algumas mudanças são significativas, como o segundo verso, que é mudado de “sentada ali no meio do caminho” (tradução nossa) para “aprendendo a namorar”. Mas apesar de tirarmos Ariel do caminho para que os aspectos musicais se mantenham, a canção ainda está inserida no contexto do enredo do filme, que é o objetivo primordial da versão. Os quatro versos finais da primeira estrofe também passam por muitas mudanças, mas também se mantém no tema principal: beijar a moça. Outra modificação digna de nota é a de “want” ou “querer” (“Yes, you want her”) por “gostar” (É verdade, gosta dela como vê). Embora essas palavras possam parecer distantes para um falante de língua portuguesa quando o assunto é relacionamento, é muito comum o uso de “querer” em língua inglesa, ao se tratar de interesse romântico. Portanto, ao trocar os termos, o tradutor trabalha em função da canção como um todo, visto que, apesar de todas as palavras terem traduções muito próximas que poderiam ser usadas, ele procura usar aquelas que não deixariam a desejar musicalmente.

As rimas das canções (mostradas à direita das letras na tabela anteriormente apresentada) são levemente alteradas em favor do sentido e da linguagem, que deve ser simplificada devido ao seu público alvo, porém, estabelecem um padrão muito semelhante ao original, de forma que ainda existam quase as mesmas posições, mas

com outros sons. Vejamos, como exemplo, o padrão das rimas da primeira estrofe: *Kiss the girl*: A B B A C C D; *Beije a moça*: A B B C D D C. Vemos que o padrão A B B A muda para A B B C, introduzindo uma nova unidade de rima na canção em português (C), que se repete no último verso da estrofe, o que não acontece no original, cujo padrão de rima termina em D, sem correspondência anterior.

No filme *Mulan*, a canção *Homem ser/I'll make a man out of you* traz escolhas tradutórias que seriam questionáveis em qualquer outro contexto, porém aqui elas são feitas com base na meta de que se mantenha o aspecto musical e se construa uma narrativa com que o espectador possa se identificar. O próprio título, que em tradução literal seria “Vou fazer homens de vocês”, nos traz essa marca de escolhas tradutórias questionáveis que foram feitas em função da musicalidade, fazendo as palavras caberem na melodia. Da mesma forma, outros versos tiveram o mesmo tratamento, caracterizando a canção em português como uma adaptação/versão. Vejamos alguns exemplos:

Original	Versão brasileira	Tradução
Say goodbye to those who knew me	Diga a todos que eu já vou	Diga adeus àqueles que me conheciam
This guy's got'em scared to death	Não deixa ele te bater	Esse cara bota muito medo neles
Mysterious as the dark side of the moon	Que a luz do luar nos traga inspiração	Misteriosos como o lado escuro da Lua

Tabela 2: Comparação de versos da canção *Homem ser/I'll make a man out of you*

Também em *Mulan*, na canção *Imagem/Reflection*, temos dois exemplos deste procedimento: os versos “*Somehow I cannot hide/Como vou desvendar*” e “*Though I've tried/vou tentar*” que, traduzidos são, respectivamente, “De alguma forma não consigo esconder” e “Apesar de ter tentado”. Como podemos verificar, o significado é semelhante, mas a tradução não é literal, confirmando o aspecto de adaptação/versão da canção em português.

Nosso último exemplo é a própria “*Let it go/Livre estou*” (*Frozen – Uma Aventura Congelante*), que traz o verso “*That perfect girl is gone/A tempo de mudar*”, que sem as amarras da musicalidade seria “*Aquela garota perfeita se foi*”.¹⁷

Curiosamente, o aspecto das rimas, apesar de ser fundamental na construção de ritmo, raramente se mantém o mesmo, como já observamos em *Beije a moça/Kiss the girl*. Contudo, ele não se distancia muito, apresentando-se frequentemente próximo, como é o caso da canção *Ao ar livre/Into the open air*, de Valente:

17 Todas as traduções livres apresentadas como exemplificação são obra dos autores deste tra-

Original		Versão Brasileira	
This love, it is a distant star	A	Como uma estrela é esse amor	A
Guiding us home wherever we are	A	Mostrando o norte seja onde for	A
This love, it is a burning sun	B	Amor que queima como um Sol	B
Shining light on the things we've done	B	Uma luz que parece um farol	B
I tried to speak to you every day	C	Pois conversar não adiantou	C
But each word we spoke	D	São palavras que o vento levou	C
The wind blew away	C		

Tabela 3: Comparação das estrofes iniciais da canção e de suas rimas

É possível observar, pela Tabela 3, que o esquema de rimas muda de A A B B C D C para A A B B C C, desconsiderando apenas o verso em D. Logo, ambos estão muito próximos, garantindo também uma proximidade maior da versão com o original. No entanto, isso nem sempre acontece, pois há canções em que o esquema de rimas se modifica de forma mais acentuada, como em *O céu eu vou tocar/Touch the sky*, do mesmo filme:

Original		Versão Brasileira	
When cold winds are calling	A	Ventos frios me chamando	A
And the sky is clear and bright	B	Vejo o céu azul brilhar	B
Misty mountains sing and beckon	C	As montanhas sussurrando	A
Lead me out into the light	B	Que pra luz vão me levar	B
I will ride	D	Vou correr	C
I will fly	E	Vou voar	B
Chase the wind and touch the sky	E	E o céu eu vou tocar	B
I will ride	D	Vou voar	B
I will fly	E	E o céu eu vou tocar	B
Chase the wind and touch the sky	E		

Tabela 4: Comparação das estrofes iniciais da canção *O céu eu vou tocar/Touch the sky* e de suas rimas

Como é possível verificar, a mudança é mais substancial nessa canção, pois o esquema de rimas da versão apresenta somente três possibilidades – A B C, ao contrário do original no qual temos cinco. Também a ordem não se mantém, pois encontramos A B C B D E E D E E, no original, e A B A B C B B B B, na versão, garantindo a proximidade da versão com o original somente pelos aspectos da melodia. Esses dois exemplos, mais a canção de A pequena sereia apresentada anteriormente, demonstram as possibilidades de proximidade ou afastamento da versão em relação ao original encontradas em nosso *corpus*.

6 | CONCLUSÃO

Podemos ver, a partir de nossas análises, que as adaptações/versões das canções de nosso *corpus* têm como objetivo primordial a manutenção de seu aspecto musical e de seu papel no enredo, posto que as escolhas tradutórias analisadas apontam para essa perspectiva, ao deixar de lado a tradução termo a termo em favor de uma linguagem que se encaixe com os aspectos musical e narrativo, mantendo o sentido geral das letras originais, apesar das alterações necessárias.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. S. Musical. In: **InfoEscola**. Navegando e Aprendendo. Disponível em: <www.infoescola.com/musica/musical/>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. In: _____. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 26-306.

BARBEITAS, F. T. Reflexões sobre a prática da transcrição: as suas relações com a interpretação na música e na poesia. **Per Musi**. Belo Horizonte, v.1, 2000. p. 89-97.

CARETTA, A. A. A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Betriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil (orgs.). **Modelos de análise linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 99-114.

JAKOBSON, R. **On Linguistic Aspects of Translation**. 1959. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic84298.files/Supplementary_readings/JAKOBSON.PDF>. Acesso em: 12 fev. 2016.

LOPES, A. A. **Gênero discursivo canção**: uma proposta de didatização para o Ensino Fundamental. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MILTON, J. A tradução de romances “clássicos” do inglês para o português no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, (24):19-33, Jul./Dez. 1994. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/tla/article/download/3632/4601>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

MORIGI, V. J.; BONOTTO, M. E. K. K. A Narrativa Musical, Memória e Fonte de Informação Afetiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n.1, 2004, p. 143 – 161.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em Administração**. São Paulo, v.1, n.3, 2º sem./1996. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicasusos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. **Literatura e outras artes hoje**: o texto traduzido. 2007. Universidade de Londres, Londres, Inglaterra. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11949/7363>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

PALUDO, T. Dando nome aos bois. **Revista Backstage**. Disponível em: <http://www.backstage.com.br/newsite/ed_ant/materias/174/Ticiano%20Paludo.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

SOUZA, C. V. **O show deve continuar**: o gênero musical no cinema. 2005. 300f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

VENEZIANO, N. **Melodrama e Tecnologia no Musical Brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Disponível em: <<http://www.portalabrace.org/vcongresso/textos/dramaturgia/Neyde%20Veneziano%20-%20Melodrama%20e%20Tecnologia%20no%20Musical%20Brasileiro.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2016.

LIVRO DE ARTISTA E O UNIVERSO DAS PALAVRAS: MIRA SCHENDEL E TORRES GARCÍA

Priscilla Barranqueiros Ramos Nannini

Instituto de Artes – UNESP

São Paulo – SP

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo traçar relações entre a poética visual da artista brasileira Mira Schendel e do artista uruguaio Joaquín Torres García, demonstrando como ocorre o processo de exploração da palavra e da imagem em suas obras, a partir da produção de Livros de Artista. São traçadas algumas linhas acerca da conceituação teórica, com base nas leituras dos autores Ulises Carrión, Johanna Drucker, Paulo Silveira, entre outros. É feito um levantamento sobre experimentações visuais e materialidades, finalizando com os diálogos entre as obras desses artistas.

PALAVRAS-CHAVE: palavra; imagem; livro de artista.

ARTIST BOOK AND THE UNIVERSE OF WORDS: MIRA SCHENDEL AND TORRES GARCÍA

ABSTRACT: This article aims to trace relationships between visual poetic of Brazilian artist Mira Schendel and Uruguayan artist Joaquín Torres García, demonstrating as it does the process of exploration of word and image in their works, thinking these dialogues from the

artist books production. It starts with a few lines about the theoretical conceptualization, based on readings of authors Ulises Carrión, Johanna Drucker, Paulo Silveira, and others. It made a visual survey of trials and materialities, ending with the dialogues between the works of these artists.

KEYWORDS: word; image; artist book.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa *Palavras e imagens: possíveis diálogos no universo do livro de artista*, cujo objetivo era realizar entrelaçamentos entre verbal e visual, usando como fio condutor dessas reflexões Livros de Artista, suporte que tem relação direta com a visualidade. A contemporaneidade é marcada por uma grande proliferação de imagens, por isso a importância do olhar crítico em relação a este tema.

Quais são os diálogos encontrados entre a produção visual de Mira Schendel e Joaquín Torres García? Nesse artigo vou investigar como estes artistas trabalham a palavra e a imagem em suas obras.

Schendel pesquisou de diversas maneiras a disposição das letras no espaço, explorando

a visualidade de seu suporte. Realizou uma obra centrada na linguagem como materialidade e pensou a palavra como algo verbalmente inteligível, transformando-a em imagem visível. Faço um recorte em trabalhos diretamente relacionados com o uso das palavras, os *Cadernos*.

Torres García é um artista com uma trajetória que vai além das produções artísticas, dedicando-se à pesquisa teórica e reflexões diversas. A partir da leitura de seus *Manuscritos*, onde palavras, imagens e grafismos representam uma só linguagem, busco pontos de encontro com a obra de Schendel. *Manuscritos* podem ser considerados verdadeiros Livros de Artista, obras que foram pensadas com um completo domínio de sua materialidade, técnica e conceito.

2 | LIVRO DE ARTISTA

Durante o século XX, pode-se constatar um forte diálogo entre as artes visuais e a literatura, ocorrendo a diluição dos limites, provocando a aproximação entre essas linguagens. Como exemplo dessa integração entre palavra e imagem, têm-se os Livros de Artista, em que antigas formas de expressão foram retomadas com novos contornos. Obras que romperam as fronteiras atribuídas aos livros de leitura, assumindo-se como objetos de arte, representando uma nova linguagem, entre o linear e o visual, entre a literatura e as artes.

Poetas se conscientizaram da visualidade da escrita e da página, enquanto os artistas plásticos resgatavam a origem visual das palavras, utilizando elementos textuais nas obras: grafismos, letras de diversos alfabetos, fragmentos de textos, impressos, utilizando a escrita como um elemento gráfico/conceitual (Miranda, 2006: 10).

Segundo Drucker (2012: 21), o Livro de Artista não surgiu de maneira linear, havendo pontos simultâneos de origem. Pode-se localizar seus primórdios nas vanguardas artísticas do início do século XX, quando artistas desses movimentos fizeram diversas experimentações entrelaçando palavra e imagem. No Brasil, as experiências dos poetas e artistas visuais no período Concreto (1950 a 1960), são apontadas como o início de uma preocupação com o verbal e sua relação com a estrutura visual, havendo o uso de signos gráficos na poesia. Em 1952 ocorre a formação do Grupo *Noigandres*, com Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos (São Paulo). Poetas se ligam a outras linguagens como as artes plásticas e a música. Das atividades desse grupo emergiu o movimento Poesia Concreta.

Na Poesia Concreta são trabalhados os aspectos formais e sonoros das palavras. Há uma nova sintaxe-visual do texto. Os poetas concretos desenvolveram experiências que se desdobraram em muitas pesquisas relacionadas ao campo

das artes gráficas. Desenvolveram seus próprios livros-objeto, como *Poemóviles* e *Caixa Preta*, de Augusto de Campos e Julio Plaza. Baseando-se nos princípios de relação, justaposição, correlação, escrita ideogrâmica, na Poesia Concreta trabalha-se os elementos gráficos; explorando os fatores gestálticos de proximidade e semelhança visual (Campos; Pignatari; Campos, 2006: 215). Essas experiências foram precedidas por Wladimir Dias Pino e a criação do livro-poema *A Ave* (1956), cuja poética propunha a simultaneidade do visual e verbal e, obteve importância pela participação dada ao fruidor para a obra se completar. Conforme manipulava suas páginas e camadas de códigos, determinava o ritmo da leitura, possibilitando uma experiência poética cinético-temporal.

Durante os anos 1970, dentro do universo do Concretismo, Neoconcretismo e desdobramentos, ocorre uma explosão de Livros de Artista, havendo uma radicalização de experimentações. Artistas se lançaram em múltiplas direções, explorando as mais diferentes possibilidades de expressão. Uma rica produção, em que texto e imagem interagem de maneiras diversas, provocando a dissolução das fronteiras entre poesia e artes, como no livro-poema *Oxigênese* (1977), de Villari Hermann, palavra e imagem estão em contexto único e simultâneo.

A leitura de diversos autores contribuiu para que houvesse uma maior compreensão sobre o campo do Livro de Artista e suas conceituações. A ideia foi buscar o entendimento das especificidades dessa linguagem, evidenciando qual o espaço ocupado pelo Livro de Artista, por ser este um campo de natureza híbrida, com fronteiras fluidas.

Segundo Carrión (2011: 5), um livro é uma sequência de espaços, de momentos. Um livro é uma sequência de espaço-tempo. O Livro de Artista explora sempre as características estruturais do livro, sendo a soma de todas as páginas percebidas em momentos diferentes. As páginas funcionam como espaços ativos para a construção da obra, fazendo parte do processo poético, uma vez que podem gerar significações próprias.

O Livro de Artista pode ser compreendido como obra intermediática, uma vez que possui natureza híbrida. Está situado na interseção entre diferentes mídias: impressão, palavra, escrita, fotografia, imagem, design. Essa expressão artística convive num espaço no qual não cabem definições fechadas. “O Livro de Artista é múltiplo, possibilitando assim diversas formas de aproximação” (Veneroso, 2012: 83).

Quando palavras e imagens dialogam, ocorre a fusão entre códigos, sendo que o elemento visual funde-se conceitual e visualmente com as palavras. Essas relações no Livro de Artista são recorrentes, podendo ocorrer de várias maneiras.

Os trabalhos passam a ser consequência de uma reconfiguração empreendida pela cena contemporânea: a inserção da palavra também como elemento plástico,

levando em conta sua visualidade, impondo-lhe uma ambiguidade entre seu caráter formal e o significado que carrega. Obras que consideram a forma como geradora de conteúdo, sendo a forma livro intrínseca à obra. Sua estrutura física é parte integrante do processo poético.

Todo livro é um objeto, mas quando rompem as fronteiras atribuídas aos livros de leitura e se assumem como objetos de arte, passam a representar uma nova linguagem, entre o linear e o visual, entre a literatura e as artes, extrapolam o conceito livro, pois a “narrativa literária é substituída por uma narrativa plástica” (Doctors, 1994: 4).

O livro existia originalmente como recipiente de um texto, mas pode conter qualquer linguagem, não somente a linguagem literária. Para Carrión, “fazer um livro é perceber sua sequência ideal de espaço-tempo por meio da criação de uma sequência de signos, sejam linguísticos ou não” (2011: 15).

A estrutura livro passa a ser capturada pela estrutura plástica e vemos nascer uma nova forma expressiva. Os livros de artista não se prendem a padrões de forma ou funcionalidade, são obras raras, únicas ou com pequenas tiragens. São objetos de percepção visual, verbal, tátil. Os artistas trabalham em função da espacialidade, questionando o material proposto.

“O espaço é a música da poesia não cantada” (Carrión, 2011: 25). A introdução do espaço na poesia, ou da poesia no espaço com a poesia concreta e visual, permite um desenvolvimento natural da realidade espacial que a linguagem ganhou desde o momento em que a escrita foi inventada.

A forma e a configuração do livro são usadas para exprimir as ideias do artista, que exploram o potencial do veículo, testando seus limites, podendo manter página, sequência, texto, ilustração, impressão dos livros tradicionais ou se tornar quase escultóricos.

Provoca reflexões sobre a história e o papel do livro como fenômeno cultural, aparece com uma nova função: objeto de contemplação. As palavras no Livro de Artista não são portadoras de uma mensagem, nem estão ali para transmitir determinadas imagens mentais com certa intenção.

Silveira trabalha a questão conceitual do Livro de Artista, pensando em suas contradições e conflitos verificados em suas nomenclaturas. Para ele, um livro com o menor grau de violação de sua ordem, causa estranhamento, sendo a premissa do Livro de Artista contemporâneo. Os artistas ao trabalharem com este suporte realizam um equilíbrio entre o “respeito às conformações tradicionais”, como o códice, e a “ruptura ou transgressão às normas consagradas de apresentação do objeto livro” (Silveira, 2008: 21).

A página do livro é matéria expressiva, um local plasmável por sua interação positiva com a palavra e a imagem, e também porque “é rasgada, furada, colada,

feita, desfeita ou refeita, por mutilação ou reciclagem” (Silveira, 2008: 23). Para o autor, o Livro de Artista pode mesmo designar tanto a obra, como a categoria artística; a concepção e execução podem ser apenas parcialmente executadas pelo artista, com colaboração interdisciplinar. Não necessariamente precisa ser um livro; basta ele ser o referente, mesmo que remotamente. Os limites envolvem questões do afeto, expressadas através das propostas gráficas, plásticas ou de leitura. Objeto poético, suporte para experimentações, onde ocorre o diálogo entre palavra e imagem a partir de registros visuais e literários, sendo formado por elementos de natureza e arranjos variados, entrelaçando linguagens e mídias.

3 | MIRA SCHENDEL

Schendel (1919-1988) foi uma artista fortemente intelectualizada, com preocupações em filosofia e metafísica. No campo gráfico, suas especulações estéticas giravam em torno do espaço, como o silêncio ou o vazio, e do puro signo linguístico. Produziu e pesquisou exaustivamente, explorando diversas técnicas (óleo, têmpera, monotipia, tipos transferíveis, grafite, aerógrafo) usando a composição de letras no espaço da tela ou do papel.

Manteve uma forte relação com a linguagem, o que acabou se transformando em sua principal fonte visual, tanto escrita como gesto, ou seja, “como algo verbalmente inteligível e como matéria estritamente visível” (Pérez-Oramas, 2010: 11). A artista realizou uma arte impregnada de linguagem; do alfabeto à poesia, da letra à frase, do silêncio ao diálogo. Buscando uma materialidade escrita e dos signos; sempre muito experimental, gerou um mundo próprio repleto de símbolos, letras e números; livres e desprovidos do conteúdo que carregam.

4 | CADERNOS: NARRATIVAS VISUAIS

Como desdobramento de seus trabalhos, entre 1970 e 1971, Schendel criou mais de 150 *Cadernos*, nos quais utilizou palavras, letras e signos gráficos, aliando transparência às composições geométricas. Essas obras foram divididas em séries: *Cadernos transparentes*, *Desenhos lineares*, *Furinhos*, entre outros, e foram expostos pela primeira vez no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, nessa mesma época. Os *Cadernos* eram feitos com folhas de acetato, papel branco ou transparente (papel vegetal) e eram encadernados com capas de acrílico ou papel mais encorpado.

Segundo Carrión, no livro da nova arte as palavras não transmitem nenhuma intenção, servem apenas para formar um texto, que é elemento do livro. “Este livro,

em sua totalidade, que transmite a intenção do autor” (2011: 52). Empréstimo sua definição sobre os livros da nova arte, acredito que as produções *Cadernos* possam ser consideradas verdadeiros Livros de Artista, onde, Schendel trabalhou signos verbais de forma não semântica, sem a preocupação de transmitir uma determinada mensagem.

Uso de letras e palavras despojadas de intencionalidade, que não são portadoras de mensagens e não estão ali para transmitir determinadas imagens mentais com determinada intenção: “estão ali para formar, junto com outros signos, uma sequência de espaço-tempo que identificamos com o nome do livro” (Carrión, 2011: 43).

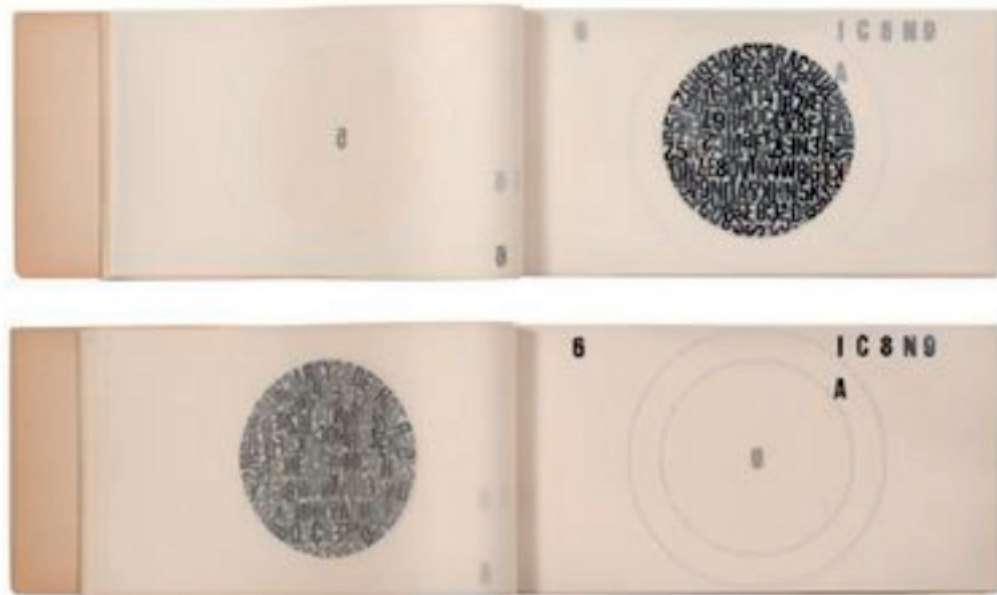


Figura 1: Schendel, s/ título, série *Cadernos*, 1971.

Fonte: <http://www.artnet.de/k%C3%BCnstler/mira-schendel/auktionsresultate>

Cada livro requer uma leitura diferente, conforme o material utilizado, tipo de encadernação, formato, sequencialidade. O leitor precisa de tempo para experienciar cada sensação provocada ao folhear as páginas, tocar e sentir texturas, interferências em forma de relevos, detalhes. Tato, olhar, toque. O ritmo da leitura muda, aumenta, acelera. E nem seria necessário ler o livro inteiro, uma vez que “a leitura pode parar no momento em que se compreende a estrutura total do livro” (Carrión, 2011: 65). Nos *Cadernos* de Schendel, fica evidente a relação com o ritmo e movimento, estabelecendo uma relação cinética ao manusear suas páginas, instigando inúmeras leituras do trabalho.

Ao perceber sequencialmente sua estrutura, apreendendo o livro como um todo, identificando seus elementos, compreendendo sua função; possibilita que o leitor entenda o Livro de Artista, criando signos ou sistemas de signos para uma fruição completa da obra.

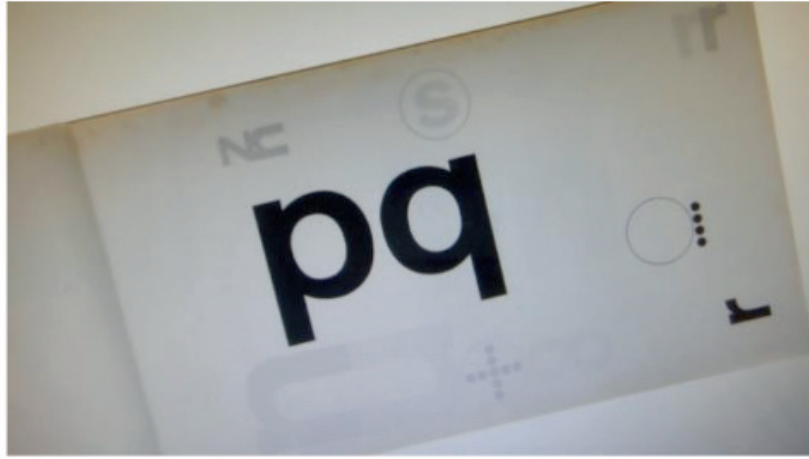


Figura 2: Schendel, s/ título, série Cadernos, 1971.

Fonte: exposição Mira Schendel. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014

Os *Cadernos* tinham páginas sequenciais. Schendel transformou o livro ao introduzir movimento à sua essência, baseado em um novo entendimento, do ato simples de virar as páginas. O uso do papel, transparente ou translúcido, permitiu criar uma experiência de movimento no corpo do livro, com profundidade; também possibilitou que os signos usados nas páginas pudessem interagir uns com os outros, gerando uma sobreposição de letras e formas, criando diferentes leituras. Essas sobreposições permitiam a construção crescente de uma composição serial, progressiva de números, letras (*letraset*) e formas.

Nessas produções há uma forte presença das linhas e de letras emergindo e submergindo no espaço vazio, conforme são folheados; sendo o resultado de suas pesquisas sobre as questões tempo-espaço e transparência. A artista tinha pouco interesse na cor, dando maior importância às variações de densidade. O movimento é orbital, ou seja, volta-se constantemente para si próprio reinventando a noção de velocidade em forma de livro. O aspecto cinético é acentuado ao serem folheados, fazendo com que letras e formas se movimentassem.

Para trabalhar suas questões filosóficas e existenciais, Schendel buscou através da palavra escrita, um meio ao mesmo tempo concreto e poético, em direção à universalidade da linguagem. Em sua obra, a palavra se transforma em imagem, e a imagem é palavra. A leitura de seus *Cadernos* é infinita e experimental; onde pesquisou circularidade, movimento, profundidade, transparência, materiais e encadernações diversas, espaços em branco da página. A maneira como tratou a palavra em suas criações, com valor plástico, permitiu uma abertura visual de letras e signos ao tratá-los como imagens.

Em suas produções, destaca-se a importância visual dada ao espaço branco da página, permitindo que figura e fundo dialogassem. O respiro, a pausa, o silêncio, enfim, o uso do branco do papel como espaço compositivo, conceitos que também são

importantes na Poesia Concreta. “A poesia concreta começa por tomar conhecimento do espaço gráfico como agente estrutural. Espaço qualificado: estrutura espaço-temporal” (Campos; Pignatari; Campos, 2006: 215). Assim como Mallarmé que explorou o caráter plástico das letras, pensando-as como figuras desenhadas no suporte.

A artista nos faz refletir sobre a palavra em seus Livros de Artista. Neles, palavra e imagem dialogam em suas páginas, as letras são tratadas como signos, mas não negadas como fonemas, porque permanece a possibilidade de leitura, embora suas letras e palavras sejam muito mais visuais que legíveis.

5 | JOAQUÍN TORRES-GARCÍA

Artista, escritor, filósofo e professor; uniu arte, ciência e espiritualidade em pinturas, esculturas, textos e manifestos que trouxeram um olhar diferente para a arte latino-americana. Alguns desses artigos tinham a “finalidade do autor pensar a própria obra e questões filosóficas e espirituais com as quais se vinculavam” (Kern, 2012: 154).

Para Torres García (1874-1949), a América Latina deveria construir sua própria arte, criando assim um caminho personalizado, sem copiar a arte europeia. Defendia uma nova mentalidade na arte com um eixo ou direção centrados no universo cultural latino-americano.

O artista uruguaio teve um papel fundamental na definição de novos padrões, artísticos e ideológicos, de valorização da tradição dos povos da América Latina. Em 1935, criou a obra *O Nosso Norte é o Sul*, o mapa invertido da América do Sul, desenhado acima da linha do Equador, e símbolo do que para ele representaria a *Escuela del Sur*. Neste movimento de renovação estética, buscou e pesquisou as culturas pré-colombianas, pensando em uma arte para toda a América, resgatando as raízes culturais latino-americanas e signos primitivos e místicos (Kern, 2012: 158).

Produziu muitos escritos, não somente sobre as suas próprias experiências, mas sobre concepções que deveriam nortear a produção da arte em geral. Cada manuscrito, cada texto produzido eram acompanhados de reflexões, em relação às inúmeras inquietações que permearam sua trajetória, como em *Augusta et Augusta*, *El descubrimiento de si mismo*, *Dialegs*, *New York: impresiones de un artista*, entre outros.

Kern (2012: 154) esclarece sobre a maneira que o artista trabalhou o universo simbólico em sua obra e em seus textos:

O discurso de autonomia da arte moderna e o abandono da representação do mundo visível estimularam o artista a se dedicar à expressão escrita aliada à

imagem, como estratégia para exprimir o pensamento e trazer a palavra para o interior da obra. Os símbolos são inseridos nos textos de Torres García como meios de visualização, expressão e reforço das ideias, bem como de plasticidade. Na pintura, eles exercem papéis semelhantes porque ela se desvincula de sua função referencial em prol da pureza das formas e da criação de linguagem própria. O texto é, assim, uma modalidade de estruturar as suas ideias teóricas, criar conceitos e ordená-los, num momento em que o artista continua a investigação.

6 | MANUSCRITOS

Torres García criou em torno de 25 manuscritos, exemplares únicos encadernados de forma artesanal. Sete dessas obras foram editados em forma de *fac-simile*: *Foi*; *Ce que je sais, et que je fais par moi même*; *Père soleil*; *Raison et nature*; *La tradición del hombre abstracto*; *La ciudad sin nombre* e *La Regla Abstracta*.

Essas brochuras escritas à mão foram costuradas com linhas ou cordões rústicos, possibilitando a reflexão sobre o fazer artesanal e primitivo. Demonstra que o artista, mesmo com todas as novidades gráficas da modernidade, poderia ter o domínio do processo de construção e comunicação da obra, desde a criação até a sua apresentação. *Manuscritos* remetem a um processo manual, detalhado, cuidadosamente pensado e construído.



Figura 3: *Ce que je sais, et que je fais par moi même*, Paris, 1930 (36 páginas).

Fonte: <http://archives.carre.pagesperso-orange.fr/Torres%20Garcia%20Joaquin.html>

Os *Manuscritos* possuem muitas imagens, seguindo a convicção do artista de que o verbal e o visual se complementavam, devendo permanecer juntos, ou seja, palavras, imagens e grafismos representando uma só linguagem. Nessas obras, o texto não é ilustrado pela linguagem gráfica, e nem esta repete visualmente a escrita; verbal e visual interagem o tempo todo, em um constante diálogo entre linguagens.

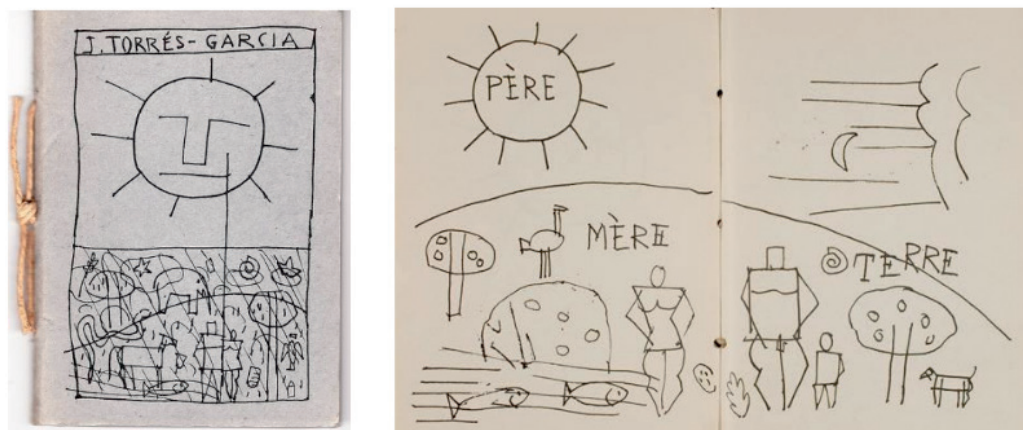


Figura 4: Père Soleil, Paris, 1931 (72 páginas, escrito em francês).

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/migueloks/sets/72157612059835488/with/3167474062/>

Assim como Mallarme (Campos, 2006: 32) no poema *Un coup de dés jamais n'abolira le hasard* (*Um lance de dados jamais abolirá o acaso*), de 1897, o artista usou tamanhos diferentes de letras para determinar a importância de cada palavra ou frase. Esta variedade de tamanhos e posições das letras, além do espaço, passou a fazer parte da composição visual da página. Torres García possuía uma escrita livre de regras formais, ocorrendo uma quebra do espaço regular entre letras e entre linhas, não correspondendo à escrita formal da cultura ocidental.

A espacialidade, desde Mallarmé, é uma grande conquista. O poeta começou a pensar a palavra em relação ao espaço da página, fazendo uso da Gestalt, assim como o fizeram os artistas concretos/construtivos; passaram a ter uma percepção diferente do espaço, ficando cada vez mais conscientes da relação entre eles (visual/espaço). Palavras com tamanhos e posições variadas, geram sentido por semelhança e proximidade.

Escrita, desenhos e grafismos são trabalhados sobre o papel rústico quase como uma partitura visual, traduzindo visualmente aspectos próprios da comunicação oral. Os objetos representados, que viraram sinais abstratos e geométricos, tornam-se escrita pictográfica. Signos e elementos pictográficos formam uma figuração dentro da abstração.

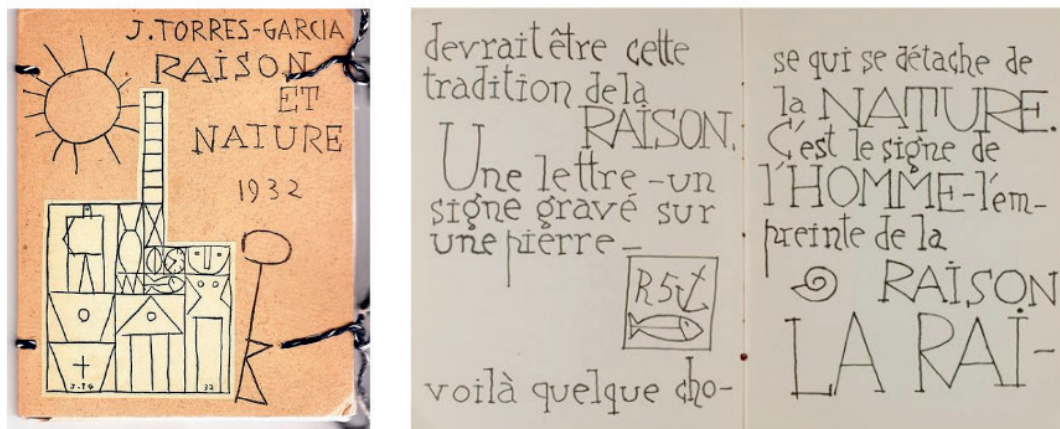


Figura 5: Raison et Nature, Paris, 1932 (46 páginas, escrito em francês).

Primeira edição fac-simile: Montevideú, 1954.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/migueloks/sets/72157612059835488/with/3167474062/>

A escrita, desde seus primórdios, foi desenho, imagem. Os escritos mais antigos, encontrados na Suméria, eram caracteres cuneiformes gravados sobre placas de argila (pictogramas). Depois vieram os hieróglifos egípcios, escrita composta de imagens que mostrava pensamentos simples. Com o tempo, houve uma extensão dos limites das escritas pictográficas, surgindo os ideogramas (escrita chinesa), através de associações lógicas de imagens simples foram criando conceitos novos, até chegar à escrita alfabética, feita a partir de elementos fonéticos, permitindo uma transcrição mais precisa do pensamento a ser traduzido em palavras. Linguagem gráfica, capaz de dar uma verdadeira dimensão espaço-temporal ao pensamento do homem (Santaella e Nöth, 2008: 68).

Assim vejo os signos criados por Torres-García, signos primitivos e místicos onde resgata as raízes culturais latino-americanas, imagens que tem sua correspondência na palavra, tão imbricados um no outro, dialogando e ampliando significações.

Torres García defendia o construtivismo como uma doutrina. Para ele, o artista construtivo deveria comprometer-se a ser eticamente responsável por uma cultura pré-colombiana, enfatizando a importância desta tradição no desenvolvimento da linguagem da arte latino-americana moderna. *La tradición del hombre abstracto* foi um dos livros-chave de seu pensamento, a ideia do universalismo construtivo, que tinha como característica a busca por uma forma de expressão universal do homem, enfatizando seu valor simbólico. O artista organizava símbolos (para representar aquilo que acredita ser a essência do ser humano) dentro de uma estrutura criada a partir de linhas ortogonais e de conceitos matemáticos, de acordo com os três planos que, em seu entendimento, regiam nossa vivência.

A sistematização de palavras, formas geométricas e ícones dentro de uma composição plástica constitui mais do que um estudo sobre questões puramente

estéticas. Trata-se da tentativa em formalizar, a partir de sua obra, uma síntese da existência humana no universo.

7 | CONSIDERAÇÕES

Tanto nos *Cadernos* de Mira Schendel como nos *Manuscritos* de Torres-García, percebe-se a importância visual dada ao espaço branco da página, sendo usado como espaço compositivo, onde figura e fundo dialogam, palavra, imagem, signos interagem. Conceitos importantes para a Poesia Concreta aparecem em destaque nessas obras, como o respiro, a pausa, o silêncio, o espaço gráfico fazendo parte da estrutura desse contexto.

Palavra e imagem recebem um tratamento diferenciado dentro do espaço da página, poetas e artistas brincam com os elementos sógnicos e visuais, explorando a relação entre eles e entre o espaço que os circunda. Ocorre a valorização do suporte como componente sógnico.

Em seus *Manuscritos*, Torres García brinca com as palavras, aumentando-as ou diminuindo-as conforme o destaque que gostaria de dar às passagens do texto. Seus desenhos percorrem as páginas inter-relacionando-se com a escrita, ocorrendo assim um diálogo entre verbal e visual no espaço gráfico das páginas de seus *Manuscritos*. Escrita e imagens são complementares e ao mesmo tempo independentes em seus discursos, possibilitando uma rica leitura e ampliando assim seus significados.

Percebo que ocorre uma unidade perceptiva nessas obras, palavra e imagens estão colocadas para serem vistas como um todo. Assim como os *Cadernos* de Schendel, podemos considerar seus *Manuscritos* verdadeiros Livros de Artista, uma vez que foram obras pensadas com um completo domínio de sua materialidade, técnica e conceito.

Nos Livros de Artista, palavras, imagens e signos transformam-se em organismos plásticos, que se movem ao longo das páginas. Ao folhear uma obra poética, cria-se um fluxo espaço-temporal, uma sequência variável, cinética: no deslocamento através das páginas, o olhar e o tato unem-se aos outros sentidos do fruidor. Para ler um Livro de Artista é preciso usar todos os sentidos. Explorar de maneira diversa, com um olhar sem preconceitos, essa nova forma de expressão, diferente do livro apenas verbal. Olhar, folhear, rever, explorar. O fruidor tem papel primordial para esse tipo de obra, onde sua participação permite que a leitura se concretize.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Augusto de. “Julio Plaza por Augusto de Campos: Poesia “entre”: de Poemóviles a

Reduchamp". In: BARCELLOS, Vera Chaves (org.) Julio Plaza, POETICA. Trad. Helena Dorfman, Maria Margarita Kremer e Baltazar Pereira. Porto Alegre: Fundação Vera Chaves Barcellos, 2013.

CAMPOS, Augusto de. "**pontos-periferia-poesia concreta**". In: CAMPOS, Augusto de, PIGNATARI, Décio e CAMPOS, Haroldo de. Teoria da Poesia Concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006, p. 31-42.

CAMPOS, Augusto de, PIGNATARI, Décio e CAMPOS, Haroldo de. **Teoria da Poesia Concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

CARRIÓN, Ulises. **A nova arte de fazer livros**. Trad. Amir Brito Cadôr. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

DOCTORS, Marcio. "**A fronteira dos vazios**", In: Livro-objeto, a fronteira dos vazios. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

DRUCKER, Johanna. **The century of artists' books**. New York: Granary Books, 2012.

KERN, Maria Lúcia Bastos. **Um artista entre Europa e Novo Mundo: Joaquín Torres-García**. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, supl., p. S150-S159, nov. 2012.

PÉREZ-ORAMAS, Luis (org.). **Léon Ferrari e Mira Schendel: o alfabeto enfurecido**. São Paulo: Cosac Naif, Nova York: MOMA, 2010.

MIRANDA, Luís Henrique Nobre de. **Livros-objetos, fala-forma**. Dissertação de Mestrado em Literatura. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 5 ed. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SILVEIRA, Paulo. **A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VENEROSO, Maria do Carmo de Freitas. **Palavras e imagens em livros de artista**. Revista Pós: Belo Horizonte, v. 2, n. 3, mai. 2012, p. 82-103.

A PERSPECTIVA FEMININA EM LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS E MARIA DOS PRAZERES, DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

Evellyn Freitas Bibiano

graduada em Letras, habilitação Português Espanhol, UNIFESP, EFLCH

bibiano.evellyn@gmail.com

Joana de Fátima Rodrigues

professora doutora do curso de Graduação em Letras,

habilitação Português Espanhol, UNIFESP, EFLCH

joanarodrigues2@uol.com.br

RESUMO: Este trabalho consiste na leitura dos contos de Gabriel García Márquez, *La mujer que llegaba a las seis* (1950) e *Maria dos Prazeres* (1979), a partir de uma perspectiva feminina, mais especificamente da temática comum presente em ambos, a prostituição. Partindo dos pontos de contato entre as duas protagonistas, nos foi possível chegar a um cotejamento entre elas, o que nos levou também ao reconhecimento das distintas épocas da escrita de García Márquez. Com base nos estudos de gênero e de crítica literária, recorreremos aos autores Sartre (1999), Butler (2015), Candido (2004), Cortázar (2003) e Piglia (2004) e chegamos ao entendimento que essa temática está presente em seus romances e contos, e que traz à tona traços do realismo mágico, corrente literária na qual a obra de García Márquez está sedimentada.

PALAVRAS-CHAVE: prostituição, Gabriel

García Márquez, contos, literatura latino-americana

LA PERSPECTIVA FEMENINA EN LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS Y MARIA DOS PRAZERES, DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

RESUMEN: Este trabajo consiste en la lectura de los cuentos de Gabriel García Márquez, *La mujer que llegaba a las seis* (1950) y *Maria dos Prazeres* (1979), a partir de una perspectiva femenina, en concreto de la temática común presente en ambos, la prostitución. Partiendo de los puntos de contacto entre las dos protagonistas, nos fue posible llegar a una comparación entre ellas, lo que nos llevó también al reconocimiento de las distinguidas épocas de la escritura de García Márquez. Con base en los estudios de género y de crítica literaria, recurrimos a los autores Sartre (1999), Butler (2015), Candido (2004), Cortázar (2003) y Piglia (2004), y llegamos a la comprensión que el tema está presente en novelas y cuentos, y que saca a la luz trazos del realismo mágico, corriente literaria en la cual la obra de García Márquez está sedimentada.

PALABRAS-CLAVE: prostitución; Gabriel García Márquez; cuentos; literatura latinoamericana

THE FEMALE PERSPECTIVE IN LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS AND MARIA DOS PRAZERES, BY GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

ABSTRACT: This work consists of the reading of Gabriel García Márquez's tales, *La mujer que llegaba a las seis* (1950) and *Maria dos Prazeres* (1979), from a female perspective, more specifically from a common theme in both, the prostitution.

Starting from the points of contact between two leading figures, it was possible to come to a collation between them, what brought us also to the recognition of two distinct writing times of García Márquez. Based in the gender studies and the critical literature, we resort to the authors Sartre (1999), Butler (2015), Candido (2014), Cortázar (2003) and Piglia (2004) and reached the understanding that this theme is present in their novels and tales, and it brings us traces of magical realism, literary chain in which García Márquez's work is sedimented.

KEYWORDS: prostitution, Gabriel García Márquez, tales, Latin American literature.

"Dizem que é mulher da vida, mas vale mais que ouro para mim."

Gardênia Branca – Filipe Catto

No período romântico, a inclusão de personagens marginais como a prostituta era bem frequente na literatura. A presença dessa temática, que por vezes desaparecia de uma discussão mais clara e pública na sociedade do século XIX em função dos preconceitos sociais, ganhava espaço nas narrativas literárias, permitindo que essas personagens se tornassem mais evidentes. São justamente essas personagens que aparecem com relevância na obra de Gabriel García Márquez, e a referência pontual aqui está nas obras *Memória de mis putas tristes*, *La increíble y triste historia de la cándida Eréndira y de su abuela desalmada* e *Los funerales de la Mamá Grande*. Tal temática norteia o eixo central deste trabalho, em que analisamos como o escritor retrata duas personagens prostitutas nos dois contos mencionados no título. Para tanto, vale contextualizar o autor nessas épocas distintas.

La mujer que llegaba a las seis foi escrito dois anos depois do ingresso de Gabriel García Márquez no jornalismo – em 1950 –, e que posteriormente foi compilado no livro *Ojos de perro azul* (1974), quando já havia publicado o primeiro de seus contos, *La tercera resignación*, no jornal *El Espectador*, ainda em seu período universitário. Época em que o autor estava no início de sua carreira jornalística se viu contagiado pelo jornalismo, motivo que o fez abandonar o curso de Direito na Universidade Nacional de Bogotá. Nesse período, o escritor colombiano vivia na cidade de Barranquilla e colaborava com o jornal *El Heraldo*, sendo responsável pela coluna diária *La Jirafa*. Foi nesse mesmo ano que começou a escrever seu primeiro romance, *La hojarasca*, publicado em 1955. Esse é o período em que o escritor integrava o Grupo de Barranquilla, liderado pelo livreiro catalão Ramón Vinyes e que reunia intelectuais colombianos, entre eles outros escritores como José Félix

Fuenmayor, Alfonso Fuenmayor e Álvaro Cepeda Samudio, todo com interesses em comum tanto na política, quanto nos meios artísticos e que havia criado o semanário *Crónica*, em que tornou-se redator-chefe.

Em 1979 foi publicado o conto *Maria dos Prazeres*, época em que García Márquez vivia na Cidade do México, com sua esposa Mercedes Barcha e enfrentava o fechamento da revista *Alternativa*, que havia sido lançada em 1974, e se constituiu em uma das publicações mais expressivas na trajetória jornalística de García Márquez, e que devido ao teor das matérias marcadamente políticos, trouxe reações contrárias de alguns setores políticos tradicionais e populares. Foi um ano em que García Márquez se dedicou às causas políticas latino-americanas, intensificando-se assim o número de suas viagens que tinham como intuito intermediações e negociações políticas. *Maria dos Prazeres* está inserido no livro *Doce Cuentos Peregrinos*, lançado em 1992.

Segundo Jean-Paul Sartre (2005, p. 30): “Ninguém é escritor por haver decidido dizer certas coisas, mas por haver decidido dizê-las de determinado modo.” e é sob esse olhar que entendemos como García Márquez faz uso desse determinado modo de abordagem nesses dois textos, ao incluir protagonistas mulheres e prostitutas. Por isso, vamos nos deter em sua faceta como contista, verificando como retrata essas personagens nas distintas obras, e por consequência, em diferentes épocas.

Para que pudéssemos compreender a García Márquez como contista, nos atentamos primeiramente aos estudos de Gotlib:

[...] no século XIX o conto se desenvolve estimulado pelo apego à cultura medieval, pela pesquisa do popular e do folclórico, pela acentuada expansão da imprensa, que permite a publicação dos contos nas inúmeras revistas e jornais. Este é o momento de criação do conto moderno quando, ao lado de um Grimm que registra contos e inicia o seu estudo comparado, um Edgar Allan Poe se afirma enquanto contista e teórico do conto. (GOTLIB, 2002, p.07)

Também recorreremos à breve exposição do próprio autor no prólogo de *Doce cuentos peregrinos*:

[...] el esfuerzo de escribir un cuento corto es tan intenso como empezar una novela. Pues en el primer párrafo de una novela hay que definir todo: estructura, tono, estilo, ritmo, longitud, y a veces hasta el carácter de algún personaje. Lo demás es el placer de escribir, el más íntimo y solitario que pueda imaginarse, y si uno no se queda corrigiendo el libro por el resto de la vida es porque el mismo rigor de fierro que hace falta para empezarlo se impone para terminarlo. El cuento, en cambio, no tiene principio ni fin: fragua o no fraga. Y si no fraga, la experiencia propia y la ajena enseñaran que en la mayoría de las veces es más saludable empezarlo de nuevo por otro camino, o tirarlo a la basura. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p.07)

Somamos a essas duas fontes a reflexão de Julio Cortázar (2013), ao afirmar que o conto deve possuir uma tensão devidamente manifestada desde as primeiras

palavras ou desde as primeiras cenas. No conto *La mujer que llegaba a las seis*, García Márquez insere uma situação de tensão com a seguinte frase: “La puerta oscilante se abrió.”. O que de pronto, nos abre a indagação, “abriu-se?”, com o vento, sozinha? Alguém havia entrado? Logo em seguida, porém, constatamos que não havia ninguém no local. Essa ideia fica clara com a frase “A esa hora no había nadie en el restaurante”. Um mistério é, então, instaurado. De acordo com os estudos de Ricardo Piglia (2004, p. 89), em primeiro lugar “um conto sempre conta duas histórias.”, em segundo lugar (2004, p. 91): “A história secreta é a chave da forma do conto e de suas variantes” e nesse conto constatamos tais afirmações, já que se verifica um primeiro plano de diálogo entre os personagens e uma suposta história secreta.

Constatamos ainda que esse conto apresenta traços de uma trama policial. Tal constatação veio respaldada pela informação do próprio García Márquez em uma carta endereçada ao amigo Gonzalo Fuenmayor, da qual reproduzimos parte aqui:

O conto que te mandei para o *Dominical* – “A mulher que chegava às seis” – é o resultado de uma aposta perdida; um vitorioso fracasso. Acontece que Alfonso Fuenmayor apostou que eu não saberia escrever um conto policial. Aceitei o repto, planejei o conto e me decidi a escrevê-lo. Na metade do caminho, meu velho romantismo interferiu na minha experiência policialesca, e então o projeto, o álibi, a investigação e a aposta foram para o diabo, e deixei o conto como te envio, pela metade, repleto de devaneios e de sugestões sentimentais. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2006, p. 693)

Já em *Maria dos Prazeres*, a tensão é inserida quando um agente funerário chega ao apartamento da protagonista para tratar de um assunto absolutamente natural, que é a morte. Essa aparição, logo no início do texto, nos remete a algo inusitado, pois ainda segue sendo um preconceito o assunto morte, em particular quando se trata das providências práticas no tocante à chegada da morte, e portanto, na aquisição de um kit, que reúne caixão, sepultamento e jazigo. A surpresa e o espanto surgem nessa visita quando a protagonista, sem nome, traz para a cena o seu cachorro de estimação. E o animal, dotado de traços somente possíveis por conta do realismo mágico, passa a agir como muita semelhança aos humanos, e igualmente se emociona ao se ver diante de tal situação.

De acordo com Irlemar Chiampi (2012, p. 21), o conceito de realismo mágico “revelava a preocupação elementar de constatar uma ‘nova atitude’ do narrador diante do real”. Esse fato pode ser constatado quando observamos como a protagonista, *María dos Prazeres*, lida com a realidade, diante desse pacto de realidade e magia, incorporando um novo olhar para o seu dia a dia, como é possível confirmar no seguinte trecho do conto:

El animal se encogió, la miró asustado, y un par de lágrimas nítidas resbalaron

por su hocico. Entonces María dos Prazeres volvió a ocuparse del vendedor, y lo encontró perplejo.

–¡Collons! –exclamó él–. ¡Ha llorado!

–Es que está alborotado por encontrar alguien aquí a esta hora– lo disculpó María dos Prazeres en voz baja–. En general, entra en la casa con más cuidado que los hombres. Salvo tú, como ya he visto.

–!Pero ha llorado, coño! –repitió el vendedor, y enseguida cayó en la cuenta de su incorrección y se excusó ruborizado –: Usted perdone, pero es que esto no se ha visto ni en el cine.

–Todos los perros pueden hacerlo si los enseñan –dijo ella. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 125)

Para Chiampi, o “realismo mágico veio a ser um achado crítico-interpretativo, que cobria, de um golpe, a complexidade temática (que era realista de um outro modo) do novo romance e a necessidade de explicar a passagem da estética realista-naturalista para a nova visão (“mágica”) da realidade” (2012, p.19). A realidade do conto, portanto, é aceita por meio de um pacto de leitura e o leitor passa a entender essa situação real, porém mágica. Assim o que é “estranho ou complexo” passa a ser real.

Considerando também as questões de gênero como um dos pontos norteadores do trabalho, levantamos o pensamento de Judith Butler para compreender o universo feminino que o autor representa em seus contos:

Se alguém “é” uma mulher, isto certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnica, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2015, p. 21)

Com essa leitura, observamos que a protagonista possui um discurso feminino e que é construído através desse enunciado. Vale observar que García Márquez, antes mesmo da publicação dos estudos de gênero, em particular aos estudos de Butler, ao criar suas personagens, já possibilitava aos seus leitores a alternativa de tal chave de leitura. Por isso entendemos que essas personagens podem ser lidas e interpretadas sob esse viés de gênero.

Em *La mujer que llegaba a las seis* constatamos marcas dessa personalidade feminina na seguinte afirmação (2011, p. 118): “Es que ninguna mujer soportaría una carga como la tuya ni por un millón de pesos”. A protagonista, mulher e prostituta, recebe dinheiro para estar com outros homens, porém, com José (o personagem masculino do conto com quem ela dialoga e mantém uma relação de mais proximidade), afirma que não ficaria – ou seja, ela escolhe com quem quer ficar.

Já em *María dos Prazeres*, tais marcas, ficam igualmente reconhecíveis quando recortamos neste trecho da conversa entre a protagonista e o agente funerário,

imediatamente após a entrada do funcionário no apartamento da veterana: (2012, p. 126): “– Soy puta, hijo. ¿O es que ya no se me nota?”, ou seja, não existe nela nenhum pudor em assumir-se como prostituta.

APROXIMAÇÕES

Prosseguindo nessa linha de leitura, no que se refere ao outro ponto de contacto entre os dois contos, iremos nos fixar na forma como as personagens femininas são apresentadas a partir dos títulos. Às seis horas, como lemos no título do primeiro conto, é o horário em que a mulher chegava. Nele, podemos observar uma pontualidade e uma rotina apresentada e que é confirmada já no primeiro parágrafo (2011, p. 115): “Tan conservadora y regular era su clientela, que no había acabado el reloj de dar la sexta campanada cuando una mujer entró, como todos los días a esa hora [...]”. Ela, portanto, é pontual e participa de uma rotina que parte do personagem José.

No segundo conto, há, no título o nome da personagem e sim María dos Prazeres, uma marca bem explícita. Porque mesmo que estamos tratando de uma obra em espanhol, pertencente à literatura latino- americana, o nome vem em português. Tal detalhe nos é explicado no decorrer da leitura, quando descobrimos que:

[...] su madre la vendió a los catorce años en el puerto de Manaos, y que el primer oficial de un barco turco la disfrutó sin piedad durante la travesía de Atlántico, y luego la dejo abandonada sin dinero, sin idioma y sin nombre, en la ciénaga de luces del Paralelo. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 133).

Encontramos assim, marcas de duas nacionalidades: a brasileira, constatada pela leitura de fatos de sua infância em Manaus, como no trecho (2012, p. 123): “Una mañana, siendo muy niña, el Amazonas desbordado amaneció convertido en una ciénaga nauseabunda, y ella había visto los ataúdes rotos flotando en el patio de su casa con pedazos de trapos y cabellos de muertos en las grietas” e a catalã, tendo em vista que a personagem vivia (2012, p. 122): “... más de cincuenta años en Catalunya (...)” e que (2012, p. 127) “...había escogido como refugio final el muy antiguo y noble pueblo de Gràcia, ya digerido por la expansión de la ciudad.”. E por fim, quando no seguinte trecho, temos a informação de que ela (2012, p. 122): “Hablaba un catalán perfecto con una pureza un poco arcaica, aunque todavía se le notaba la música de su portugués olvidado.”

Prosseguindo com as aproximações, notamos que, no conto La mujer que llegaba a las seis, no segundo parágrafo, o personagem José caminhava para o outro extremo do balcão e limpava com um pano seco a superfície envidraçada, sempre que alguém entrava. Com esse gesto, observamos que, além de ter clientes habituais, ele tem ações habituais, ou seja, essa rotina é observada no personagem em seu

espaço de trabalho. Em *María dos Prazeres*, essas ações habituais são observadas com a atuação do personagem Conde de Cardona, que são compartilhadas pela protagonista:

[...] como siempre, el conde de Cardona fue a cenar en su casa.

La visita se había convertido en un rito. El conde llegaba puntual entre las siete y las nueve de la noche con una botella de champaña del país envuelta en el periódico de la tarde para que se notara menos, y una caja de trufas rellenas. María dos Prazeres le preparaba canelones gratinados y un pollo tierno en su jugo, que eran los platos favoritos de los catalanes de alcurnia de sus buenos tiempos, y una fuente surtida de frutas de la estación. Mientras ella hacía la cocina, el conde escuchaba en el gramófono fragmentos de óperas italianas en versiones históricas, tomando a sorbos lentos una copita de oporto que le duraba hasta el final de los discos.

Después de la cena, larga y bien conversada, hacían de memoria un amor sedentario que les dejaba a ambos un sedimento de desastre. Antes de irse, siempre azorado por la inminencia de la media noche, el conde dejaba veinticinco pesetas debajo del cenicero del dormitorio. Ese era el precio de María dos Prazeres cuando él la conoció en un hotel de paso del Paralelo, y era lo único que el óxido del tiempo había dejado intacto. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 132)

Como podemos perceber, a rotina e a pontualidade são fatores que se misturam nesse segundo conto.

Quando voltamos nosso olhar às caracterizações dos personagens, ainda nas primeiras páginas de ambos os contos, encontramos no primeiro, parte da caracterização de José (2011, p. 115): “... el gordo y rubicundo mesonero representaba su diaria comedia de hombre diligente.”. Observamos, portanto, um homem gordo, de faces avermelhadas, dedicado ao trabalho, pois o desempenha de forma ágil, e que a somatória dessas características provocam o riso a quem o observa, porque inclui ações repetitivas, assim como Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos* (1936).

No segundo conto, encontramos a caracterização do agente funerário (2012, p. 121): “...un joven tímido con una chaqueta a cuadros y una corbata con pájaros de colores.”. Fazendo com que imaginemos um tipo incomum, e assim como José, também desempenhava seu trabalho de forma repetitiva, pois durante a negociação (2012, p. 124): “...explicó, con la precisión de un discurso aprendido de memoria, y muchas veces repetido, (...)”.

A caracterização da mulher em *La mujer*, no entanto, aparece de forma distinta, ela é descrita sob o olhar do personagem José e só aparece no sétimo parágrafo (2011, p. 116): “José vio el abundante cabello de la mujer, empavonado de vaselina gruesa y barata. Vio su hombro descubierto, por encima del corpiño floreado. Vio el nacimiento del seno crepuscular [...]”.

Percebemos, então, através do olhar do personagem José, que essa mulher não é uma mulher comum, ela não se veste de forma recatada, pelo contrário, partes de

seu corpo ficam à mostra. José se dirige a ela com a palavra “reina” e ao verificarmos que esta palavra está escrita em letras minúsculas (2011, p 115): “–Hola, reina –dijo José cuando la vio sentarse.”, a entendemos em sua função de adjetivo, deixando sua identidade (nome) incógnito, podendo-se conhecê-la apenas diante de suas ações. Nessa primeira descrição, não podemos confirmar quem é essa mulher, ou a que se dedica. Só podemos identificá-la como prostituta após alguns parágrafos no seguinte trecho (2011, p. 120): “– Lo que pasa es que te quiero tanto que no me gusta que hagas eso –dijo José. – ¿Qué? –dijo la mujer –. Eso de irte con un hombre distinto todos los días –dijo José.”. Essa identificação é realizada através da fala do personagem, de forma indireta.

Em *María dos Prazeres*, no entanto, de maneira direta, a própria personagem se declara como prostituta (2012, p. 126): “*María dos Prazeres le contestó muerta de risa: – Soy puta, hijo. ¿O es que ya no se me nota? El vendedor enrojeció. – Lo siento. – Más debía sentirlo yo –dijo ella (...)*”. Sua atuação, portanto, não é algo de que tenha que se omitir ou esconder, e faz parte de sua identidade, tendo em vista que ela ri e não tem dificuldade de se apresentar como tal para o agente funerário.

A caracterização dessa personagem, por sua vez, já aparece no primeiro parágrafo (2012, p. 121): “*Acababa de cumplir setenta y seis años y estaba convencida de que iba a morir antes de Navidad.*”, no terceiro parágrafo (2012, p.122): “*A pesar de sus años y sus bucles de alambre seguía siendo una mulata esbelta y vivaz, de cabello duro y ojos amarillos y encarnizados (...)*” e sob o olhar do jovem representante da agência funerária (2012, p. 122): “*... una anciana sin misericordia que a primera vista le pareció una loca fugitiva de las Américas.*”.

Atentando-nos ao enredo dos contos, observamos que, no décimo quinto parágrafo do conto *La mujer que llegaba a las seis*, temos na fala da personagem feminina o primeiro indício de que algo tenha acontecido, já que sua fala rompe a rotina que é apresentada desde o início do conto (2011, p.116): “– Hoy es distinto –dijo la mujer, sombríamente, todavía mirando hacia la calle.”.

Em *María dos Prazeres*, essa rotina é quebrada quando há uma divergência de ideias políticas entre a protagonista e o conde, um cliente antigo:

Fue una deflagración. El conde de Cardona estaba escuchando el dueto de amor de *La Bohème*, cantado por Licia Albanese y Beniamino Gigli, cuando le llegó una ráfaga casual de las noticias de radio que *María dos Prazeres* escuchaba en la cocina. Se acercó en puntillas y también él escuchó. El general Francisco Franco, dictador eterno de España, había asumido la responsabilidad de decidir el destino final de tres separatistas vascos que acababan de ser condenados a muerte. El conde exhaló un suspiro de alivio.

–Entonces los fusilarán sin remedio–dijo– porque el Caudillo es un hombre justo.

María dos Prazeres fijó en él sus ardientes ojos de cobra real, y vio sus pupilas sin pasión detrás de las antiparras de oro, los dientes de rapiña, las manos híbridas de animal acostumbrado a la humedad y las tinieblas. Tal como era.

–Pues ruégale a Dios que no –dijo–, porque con uno solo que fusilen yo te echaré veneno en la sopa.

El Conde se asustó.

–¿Y eso por qué?

–Porque yo también soy una puta justa.

El conde de Cardona no volvió jamás, y María dos Prazeres tuvo la certidumbre de que el último ciclo de su vida acababa de cerrarse. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 133-134)

Além disso, encontramos um pouco mais das características da protagonista – sus ardientes ojos de cobra real – e também as do conde – pupilas sin pasión detrás de las antiparras de oro, los dientes de rapiña, las manos híbridas de animal acostumbrado a la humedad y las tinieblas. Tal como era –. Contudo, a posição política de María dos Prazeres é claramente exposta quando lemos, já na segunda página do conto, que ela buscava ser enterrada perto da tumba de Buenaventura Durruti e outros dois dirigentes anarquistas mortos na Guerra Civil. Seu primeiro ato político ocorre quando ela, no terceiro domingo, rapidamente põe em ação uma fantasia:

[...] el tercer domingo aprovechó un descuido para cumplir uno más de sus grandes sueños, y con el carmín de labios escribió en la primera lápida lavada por la lluvia: Durruti. Desde entonces, siempre que pudo volvió a hacerlo, a veces en una tumba, en dos o en las tres, y siempre con el pulso firme y el corazón alborotado por la nostalgia. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 129)

Nesse ato, observamos na personagem um comportamento anárquico, que nos faz refletir que as prostitutas podem ser politizadas e que suas opiniões e escolhas podem ser expressadas.

Outro ponto a ressaltar é a discussão que ocorre entre María e o conde pareceu-nos necessária para que terminasse aquele seu ciclo de encontros. A ruptura do ciclo de La mujer que llegaba a las seis, entretanto, ocorre quando, sem explicação, ela resolve não dormir com mais ninguém. E com suas próprias palavras declara “... Sólo hace un momento me di cuenta de que eso es una porquería” : (2011, p.124). Temos, então, nas personagens, rupturas que, mesmo distintas, expressam a autonomia de ambas.

Podemos constar a tensão mencionada por Cortázar, no 17º. parágrafo do conto La mujer que llegaba a las seis, quando a protagonista instaura o mistério na narrativa (2011, p. 117): “Expulsó el humo y siguió hablando con palabras cortas, apasionadas -. Hoy no vine a las seis, por eso es distinto, José.” Por que ela diz que não chegou às seis? No conto María dos Prazeres, porém, o mistério vem à tona já nos primeiros parágrafos quando sabemos que a personagem estava convencida de que morreria antes do Natal e isso nos é confirmado nas páginas seguintes do conto (2012, p. 126): “... había tenido en sueños la revelación de que iba a morir...”.

Entretanto, não se sabe ao certo como havia sido tal revelação.

Percebemos, a partir dessa análise, que as duas mulheres mudam seus comportamentos. Em *La mujer que llegaba a las seis*, quando há um silêncio no restaurante, notamos que antes a personagem olhava para a rua e de repente desvia seu olhar para José. Nesse primeiro contato, sua voz nos é apresentada pelos seguintes adjetivos: “apagada, tierna, diferente.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 119). E no segundo contato, o narrador descreve que ela desejava contar algo, mas se conteve, como lemos no seguinte trecho: (2011, p. 119) “... luego, con cautela y picardía, mordiéndose la lengua antes de decirlo, como si hablara en puntillas [...]”.

Verificamos, também, comportamentos oscilantes quando José lhe dirige certas palavras:

–Te quiero tanto que todas las tardes mataría al hombre que se va contigo.

En el primer instante la mujer pareció perpleja. Después miró al hombre con atención, con una ondulante expresión de compasión y burla. Después guardó un breve silencio, desconcertada. Y después rió estrepitosamente. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 120).

Essas ações demonstram seus pensamentos ocultos e nos confirma se constituir em uma personagem desconhecida, não somente a nós leitores, mas também ao personagem que interage com ela. Essa mulher, que não sabemos porque nega haver chegado às seis, muda seu comportamento a partir dessa negação.

Já em *María dos Prazeres*, sua mudança se dá a partir de sua revelação (2012, p.126): “Tres meses antes había tenido en sueños la revelación de que iba morir...”. Da mesma forma, não sabemos detalhes de tal sonho/revelação, ou se houve a participação de alguém.

EM SE TRATANDO DA LINGUAGEM

Voltando-nos mais proximamente ao plano da linguagem, no 74º. parágrafo, em *La mujer que llegaba a las seis*, quando o diálogo dos personagens havia chegado a uma situação mais íntima, podemos notar a transposição dos adjetivos, a partir de algumas marcas expressadas na voz da mulher: “baja, suave, fascinada”, levando-nos a pensar que há nos personagens uma intimidade, e que a mulher utiliza para convencer o homem, como no trecho a seguir (2011, p. 121): “Tenía la cara casi pegada al rostro saludable y pacífico del hombre, que permanecía inmóvil, como hechizado por el vapor de las palabras”. Nesse trecho, percebemos o deslumbramento do homem em relação às palavras que escuta da mulher, assim como na obra *Dom Casmurro*, Machado de Assis descreve a Bentinho, quando é enfeitiçado pelos olhos de Capitu, nomeando-os de olhos de ressaca:

Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelos ombros; mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me. (ASSIS, Machado de, 1997, p. 54)

José é, de certa forma, enfeitiçado pelas palavras da mulher, aceitando suas solicitações e deixando-se influenciar por ela.

No entanto, em *María dos Prazeres*, o processo se inverte, pois a protagonista ao se encontrar com um jovem desconhecido, que lhe oferece carona, consegue que ele fique de certa forma enfeitiçado, a ponto de se dirigir até o interior de seu apartamento:

Ella soltó el perrito, trató de salir del automóvil con tanta dignidad como el cuerpo se lo permitiera, y cuando se volvió para dar las gracias se encontró con una mirada de hombre que la dejó sin aliento. La sostuvo por un instante, sin entender muy bien quién esperaba qué, ni de quién (...) (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 137)

Em *La mujer que llegaba a las seis*, além de observarmos o olhar do personagem José para a protagonista e, constatamos também o olhar atento dessa mulher ao homem:

Vio alejarse al hombre. Lo vio abrir la nevera y cerrarla otra vez, sin extraer nada de ella. Lo vio moverse después hacia el extremo opuesto del mostrador. Lo vio frotar el vidrio reluciente, como al principio. Entonces la mujer habló de nuevo, con el tono enternecedor y suave de cuando dijo:

¿Es verdad que me quieres, Pepillo? (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 121)

Há uma troca de olhares bem marcada entre os personagens, assim como ocorre em *María dos Prazeres*, quando a protagonista ao aceitar a carona do desconhecido, dentro do automóvel, quando ambos se observam:

Lo examinó de soslayo, iluminado de verde por el resplandor del tablero de mandos, y vio que era casi un adolescente, con el cabello rizado y corto, y un perfil de bronce romano. (...) No volvieron a hablar en todo el trayecto, pero también María dos Prazeres se sintió examinada de soslayo varias veces, (...) (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 136)

Verificamos, contudo, semelhanças e diferenças entre os dois contos. O primeiro conto é narrado em um dia não específico, em um espaço único – o restaurante – e o autor trabalha predominantemente com a linguagem em diálogos. O segundo conto se desenvolve em mais de um dia e em diversos espaços: o apartamento da protagonista, as escadas do edifício, o cemitério, as ruas da cidade e o carro luxuoso, e com uma linguagem predominantemente narrativa.

Outro aspecto a ressaltar é que, no primeiro conto, não temos a informação

da época em que este se desenrola. No segundo, no entanto, confirmamos tal informação através de uma notícia de jornal, em que se anuncia estar o ditador espanhol Francisco Franco no poder.

Por fim, constatamos uma capacidade de autonomia em ambas as protagonistas. Em *La mujer que llegaba a las seis*, é possível reconhecer tal traço em seu discurso (2011, p.118): "...Qué descubrimiento, José. ¿Crees que me quedaría contigo por un millón de pesos?", ou seja, mesmo trabalhando como prostituta, ela escolhe com quem se relaciona.

Em *María dos Prazeres*, essa autonomia da mesma maneira é constatada no seguinte trecho, em que podemos observar a protagonista obtendo suas escolhas e agindo por conta própria.

Se había retirado por voluntad propia con una fortuna atesorada piedra sobre piedra pero sin sacrificios demasiado amargos, y había escogido como refugio final el muy antiguo y noble pueblo de Gràcia, ya digerido por la expansión de la ciudad. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 127)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gabriel García Márquez parece haver trabalhado com essas personagens de maneira continuada. Diante do primeiro conto, em que a protagonista não possui um nome, verificamos, nitidamente, uma escrita menos elaborada, com períodos curtos e mais diálogos. Já no segundo conto, a protagonista é nomeada e já encontramos, na escrita do autor, um trabalho mais desenvolvido com períodos longos e mais narração do que diálogos.

Como leitores do século XXI, conseguimos interpretar as duas personagens sob o viés de gênero, verificando que o autor constrói as protagonistas sob um discurso feminino.

Outro ponto observado nos dois contos é o tema da solidão, presente em ambas narrativas. Em *La mujer que llegaba a las seis*, sua chegada solitária no restaurante, diária e no mesmo horário. Em *María dos Prazeres*, sua vivência sem companhia humana no apartamento nos é revelada logo nas primeiras linhas. A solidão que ambas disfrutavam acaba colaborando para a condução de uma autonomia, sustentada por um discurso feminino construído para ambas. No discurso de *La mujer que llegaba a las seis*, a autonomia é constatada quando vemos que ela escolhe com quem terá relações sexuais e, no decorrer do conto, constatamos o seu desejo de não ter mais tais relações. Igualmente, no conto *María dos Prazeres*, essa situação é perceptível quando vemos que ela, autonomamente, cuida de seu futuro, planejando seu enterro.

Pensando por fim que, mesmo nos deparando com a solidão dessas e de outras personagens do autor, García Márquez nos mostrou nunca abandoná-las. O autor,

de alguma maneira, os resgata em outras obras, como é o caso da personagem Isabel do conto *Monólogo de Isabel viendo llover en Macondo* que depois também aparece em *Cien años de soledad*.

Em consonância com essa perspectiva, verificamos que *La mujer que llegaba a las seis* é uma prostituta que já exerce sua função há um determinado tempo, mas não obtemos a precisão exata, somente sabemos que o personagem José não a aprova, como constatamos no trecho (2011, p. 120): “– Lo que pasa es que te quiero tanto que no me gusta que hagas eso –dijo José. – ¿Qué? –dijo la mujer –. Eso de irte con un hombre distinto todos los días –dijo José.”, e que ambos já desfrutavam de certa intimidade que é adquirida com um determinado tempo (2011, p. 115): “con la mujer con quien había llegado a adquirir un grado de casi intimidad.”.

Um fato importante a ressaltar é que, quase no final do conto, essa mulher informa que não exercerá mais sua função e que irá viajar, mas não informa o local exato:

–Te dije que mañana me voy y no me has dicho nada – dijo la mujer.

–Sí – dijo José-. Lo que no me has dicho es para dónde.

–Por ahí – dijo la mujer-. Para donde no haya hombres que quieran acostarse con una. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 127).

María dos Prazeres, por sua vez, está em sua velhice e é descrita nesse seu momento presente. Temos também algumas informações sobre sua infância, mas não sobre sua adolescência. Nessa fase atual, ela já se declara prostituta, diferentemente da primeira protagonista, que não se assume da mesma maneira – sabemos somente que ela é prostituta por meio da fala do personagem José.

Tendo em vista que a personagem foi “... abandonada sin dinero, sin idioma y sin nombre...”, (2012, p.133): podemos ver aqui indícios de que *La mujer que llegaba a las seis* poderia vir a ser *María dos Prazeres* no futuro. Possibilidade de leitura que poderá ser aprofundada em estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado. “Capítulo XXXII: Olhos de ressaca” in *Dom Casmurro*. São Paulo: Globo, 1997, pp. 52-54.

BUTLER, Judith. “Sujeitos do sexo/gênero/desejo” in *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, pp. 169-191.

CHIAMPI, Irlemar. *O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispanoamericano*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto in Valise de cronópio. Tradução: Davi Arrigucci Jr. e João Alexandre Barbosa. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2013.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. “Autocrítica” in: Textos caribenhos – Obra jornalística I. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, pp. 693-695.

_____. Cem anos de solidão. Tradução: Eric Nepomuceno, 81ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

_____. “La mujer que llegaba a las seis” in: Ojos de perro azul. 7ª ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2011, pp. 113-129.

_____. “María dos Prazeres” in: Doce cuentos peregrinos. 20ª ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2012, pp. 119-138.

_____. Doce cuentos peregrinos - Disponível em: <http://www.liceonapolitano.cl/libros/12_cuentos_gmarquez.pdf> Acesso em 08/09/2015.

_____. Doze contos peregrinos - Tradução: Eric Nepomuceno Disponível em: <<https://iedamagri.files.wordpress.com/2014/07/gabriel-garcia-marquez-doze-contos-peregrinos.pdf>> Acesso em 08/09/2015.

_____. Ojos de perro azul -. Disponível em: <http://www.issfam.gob.mx/archivos/sala_lectura/archivos/pdf/ojos_perro.pdf> Acesso em 08/09/2015.

_____. Olhos de cão azul -. Tradução: Remy Gorga, filho. Disponível em: <<http://baixarebook.com/2016/07/15/olhos-de-cao-azul-gabriel-garcia-marquez/>> Acesso em 08/09/2015.

GOTLIB, Nádía Battella. Teoria do Conto. 10.ª edição. São Paulo: Editora Ática. 2002.

MARTIN, Gerard. Gabriel García Márquez – uma vida. Disponível em: < https://books.google.com.br/books/about/Gabriel_Garc%C3%ADa_M%C3%A1rquez.html?id=29cNR2fg1qMC&redir_esc=y> Acesso em 08/03/2016.

PIGLIA, Ricardo. “Teses sobre o conto” in Formas breves. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, Joana de Fátima. Literatura e jornalismo em García Márquez: uma leitura de crônicas. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-08012008-102243/en.php>> Acesso em 08/03/2016.

SARTRE, Jean Paul. Que é a literatura? Tradução: Carlos Felipe Moisés. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

A(S) CIÊNCIAS(S) DA RELIGIÃO E A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO CIENTÍFICA E AUTÔNOMA SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO

Eduardo Marcos Silva de Oliveira
PUC Minas

PALAVRAS-CHAVE: Religião, Ciências da religião, Interdisciplinar, Sociedade.

RESUMO: Ciências da religião ou ciência da religião? O fato é que independentemente da nomenclatura utilizada para denominar esta área do conhecimento, o caráter interdisciplinar é uma das principais características para sua abrangência. Acompanhamos nas últimas décadas que a compreensão do fenômeno religioso vem sendo difundida na comunidade acadêmica com maior amplitude, e um dos principais fatores para essa condição é o envolvimento de variadas áreas do conhecimento. O que torna as ciências da religião uma área de estudos interdisciplinar. Nossa proposta é apresentar como a diversificação da compreensão científica auxiliando as ciências da religião contribui para a ampliação do seu campo de pesquisa. Para isso, faz-se necessário compreender a importância de sua estruturação na comunidade acadêmica corroborada com as diversas interpretações, fruto dos confrontos epistemológicos que as ciências da religião se submetem. O fenômeno estudado mostra que o campo de pesquisa das ciências da religião abrange um rico leque interdisciplinar que compõe a sua instrumentalização. É neste percurso que se pretende desenvolver a presente pesquisa.

THE SCIENCE(S) OF RELIGION AND THE IMPORTANCE OF INTERDISCIPLINARITY: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC AND AUTONOMIC UNDERSTANDING ON THE RELIGIOUS PHENOMENON

ABSTRACT: Sciences of religion or science of religion? The fact is that regardless of the nomenclature used to name this area of knowledge, interdisciplinary character is one of the main characteristics for its comprehensiveness. We have observed over the last decades that the understanding of the religious phenomenon has been widespread in the academic community, and one of the main factors for this condition is the involvement of various areas of knowledge. What makes the sciences of religion an interdisciplinary field of study. Our proposal is to present how the diversification of scientific understanding assisting the sciences of religion contributes to the broadening of its research field. For this, it is necessary to understand the importance of its structuring in the academic community corroborated with the various interpretations, fruit of the epistemological confrontations that the sciences of religion submit to. The phenomenon studied shows that the field of

religious science research encompasses a rich interdisciplinary range that makes up its instrumentalization. It is in this course that we intend to develop this research.

KEYWORDS: Religion, Sciences of religion, Interdisciplinary, Society.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade expor uma questão significativa no estudo sobre religião: *a importância da interdisciplinaridade nas Ciências da Religião*. Sendo este um dos assuntos proeminentes no campo de pesquisa religioso, é influenciador nos procedimentos da comunidade acadêmica e um dos pilares da estruturação da disciplina.

A análise de um sistema ou subsistema dentro da comunidade científica tende a querer se estruturar visando uma melhor contextualização. Mas afinal, Ciências da Religião, ciência das religiões ou ciência(s) para a compreensão da religião?

O conhecimento religioso nos permite que se encontrem valores essenciais à organização dessa sociedade, já que não existem falsas religiões, pois todas remetem as condições dadas aos homens para sua existência. A religião é uma unidade de referência valorativa fundamental dos seres humanos, trata-se de um *edifício regulador* e é sobre esta edificação que a legitimação do estudo das Ciências da Religião se concretiza.

2 | A AUTONOMIA DAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Deve-se ter em mente que Ciências da Religião não é teologia, sendo que essa trabalha o fenômeno religioso em uma abordagem científica mais aberta de forma a compreender sua funcionalidade. Conforme nos aponta João A. Mac Dowell,

à dimensão funcional da religião é a única que é acessível às ciências da religião, enquanto, por seu método, não podem senão analisar os dados empíricos e, portanto, não podem pronunciar-se sobre a existência do sagrado/divino enquanto conteúdo da experiência religiosa e referente de sua linguagem, já que esta realidade, por definição, não seria objeto da experiência meramente sensível. (MAC DOWELL, 2017, p.23).

Por existir diversas denominações religiosas, este novo campo de pesquisa iniciou-se oficialmente em meados do século XIX (embora existam registros de propostas do estudo da religião na antiguidade), visando investigar empiricamente não apenas as religiões tradicionais (cristianismo, judaísmo, budismo e ou islamismo), mas as diferentes formas de entender o conceito de religião/religiosidade, suas contradições e manifestações.

Ao estudarmos as Ciências da Religião, percebemos que o homem não é um ser isolado do mundo, ou seja, abstrato. Ao contrário, ele se integra com a sociedade e com ela se estrutura. Dentre as diversas formas de estruturação que o homem possa realizar, existe a da religião. Esta que muitas vezes, diferentemente dos demais conhecimentos (científico, artístico e filosófico), surge como um produto de um mundo dividido, uma ideologia.

Para melhor entender o fenômeno religioso, faz-se necessário um diálogo das Ciências da Religião com outras ciências (filosofia, teologia, antropologia, psicologia, sociologia, etc), para com isso, obter outras formas de perceber a religião. A(s) Ciência(s) da Religião em si, apresentaria uma possibilidade “fechada” ou possivelmente “viciada” do que realmente é este fenômeno. Sendo assim, a necessidade de uma interdisciplinaridade com outros campos complementam a amplitude sem diminuir a autonomia que à disciplina necessita.

Ao longo da história percebemos que a religião teve papel preponderante nos diversos acontecimentos da sociedade. Mas por quê? Como? O que leva ao homem legitimar uma religião e ou seus profissionais do sagrado? Como certos acontecimentos influenciam viementemente o comportamento e as relações entre as diversas sociedades? No intuito de responder estas e outras questões, as ciências da religião realiza uma interface com as demais áreas do conhecimento.

Estrategicamente, sua importância foi de comparar e classificar informações sobre mitos, rituais e crenças, a fim de descobrir padrões e regularidades que edificassem a vida religiosa da sociedade, ilustrando o fenômeno religioso em sua globalidade e totalidade, mas o real papel das Ciências da Religião é explicar o fenômeno conhecido como religião, como este funciona e buscar verificar os dados apresentados. Por exemplo, o rito como manutenção da religião, manifestações religiosas, necessidades de símbolos, o reflexo do agir religioso e sua interferência na conduta dos seguidores de determinada denominação.

Para que exista uma pesquisa coerente, cientistas da religião buscam embasamentos e apoios em áreas do conhecimento que possibilitam um entendimento melhor elaborado. Isso se faz necessário, principalmente quando o objeto de estudo não é uma religião do “livro”, dos textos sagrados já pré-estabelecidos. Sobre estas religiões, os cientistas recorrem aos seus adeptos – fonte de conhecimento da religião –, suas comunidades, doutrinas e ritualísticas. Parafraseando Usarski (2006), é através das Ciências da Religião que é possível haver um resgate das religiões minoritárias, contribuindo assim para uma “diminuição das tensões” entre os grupos que constituem uma sociedade multicultural.

Por este e outros motivos, o diálogo da disciplina com outras ciências se faz necessário para compreender o real significado da religião e suas influências. Por exemplo, os trabalhos de Marx, Durkheim e Freud mostraram que a religião é muito

mais que um subproduto de equívocos intelectuais, ou seja, o fenômeno religioso foi e ainda é uma das principais tendências na abordagem dos estudos religiosos. O estudo das Ciências da Religião não se simplifica ao *homo religiosus*, mas vislumbra o objeto fenomenológico.

Neste contexto, as interferências de outras disciplinas consolidam a abrangência com que a Ciências da Religião possibilita em sua investigação do fenômeno religioso.

A importância das Ciências da Religião frente às demais ciências e ao crescimento do fenômeno religioso, nos remete a uma abordagem do assunto com profissionais comprometidos com o verdadeiro sentido que a disciplina deve tomar no campo acadêmico.

É interessante perceber o estudo sobre as religiões é algo moderno, livre de concepções ideológicas doutrinárias. Fica evidente que a ideia de “norma” não pode sobrepor aos pesquisadores. Onde a necessidade da colaboração de profissionais de diferentes disciplinas e subdisciplinas é fator defendido pelas novas gerações de pesquisadores das Ciências da Religião.

Exemplificando, segundo Russell, em sua obra *Religião e ciência*, foi através do desenvolvimento científico que se pode perceber com base em fundamentos de outras ciências – em especial, à medicina – que no final do século XIX, o medo do mau, atribuídos a demônios não passava de uma histeria coletiva que os membros da sociedade sofriam devido às atribuições que davam os religiosos. Devemos novamente ressaltar que são os fenômenos que estruturam os verdadeiros objetos de estudo das Ciências da Religião.

Devido o desenvolvimento dos estudos das religiões, seus fenômenos e suas características, percebe-se que existe uma necessidade do equilíbrio entre o conflito da religião enquanto objeto de estudo e suas manifestações, pois, enquanto a ciência que é uma forma de se aproximar da “realidade” busca desvelar para conhecer melhor e se ocupa como as coisas são, a religião trabalha e se ocupa como as coisas devem ser, sendo estabelecido uma conduta de repetição e uma postura incorruptiva. Segundo Otto, ao se referir a religiões cristãs, “momentos irracionais protegem-na da tendência de se tornar racional, enquanto elementos racionais protegem-na do fanatismo e do misticismo” (*apud* GRESCHAT, 2006, p. 114).

Em virtude das diversas interpretações, fruto dos confrontos epistemológicos que a disciplina se submete, o fenômeno estudado mostra que o campo religioso abrange um rico leque interdisciplinar (subdisciplinas clássicas) que compõe a instrumentalização das Ciências da religião. Esta instrumentalização é fortalecida pelos pontos de partida que a disciplina utiliza juntamente com os demais campos científicos. Ou seja, sua base de investigação.

Como seria impossível apresentar todas, ou a maioria das ciências que colaboram para o desenvolvimento das ciências da religião, limitaremos nossa

exemplificação às ciências mais conhecidas, ou clássicas. Contudo, ressaltamos que o campo disciplinar é amplo, abarcando tanto ciências clássicas (antropologia, história, sociologia, etc) quanto ciências modernas (geografia e tecnologia da informação), por exemplo.

No que tange a sociologia da religião, Durkheim descreve que o primado ontológico do social, agora já configurado na existência da vida religiosa, faz desta a força geradora dos traços gerais do social na sua totalidade naquilo que é primordial na vida humana. “Não existe religião que não seja uma cosmologia ao mesmo tempo em que uma especulação sobre o divino” (DURKHEIM, 1983, p. 37).

A antropologia da religião é uma ciência que se preocupa com a natureza da religião. Iniciando suas pesquisas com as antigas comunidades que a sociedade europeia denominava de “selvagem” ou cultura primitiva, foi se desenvolvendo e se estruturando com os estudos sobre os fatores que influenciavam as relações de seus integrantes com o mundo religioso, como seus mitos, ritos, sacrifícios, o sagrado e o profano. Temos que diferenciar que o que pode ser sagrado para uma sociedade pode ser profano para outra. Segundo Durkheim (1999), o sagrado é uma categoria que se sobrepõe a coisas, pessoas, etc. Justamente nestas contradições que a antropologia da religião se apresenta como disciplina essencial.

A história das religiões nos mostra que os registros que a humanidade elaborou ao longo de sua formação, seus métodos, suas mudanças e adaptações embasaram a pesquisa que no campo religioso foram voltadas para a afirmação de crenças e por outro lado, no “desaparecimento da religião que ocorreria fatalmente com a expansão do progresso da ciência e da indústria” (USARSKI, 2007, p. 24).

A psicologia da religião (que foi se desenvolvendo ao longo dos tempos e possuía outras terminologias como: psicologia da espiritualidade ou psicologia religiosa) por sua vez, procura explicar a problemática entre a religião e o psiquismo. Temática esta que vem se desenrolando ao longo da história é que é influenciada pelo distinto retrato multicultural e sociopolítico que cada sociedade apresenta.

A geografia da religião e a estética da religião (subdisciplinas complementares) são disciplinas pouco definidas na comunidade acadêmica. Embora os estudos dos espaços religiosos complementam os estudos das Ciências da Religião e a estética trabalhe o imaginário do *homo religiosus*, ainda são disciplinas que individualmente são discutidas no estudo do campo religioso com um certo retardo. Ambas possui um particular papel no “assessoramento” das disciplinas clássicas. Constituindo assim, mais um fundamento no campo das Ciências da Religião.

Percebe-se que existe em todas estas ciências – disciplinas clássicas e complementares – lideradas pela Ciência da Religião uma integralidade que possibilita uma inovação com outras disciplinas ainda ignoradas. Ou seja, “a ciência da religião mostra sua competência em liderar com tal riqueza fenomenológica [e com isso

contribuindo] direta ou indiretamente para um saber mais profundo e completo sobre a religião e suas manifestações múltiplas” (USARSKI, 2007, p. 10).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, poder-se-ia dizer que a religião transforma as necessidades humanas, ela é capaz de transformar a convivência social. Isto se faz possível devido ela renovar-se na sociedade e manifestar-se através da mesma. A religião busca dar sentido para vida de seus adeptos. Atualmente, apesar de todo o avanço científico e tecnológico, o fenômeno religioso sobrevive e cresce. A religião continua a promover diversos movimentos humanos e mantendo *status* cultural, político e social. Seus valores correspondem às condutas e normas que influenciam o convívio social. Neste contexto que a importância das Ciências da Religião consagra-se. No estudo da forma imanente que a religião desempenha sua função reguladora e estruturante do ordenamento social.

REFERÊNCIAS

CAMURÇA, Marcelo. **Ciências Sociais e Ciências da Religião – Polêmicas e interlocuções**. São Paulo: Paulinas, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Os Pensadores. São Paulo. Abril: Cultural, 1983.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FILHO, Paulo Gonçalves Silva. **Considerações Teóricas em Torno do Reduccionismo Funcionalista em Ciências da Religião**. Disponível em < http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/t_silva.htm> acesso em 02/03/2010.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é Ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2006.

MAC DOWELL, João A. Experiência religiosa e cultura moderna. **Interações**. v.3, n.4, 2008. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/download/6706/6133>. Acesso em 12 jul 2017.

RUSSEL, Bertrand. **Religión y Ciencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

USARSKI, Frank (Org.). **O espectro disciplinar da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2007.

USARSKI, Frank. **Constituintes da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2006.

WEBER, Max. Sociologia da religião. In: WEBER, Max: **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999. v. 1.

O CARDEAL JOSEPH RATZINGER E A CRÍTICA A ALGUNS ASPECTOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Bruno Fernandes Mamede

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
História Econômica da Universidade de São Paulo.

bruno.mamede@usp.br

RESUMO: Neste artigo procuraremos analisar os detalhes das críticas feitas pelo então Cardeal Joseph Ratzinger a alguns aspectos da Teologia da Libertação (TdL), especificamente quanto à utilização do marxismo. Esta reflexão é pertinente, sobretudo, por três razões: em primeiro lugar, pela reflexão do Cardeal sobre o conceito de “libertação”, compreendido na América Latina a partir desta nova teologia; em segundo lugar porque Ratzinger identifica o subcontinente como sendo o “centro de gravidade”¹ da Teologia da Libertação, embora esta não fosse um fenômeno exclusivamente latino-americano. Além disso, Ratzinger analisa a TdL como “uma forma de imperialismo cultural”, lembrando que não se trata de um produto original, mas apropriado de “intelectuais nascidos ou formados no Ocidente opulento”². O objetivo é, portanto, compreender melhor a crítica da Igreja à Teologia da Libertação.

PALAVRAS-CHAVE: Ratzinger; Teologia da Libertação; América Latina.

ABSTRACT: This article aims to analyze the details of the criticisms made by the then Cardinal Joseph Ratzinger of some aspects of Liberation Theology (LT), specifically its usage of Marxism. This reflection is relevant specially for three reasons: firstly, the Cardinal's reflection on the concept of "liberation", which is understood in Latin America from this new theology; secondly because Ratzinger identifies the subcontinent as the "center of gravity" of liberation theology, although it was not an exclusively Latin American phenomenon. Furthermore, Ratzinger analyzes the liberation theology as "a form of cultural imperialism", bearing in mind that this is not an original product, but appropriate of "intellectuals born or formed in the affluent West." Therefore, the goal to be achieved is the better understanding of the criticism of the Church to liberation theology.

KEYWORDS: Ratzinger; Liberation Theology; Latin America.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo utilizaremos três documentos essenciais, ao redor dos quais toda a análise da posição de Ratzinger e, conseqüentemente, de Roma quanto à Teologia da Libertação será

1 MESSORI, Vittorio; RATZINGER, Joseph. *A Fé em Crise?: O Cardeal Ratzinger se interroga*. Trad.: Pe. Fernando José Guimarães. São Paulo: E.P.U., 1985. p. 136.

2 *Ibid.* p. 145.

construída, a saber: o capítulo XII do livro-entrevista *A Fé em Crise?* (1984), onde Ratzinger respondeu a uma série de questões importantes sobre o tema, feitas pelo jornalista e escritor italiano Vittorio Messori, e onde também está contida uma reflexão pessoal de Ratzinger chamada *Algumas Observações Preliminares*³; a conhecida, mas frequentemente sub-analisada, *Instrução sobre Alguns Aspectos da “Teologia da Libertação”* (1984), ou *Libertatis Nuntius*⁴, onde a postura da Igreja, perante essa nova corrente teológica, é definida; e a *Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Eclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.* (1985), na qual a *Congregação para a Doutrina da Fé* (CPDF)⁵, comandada por Ratzinger, concluiu o processo contra ele iniciado em 1982, cujo resultado foi a condenação do religioso a um ano de “silêncio obsequioso”. Percebe-se, portanto, que em um curto período a *Congregação para a Doutrina da Fé* e o Cardeal Ratzinger, pessoalmente, esforçaram-se para barrar o desenvolvimento deste ramo teológico, sobretudo na América Latina; o empenho rendeu frutos, pois a partir disso os teólogos ligados à TdL foram paulatinamente retirados de suas cátedras universitárias e seus trabalhos perderam o crédito para muitos católicos.

Essa perseguição densa e sistemática foi um desejo de João Paulo II (1978-2005), ávido por desestruturar o comunismo na Polônia, sua terra natal, e a própria URSS. Se o marxismo passou a ser o grande alvo do Vaticano, não era possível admitir que uma teologia o utilizasse como instrumento de análise ou sequer que oferecesse perspectivas para qualquer aprofundamento teológico; ou esta é apenas a primeira conclusão a que podemos chegar. No campo político, João Paulo II se aliou aos Estados Unidos, bem como procurou fortalecer de todas as formas a Democracia Cristã italiana e o Sindicato autônomo polonês *Solidarność*⁶; mas, no campo teológico, o Papa contava com um dos nomes mais prestigiados da teologia após o Concílio Vaticano II, o Cardeal Joseph Ratzinger. Três anos após ter se tornado o Prefeito da *Congregação para a Doutrina da Fé* (1981), Ratzinger iniciou uma sequência de intervenções e questionamentos sobre as bases gerais da Teologia da Libertação de corte marxista. O primeiro texto consistente ficou conhecido com o título *Eu vos explico a Teologia da Libertação*, mas como este foi popularizado a partir de uma entrevista concedida ao jornalista Vittorio Messori, onde encontramos seu conteúdo, faremos referência ao texto com o título utilizado nesta versão, *Algumas Observações Preliminares*.

3 *Ibid.* p. 135-145.

4 Mensagem de Liberdade.

5 Denominação atual do antigo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

6 “Solidariedade”. Conf.: BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo*. Trad.: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996. p. 239-396.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Na época em que Ratzinger concedeu a entrevista a Vittorio Messori, posteriormente transformada em livro, a Instrução *Libertatis Nuntius* já estava escrita, mas ainda aguardava a sua publicação. Entretanto, no lugar desta, já havia sido publicada, em março de 1984, uma reflexão teológica pessoal do Cardeal sobre a TdL, suas “Observações Preliminares”. Nesta análise Ratzinger se interroga sobre o que é propriamente a teologia da libertação.⁷ Em resumo:

Podemos dizer que a teologia da libertação pretende dar uma nova interpretação global do cristianismo: explica o cristianismo como uma práxis de libertação e pretende constituir-se, ela mesma, num guia para tal práxis. Mas, uma vez que, segundo esta teologia, toda realidade é política, também a libertação é um conceito político e o guia rumo à libertação deve ser um guia para a ação política. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 136).

Assim ficou construída a primeira definição de uma TdL com viés marxista, um caminho para a “libertação”, sendo este conceito variavelmente compreendido dependendo do lugar. No caso da América Latina, o termo “libertação” está relacionado à libertação social, política e econômica. É importante salientar que, teologicamente, a expressão “libertação” está ligada à salvação dos pecados, à “redenção”, realidade que, segundo a análise do cardeal, a TdL considerava secundária. Aparentemente, Ratzinger retirou suas conclusões da obra de Gustavo Gutiérrez (1928)⁸, e a partir desta encontrou duas raízes principais da TdL: uma interpretação distorcida do Concílio Vaticano II e a teologia de Rudolf Bultmann (1884-1976)⁹, além da expressiva situação de miséria latino-americana, a qual destoava do estilo de vida que a América do Norte e a Europa ostentavam.

Para Ratzinger, o grande perigo da TdL é que esta contém em si uma “verdade que se esconde sob o erro”, e por isso considera que

Indubitavelmente, é preciso ter presente que um erro é tanto mais perigoso quanto maior for a proporção do núcleo de verdade que ele contém. Além disso, o erro não poderia apropriar-se daquela parte de verdade se tal verdade fosse suficientemente vivida e testemunhada em seu lugar próprio, isto é, na fé da Igreja. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 135).

Este “núcleo de verdade” que a TdL, utilizando-se da análise marxista, contém, é a crítica severa ao sistema capitalista, com a qual o cardeal concorda. Ratzinger chegou a afirmar que “é infernal a cultura do Ocidente quando persuade as pessoas

7 É importante destacar que o autor, no início do texto, esclarece que quando utiliza a expressão “teologia da libertação” faz referência à teologia que se apropria da “opção fundamental marxista”.

8 GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Trad.: Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

9 Teólogo luterano alemão. Bultmann fez uma separação radical entre o “Jesus histórico” e o “Jesus da fé”, negou o Magistério da Igreja e defendeu o uso da hermenêutica como forma de atualizar as Escrituras. A trilogia, *Jesus de Nazaré*, escrita por Ratzinger já como Papa Bento XVI, foi uma resposta a Bultmann.

de que o único objetivo da vida são o prazer e o interesse privado” (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 146). A força de atração desta teologia se concentraria no fato de que suas críticas são verdadeiras e seus métodos parecem eficazes, coerentes com a fé cristã. É por este mesmo motivo que o marxismo é mais perigoso do que o hedonismo e o consumismo ocidentais:

É que, na ideologia marxista, aproveitando-se também a tradição judaico-cristã, transformada porém em um profetismo sem Deus, instrumentalizam-se para fins políticos as energias religiosas do homem. (...) É tal perversão da tradição bíblica que leva ao erro muitos crentes, convencidos, em boa fé, de que a causa de Cristo seja a mesma da que é proposta pelos anunciadores da revolução política. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 146-147).

A TdL retoma, portanto, o antigo encontro entre fé e política, há muito evitado, teoricamente, pela Igreja.

A primeira e principal crítica de Ratzinger é, portanto, a transformação do sentido escatológico da “redenção” ou “salvação”, os quais fazem referência à vida eterna, em “libertação”, o que no caso latino-americano foi compreendido como libertação política e econômica. Além disso a nova vertente teológica foi acusada de criar uma dicotomia entre a expressão “Povo de Deus”, muito utilizada no Concílio Vaticano II, e “Hierarquia”, colocando o Clero contra os fiéis leigos; os conceitos de Deus e Revelação também teriam sido substituídos por uma hermenêutica da História, a qual seria a única capaz de validar, cientificamente, as Escrituras e até mesmo o papel de Jesus Cristo; o conceito de “Verdade”, tão caro ao dogmatismo católico, foi submetido à “Ação”, pois esta só se realizaria na História e na *práxis*, uma tentativa, portanto, de substituir a “ortodoxia” pela “ortopráxis”.

Os irmãos Boff¹⁰, em um artigo escrito na Revista Eclesiástica Brasileira (REB)¹¹, responderam com muita cautela às críticas do cardeal. Os apontamentos foram acolhidos como sendo pertinentes, porém ambos não se reconheceram neles, afirmando que há um claro equívoco entre a “letra” e as “intenções” na TdL. Por outro lado, justificam a falta de compreensão do cardeal dizendo que este permanecera na lógica da “teologia clássica”; segundo eles, a TdL é apenas o desenvolvimento da teologia clássica, portanto a atual e verdadeira teologia; entretanto, os teólogos que não conseguiram perceber essa transição, também não conseguirão entendê-la na sua complexidade e nos seus objetivos. Quanto ao uso da perspectiva marxista, os Boff reconheceram que houve “certas fusões e confusões entre conceitos marxistas e teológicos”, mas esta não era a marca decisiva da TdL, sendo o marxismo apenas uma “ferramenta intelectual” que fez com que a figura do “pobre” tomasse “uma

10 Teólogos católicos brasileiros Clodovis e Leonardo Boff.

11 BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Cinco observações de fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista*. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Petrópolis, v. 44, n. 173, p. 115-120, mar. 1984.

densidade material mais concreta”. Após esta autocrítica os teólogos defenderam a conveniência da TdL, pois esta vê o fenômeno da pobreza não apenas como um desafio ou uma situação econômica, mas também como uma “experiência ética, mística e teológica”.

O texto chamou a atenção de muitos teólogos; entretanto, o impacto foi relativamente leve, pois tratava-se de uma reflexão pessoal de um cardeal, não tinha poder normativo ou disciplinar. Mas, em setembro do mesmo ano, veio a público um documento oficial da *Congregação para a Doutrina da Fé*, o que representava muito mais do que um simples exercício intelectual.

Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”

Em setembro de 1984 foi publicada a *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”*, o principal documento oficial da Igreja sobre este tema, cujo objetivo era:

Chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista. (CPDF, 1984, Introdução).

O documento refaz uma espécie de caminho trilhado pela Igreja sobre temas sociais ao longo do século XX, o mesmo feito por muitos teólogos da libertação, onde reconheceu a situação escandalosa “das gritantes desigualdades entre ricos e pobres”, bem como denunciou a “gigantesca corrida armamentista” daquele período. Reconheceu também a legitimidade do tema da libertação e fez uma breve análise dos seus fundamentos bíblicos, recorrendo principalmente ao velho testamento, recurso também utilizado por Gustavo Gutiérrez¹². Tais temas, lembrou a *Instrução*, foram expostos pelo Magistério da Igreja em diversos pronunciamentos pontifícios e na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II; portanto é notável a preocupação de esclarecer que a *Instrução* trataria

Somente das produções daquela corrente de pensamento que, sob o nome de “teologia da libertação”, propõem uma interpretação inovadora do conteúdo da fé e da existência cristã, interpretação que se afasta gravemente da fé da Igreja, mais ainda, constitui uma negação prática dessa fé. (CPDF, 1984, VI; 9).

A preocupação da Igreja nesse momento era, portanto, apenas quanto à análise marxista presente em determinados modelos de TdL. Tal análise, segundo a *Instrução*, é tida como “científica” para estes teólogos e seriam, por essa razão, aplicáveis à situação latino-americana. Mas alguns elementos que a CPDF compreendia como

12 Gustavo Gutiérrez, *op. cit.*, p. 130-136.

sendo próprios e inseparáveis do marxismo não se encaixavam à perspectiva cristã, tais como a “concepção totalizante do mundo”, “o ateísmo e a negação da pessoa humana, de sua liberdade e de seus direitos” (CPDF, 1984, VII; 6 e 9), bem como a “lei da luta de classes” e “a contra-violência revolucionária” (CPDF, 1984, VIII; 6-7), elementos contrários ou incompatíveis de alguma forma com a visão de mundo cristã-católica. As características elencadas teriam conduzido a TdL de corte marxista a erros graves, como uma relevância exacerbada da História e a subordinação da fé e da teologia a critérios políticos, fatos que colocavam “em xeque a estrutura sacramental e hierárquica da Igreja”, esvaziava-a de sua “realidade específica (...), dom da graça de Deus e mistério de fé”.

A TdL era vista, portanto, como uma “nova interpretação que atinge todo o conjunto do mistério cristão”, sobretudo quanto à estrutura da Igreja e sua representatividade. Isso seria fruto de uma leitura parcial e exclusivista da Bíblia, uma “releitura essencialmente política”, que prometia uma verdadeira unidade eclesial não mais provinda de Deus, mas da revolução, da luta da “classe histórica dos pobres”; tratava-se da substituição de uma realidade escatológica por uma utópica. São erros, segundo a *Instrução*, que partem de uma reinterpretação, a partir do ponto de vista marxista, da figura do “pobre”:

Perverte-se deste modo o sentido *cristão* do pobre e o combate pelos direitos dos pobres transforma-se em combate de classes na perspectiva ideológica da luta de classes. A *Igreja dos pobres* significa então Igreja classista, que tomou consciência das necessidades da luta revolucionária como etapa para a libertação e que celebra esta libertação na sua liturgia. (CPDF, 1984, IX; 10)

Desta forma o documento denunciava uma tentativa de “amálgama pernicioso entre o *pobre* da Escritura e o *proletariado* de Marx”. Tal visão globalizante e que acabava transformando o “pobre” em “objeto de fé”, terminaria por partidizar o cristianismo, elementos que tornam “extremamente difícil, para não dizer impossível, (...) um verdadeiro diálogo”.

O teor geral da *Instrução* é a crítica aos pressupostos teológicos da TdL, sua eclesiologia, certo relativismo da fé feito em função do conceito de luta de classes, etc. Porém, ao final do documento, pode-se notar o peso que a Guerra Fria tinha nas análises do Magistério. Nas “Orientações” da *Instrução*, a CPDF procurou mostrar que a mudança das estruturas por si mesmas, não era capaz de gerar uma sociedade melhor, para tanto mirou no exemplo soviético:

Um fato marcante de nossa época deve ocupar a reflexão de todos aqueles que desejam sinceramente a verdadeira libertação dos seus irmãos. Milhões de nossos contemporâneos aspiram legitimamente a reencontrar as liberdades fundamentais de que estão privados por regimes totalitários e ateus, que tomaram o poder por caminhos revolucionários e violentos, exatamente em nome da libertação do povo. Não se pode desconhecer esta vergonha de nosso tempo: pretendendo

proporcionar-lhes liberdade, mantêm-se nações inteiras em condições de escravidão indignas do homem. Aqueles que, talvez por inconsciência, se tornam cúmplices de semelhantes escravidões, traem os pobres que eles queriam servir. (CPDF, 1984, XI; 10).

Não há, como se pode ver, uma separação clara entre as críticas teológicas dirigidas à TdL e às políticas dirigidas à União Soviética, fortemente combatida por João Paulo II; isto apesar da defesa do apoliticismo, feita pela CPDF, que a fé católica deveria apresentar.

O Pe. João Batista Libânio observou em seu artigo, intitulado *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*¹³, que a Igreja estava preocupada com a manutenção da fé dos países do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina, já que estes representariam “dentro de alguns anos a parte viva da Igreja Católica”. Porém, esse esforço foi realizado sem conhecimento básico da realidade latino-americana; o contexto europeu, nesse período, era o da secularização acelerada, a descrença ou simples indiferença religiosa começava a incomodar a Igreja e forçá-la a encontrar soluções; o mesmo não se dava na América Latina, onde as práticas religiosas continuavam fortes, a maior ameaça para a fé no contexto latino-americano não era a indiferença, mas sim a “injustiça social existente”, que se tornou “o grande perigo secularizante e ateizante”, a verdadeira ameaça à “credibilidade da Igreja” (LIBÂNIO; VÁZQUEZ, 1985, p. 163). Libânio chegou a reconhecer e citar elementos positivos contidos na *Instrução*, mas destacou o uso distorcido que setores conservadores da sociedade e da imprensa fizeram dele. Este uso poderia ser muito perigoso, pois as ditaduras militares estavam em um processo de desestabilização na América Latina; um documento que oferecia mais medos sobre a questão do marxismo significava um suporte para o retardamento deste processo.

Comentários, artigos e capítulos inteiros de livros foram dedicados à análise deste texto; uma relação destes exigiria um trabalho maior, portanto passaremos a um breve estudo dos resultados práticos do documento, através de uma leitura da *Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de Eclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.*; na sequência tentaremos uma síntese interpretativa.

Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de Eclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M

Poucos teólogos da libertação, de fato, receberam notificações da CPDF e/ou foram condenados pessoalmente por esta. Leonardo Boff, entretanto, é um caso grave, pois além da notificação chegou a ser condenado a um ano de “silêncio obsequioso”. A razão do “silêncio” está na sua obra *Igreja: Carisma e Poder*, onde o

13 LIBÂNIO, João Batista; VÁZQUEZ MORO, Ulpiano. *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 17, n. 42, p. 151-178, maio/ago., 1985.

teólogo não economizou críticas à estrutura hierárquica e burocrática da Igreja, bem como ao que ele chama de “dogmatismo”. Boff não acreditava que a Igreja fosse uma vontade explícita de Jesus, mas que tenha sido gerada de uma necessidade humana de institucionalização; se a Igreja, a partir deste ponto de vista, é apenas uma organização humana, deveria estar em constante adaptação ao tempo e ao lugar onde está presente. Considerando a mesma perspectiva, a separação entre as igrejas cristãs, principalmente entre protestantes e católicas, não teria sentido teológico; para explicar esta realidade, Boff utilizou um trecho aparentemente dúbio da *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II; Ratzinger, no texto da *Notificação*, analisou que “a subversão do significado do texto conciliar sobre a subsistência¹⁴ da Igreja está na base do relativismo eclesiológico de Boff”, o que invalidaria seu argumento sobre a essência da Igreja.

O teólogo também fez uma diferença entre “dogma” e “dogmatismo”, identificando o termo “dogma” como sendo uma realidade é válida somente “para um determinado tempo e circunstâncias”, enquanto “dogmatismo” seria quando o “dogma” excede os seus limites de validade e se torna apenas um resquício vazio da Tradição. A diferença e a ressignificação dos termos não foram aceitas, naturalmente, pela CPDF, a qual lembrou que “o sentido das fórmulas dogmáticas permanece sempre verdadeiro e coerente, determinado e irreformável”, afirmando que a “a verdade expressa pelas palavras de fé não só não oprime o homem, mas o liberta”, enquanto que “uma concepção dialética e relativizante o expõe a um decisionismo arbitrário”. Tratava-se, portanto, de um embate aberto entre uma postura de conservação do “depósito da fé” contra outra que valorizava, na compreensão deste, um processo dialético da história, com acento no primado da *práxis*, elementos da análise marxista.

Por fim, foi denunciada, na *Notificação*, a apropriação do princípio de “luta de classes” na estrutura hierárquica da Igreja. Boff inseriu o conflito exposto por Marx, entre o capitalista e o trabalhador, no seio da Igreja, contrapondo o “Povo de Deus” e o “Magistério”, sendo este último o produtor dos sacramentos, ou seja, do “material simbólico”, enquanto o “Povo de Deus” seria um mero consumidor, dependente da hierarquia eclesial; era uma associação direta entre fé e sociologia. Embora tenha reconhecido o “perigo de abusos”, nos quais os fiéis poderiam ter dificuldades de participar da “vida da Igreja”, Ratzinger esclareceu:

Mas interpretar a realidade dos sacramentos, da hierarquia, da palavra e de toda a vida da Igreja em termos de produção e consumo, de monopólio, expropriação, conflito com o bloco hegemônico, ruptura e ocasião para um modo assimétrico de produção, equivale a subverter a realidade religiosa. (CPDF, 1985, p. 4).

14 O termo “subsistência”, oficialmente, teria sido usado no texto para dizer que as outras igrejas cristãs possuem apenas elementos eclesiais, ou seja, não são “igrejas” por completo, mas mantêm características que as aproximam da “Igreja”; enquanto isso a única Igreja de Cristo, propriamente dita, subsistiria apenas na Igreja Católica. Boff interpretou que o termo “subsistência” se relacionava ao fato de que a Igreja Católica é uma igreja ao lado das demais, sendo que a Igreja de Cristo apenas “subsiste” e não “é” pura e simplesmente a Igreja Católica.

Mais uma vez estava posto o problema considerado na *Libertatis Nuntius*, o marxismo não seria tolerado nas reflexões teológicas da Igreja.

Apesar de todo esse esforço para evitar o marxismo, algumas contradições providas até mesmo do Papa João Paulo II chamam a atenção. O filósofo, Enrique Dussel, em seu artigo intitulado *Teología de la Liberación y Marxismo*¹⁵, faz uma comparação entre a encíclica *Laborem Exercens* (1981) e certas categorias de análise marxista. Dussel observou que a encíclica possuía um “conocimiento muy inteligente de Marx” e identificou algumas coincidências quase literais entre um e outro. Por exemplo, um trecho do número seis da encíclica: “Algunos trabajos realizados por el hombre pueden tener un *valor* objetivo..., sin embargo...ellos se miden con el metro de *la dignidad del sujeto* mismo del trabajo, o sea de la persona.” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 138), comparado com um trecho do *Grundrisse* de Marx: “El trabajo como *pobreza absoluta*...existe sin mediación, ... y sólo puede ser una objetividad no separada de la *persona*, (...) de la *persona viva* de un ser humano” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 138); se até mesmo o Papa, em um texto oficial, demonstrou domínio e se utilizou de um vocabulário próprio de Marx, por que a teologia da libertação latino-americana não pôde fazer o mesmo? O caso de Leonardo Boff era específico, pois a própria essência da Igreja Católica foi questionada; mas as observações que Ratzinger faz da obra não se dissociam do uso que este faz do marxismo, como o “materialismo dialético” ou o princípio da “luta de classes”; o momento no qual a *Laborem Exercens* foi publicada não era neutro, pois o começo da década de 1980 também fora o começo da perseguição sistemática à Teologia da Libertação. Considerando que Dussel deu apenas um exemplo dos muitos que o mesmo disse poder encontrar, tais fatos parecem obscuros ou até mesmo contraditórios; vamos procurar um caminho para elucidá-los.

O Pensamento de Joseph Ratzinger na Raiz da Perseguição

O Cardeal Ratzinger, enquanto procurava se afastar da TdL, utilizava-se das suas bases em várias intervenções, da mesma forma que João Paulo II; por exemplo, quando disse:

A Teologia tenta responder (...) ao problema mais dramático do mundo hoje, isto é, o fato de que, apesar de todos os esforços, o homem não está redimido, não é de forma alguma livre; pelo contrário, conhece uma crescente alienação. E isso transparece em todas as atuais formas da sociedade. A experiência fundamental de nossa época é justamente a da ‘alienação’ (...). É a experiência de uma humanidade que se separou de Deus e, dessa forma, não encontrou a liberdade, mas tão somente a escravidão. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 133).

A mesma ideia se encontra elaborada no seu artigo, intitulado *Política y*

15 In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990. p. 115-144.

*Salvación: Acerca de la relación de la fe, lo racional y lo irracional, en la llamada Teología de la Liberación*¹⁶ (1987), onde, nas primeiras linhas, afirmou:

Cuando hay hombres que padecen hambre y mueren de hambre; cuando su pobreza y su impotencia son también privación de derechos; cuando hay niños que nacen con un futuro sin esperanza a la vista, se hace difícil afirmar que han sido “salvados”. A la luz de este trasfondo debe entenderse la teología de la liberación. (RATZINGER, 1987, p. 1).

Por isso é necessário compreender os detalhes das críticas do Cardeal acerca da TdL, para entender o que, de fato, fez Roma se manifestar com tanta ênfase. Dividiremos as análises de Ratzinger em dois grupos temáticos (embora pudessem ser ampliados).

A Teologia da Libertação e seus aspectos culturais: Ratzinger observou que, apesar de a América Latina ser considerada o berço da TdL, esta “não é, de forma alguma, um produto autóctone”, mas que

Europeus são os teólogos que a iniciaram, europeus ou educados em universidades europeias são os teólogos que a fazem crescer na América do Sul. Por trás do espanhol e do português dessa pregação, pode-se perceber, na realidade, o alemão, o francês e o anglo-americano. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 145).

Nesse sentido, seria muito importante um estudo mais aprofundado sobre a influência que a Universidade Católica de Lovaina (belga) e, especificamente, o teólogo François Houtart, tiveram na formação de teólogos como Gustavo Gutiérrez, Juan Luis Segundo, Clodovis Boff, entre outros. Além desta ligação, Ratzinger citou em seu artigo, *Política y Salvación*, o texto do filósofo colombiano Ricardo Veléz Rodríguez, chamado *Messianismo Político e Teologia da Libertação*¹⁷, o qual buscou as origens da TdL no conceito de “religião civil” de Rousseau (1712-1778) e, através deste, nas obras de Saint-Simon (1760-1825), segundo o qual a religião deveria impulsionar a igualdade social, e Hugo Lamennais (1782-1854), que destacou o papel de libertação política da religião; todos teriam concebido, a seu modo, maneiras de utilizar a religião de forma imanente, como um meio que teria apenas a função de ordenar e pacificar o contexto social. A TdL, portanto, seria apenas mais uma tentativa de adaptação do pensamento europeu à realidade latino-americana, e não uma construção totalmente original.

A Teologia da Libertação e seus aspectos políticos: diferente do Papa Paulo VI (1963-1978), o qual tentou manter boas relações com os países comunistas¹⁸, João Paulo II (1978-2005), testemunha da opressão do regime comunista na

16 In: Revista *Tierra Nueva* 60, (1987) p. 38-51. A versão do texto utilizada neste artigo foi retirada da Internet. Disponível em: <https://www.aciprensa.com/apologetica/teologia/salvacion.htm>

17 In: Revista Internacional de Teologia e Cultura *Communio* 6 (1983): 32-61.

18 Conf.: MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. Trad.: Maria José Figueiredo. São Paulo: Ed. Caminhos Romanos, 2012. p. 486-490.

Polônia, fez tudo o que estava ao seu alcance para derrubar a “cortina de ferro”, principalmente em seu país de origem. A América Latina, como já foi visto mais acima, não poderia sofrer os mesmos processos revolucionários, mesmo que, para isso, o Vaticano tivesse que se aliar aos Estados Unidos. A Revolução Cubana (1959), no entanto, mostrava-se uma porta de entrada do comunismo para todo o continente; curiosamente, em uma viagem feita à Cuba em 1985, Frei Betto relatou que, em uma conversa com Fidel Castro, ele teria dito que “a Teologia da Libertação é mais importante que o marxismo para a revolução latino-americana”¹⁹; acrescenta-se a isso a seguinte reflexão de Gustavo Gutiérrez:

Conceber a história como processo de libertação do homem é perceber a liberdade como conquista histórica, é compreender que a passagem de uma liberdade abstrata a uma liberdade real não se realiza sem luta – cheia de escolhos, de possibilidades de extravios e tentações de evasão – contra tudo o que oprime o homem. Este fato implica não apenas melhores condições de vida, radical mudança de estruturas, revolução social, mas muito mais: a criação contínua e sempre inacabada de nova maneira de ser do homem, uma *permanente revolução cultural*. (GUTIÉRREZ, 1975, p. 40).

Os convites à “revolução social” e “cultural” presentes na reflexão teológica do sistematizador da TdL não passariam despercebidas pelo Vaticano. Tratava-se, portanto, de uma luta política em campo teológico. A partir disso, pode-se compreender que quando o Magistério da Igreja utilizou algumas perspectivas de análise marxistas, o fez acreditando que estas estavam esvaziadas de teor ideológico, enquanto na América Latina as mesmas estavam embebidas de uma conotação verdadeiramente revolucionária. O teólogo Clodovis Boff, outrora importante promotor da TdL ao lado de seu irmão, Leonardo Boff, entrevistado pela *Folha de S. Paulo* em março de 2013²⁰, fez uma profunda autocrítica, confirmando que muitas vezes a TdL se degenerou em ideologia²¹.

Ratzinger, por sua vez, percebia a relação entre teologia e política, no caso da TdL, como um erro fundamental:

La falla propiamente teológica me parece que está en la ordenación sistemática del problema político-social, el cual no puede encontrar su lugar apropiado en la doctrina de la salvación, a partir de la lógica y de las posibilidades de la teología. (RATZINGER, 1987, p. 12).

Segundo ele, a junção entre teologia e política só poderia gerar uma “utopia”,

19 Frei Betto. *O Paraíso Perdido*. Ed. Geração, 1993. p. 166.

20 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/03/1244071-essencia-da-teologia-da-libertacao-foi-defendida-pelo-papa-diz-irmao-de-leonardo-boff.shtml>

21 Em 2007, Clodovis Boff publicou um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB) afirmando que o erro de fundo da TdL fora ter feito da “opção pelos pobres” seu eixo epistemológico, realizando, desta maneira, uma “viragem antropológica”, ou seja, quando “o princípio de base operativo da teologia deixa de ser Deus e passa a ser o pobre”. Conf.: BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e Volta ao Fundamento*. Revista Eclesiástica Brasileira, 268 (2007), p. 1001-1022.

cuja divindade própria é a história, onde supostamente se realiza. Através desta união, não será mais Deus aquele que trará um mundo melhor, o Paraíso, mas o homem pobre e oprimido que, em sua luta histórica, conseguirá alcançar tal estado de bem-estar por si mesmo. Ratzinger procurou esclarecer porque esta mudança é errônea:

En el intento teológico de la liberación de poner en juego la utopía como campo medio entre la razón empírica y la fe, se percibe algo justo, pero erróneamente aplicado, por cuanto el predominio de la utopía se traga la razón, y a la fe la vacía de contenido. (RATZINGER, 1987, p. 15).

Tratava-se, portanto, de um erro que esvaziava a fé, por um lado, e “engolia” a razão, por outro. Mas, neste sentido, Ratzinger elaborou uma consideração importante. Embora não reconhecesse que a TdL tivesse raízes latino-americanas, como visto anteriormente, afirmava que

En ninguna otra parte, la fusión entre la religión y la política, entre la fe y la utopía, podría desarrollar una evidencia tan inmediata y un poder de penetración tan claro, emocional e intelectual, como en Latinoamérica, llena de religiosidad vital y de problemas sociales y políticos elementales, y ambas cosas entrelazadas en una vieja tradición teo-política. (RATZINGER, 1987, p. 11-12).

A raiz da TdL poderia não ser europeia, mas seus galhos, folhas e frutos só poderiam ter se desenvolvido na América Latina. Seria o primeiro passo de um reconhecimento de autonomia teológica latino-americana? Qual foi o papel que esta originalidade teológica teve na produção intelectual do cardeal? Estas reflexões serão feitas em uma pesquisa posterior.

CONCLUSÕES

Como as intervenções da CPDF e do Cardeal Ratzinger interferiram na produção intelectual dos teólogos da libertação? Evidentemente a perseguição representou obstáculos muito difíceis e, de certa forma, atrasou o desenvolvimento e a maturidade da TdL na América Latina; mas a Igreja, como instituição universal, acabou gerando resultados que foram além dos mais óbvios. Por exemplo, Clodovis Boff, em seu artigo *Epistemología y Metodo*²², disse que “Con sus documentos oficiales sobre la teología de la liberación, dirigidos a toda la Iglesia, Roma ha contribuido decisivamente a transformar esta teología en teología universal, es decir, ‘católica’” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 83); a perseguição, ao menos, contribuíra para a divulgação, a nível global, da TdL. Por outro lado, as críticas do Magistério, embora pouco construtivas em muitos aspectos, ajudaram a posterior autocrítica de vários

22 In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990. p. 79-113.

teólogos da libertação, oportunidades de amadurecimento teológico e intelectual.

Outra observação que consideramos importante: as análises de Ratzinger são coerentes e possuem argumentos sólidos. O medo manifestado pela Igreja de que a TdL pudesse ser um auxílio aos projetos revolucionários na América Latina, apoiados pela União Soviética, tinha fundamento, assim como também era real o contra-argumento de que setores da Direita se aproveitaram das críticas da Igreja à TdL; a politização do período era praticamente inevitável. Mas findada a URSS, imediatamente as críticas da Igreja se voltaram contra os Estados Unidos, sobretudo com relação às guerras no Oriente Médio; vale recordar, da mesma forma, que Ratzinger, após ser eleito Papa, chegou a nomear para um dos postos mais importantes da Igreja, o de Prefeito da CPDF (seu antigo cargo), um discípulo de Gustavo Gutiérrez, o bispo alemão Gerhard Ludwig Müller. O medo da ideologia e politização somado às enormes diferenças culturais entre América Latina e Europa, portanto, estão na raiz do desentendimento teológico da década de 1980; contudo, o tempo e a crescente abertura de ambas as partes enriqueceram o pensamento social da Igreja Católica no final do século XX e abrem cada vez mais perspectivas neste início de século.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo*. Trad.: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Cinco observações de fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista*. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Petrópolis, v. 44, n. 173, p. 115-120, mar. 1984.

BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e Volta ao Fundamento*. Revista Eclesiástica Brasileira, 268 (2007), p. 1001-1022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1987.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Notificação sobre o Livro "Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de Eclesiologia Militante" de Frei Leonardo Boff, O.F.M.*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850311_notif-boff_po.html. Acesso: agosto/2016.

ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Trad.: Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

LIBÂNIO, João Batista; VÁZQUEZ MORO, Ulpiano. *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 17, n. 42, p. 151-178, maio/ago. 1985.

MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. Trad.: Maria José Figueiredo. São Paulo: Ed. Caminhos Romanos, 2012.

MESSORI, Vittorio; RATZINGER, Joseph. *A Fé em Crise?: O Cardeal Ratzinger se interroga*. Trad.: Pe. Fernando José Guimarães. São Paulo: E.P.U., 1985.

RATZINGER, Joseph. *Política y Salvación: Acerca de la relación de la fe, lo racional y lo irracional, en la llamada Teología de la Liberación*. Disponível em: <https://www.aciprensa.com/apologetica/teologia/salvacion.htm>. Acesso: julho/2016.

SUA EMPRESA PODE ESTAR DOENTE

Sandra Oliveira Ferrão

Psicóloga Clínica e Especialista em Pedagogia
Empresarial

Rio de Janeiro - RJ

Vanderlei Souto dos Santos

Pedagogo Licenciado e Especialista em
Pedagogia Empresarial.

Porto Alegre - RS

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é sensibilizar o empresariado sobre os aspectos organizacionais que podem influenciar negativamente na produtividade e nos lucros desejados pela organização empresarial. Estes aspectos são detectados a partir dos seguintes cenários apresentados: Quais os sintomas apresentados, Entrada e saída de colaboradores em espaço curto de tempo, Falta de treinamentos, Avaliação de desempenho insatisfatória, Metas não alcançadas, Qualidade baixa nos serviços e/ou trabalhos realizados, Baixo lucro, Baixa autoestima dos colaboradores e Dificuldades de relacionamento interpessoal. Por meio de procedimentos metodológicos e específicos da Pedagogia Empresarial, busca-se analisar os cenários acima citados para detectar a existência de indicadores sintomáticos de uma “doença organizacional” e a partir disso propor as soluções adequadas ao contexto do negócio. Uma organização poderá apresentar

esses sintomas, dessa forma, um “diagnóstico empresarial”, feito através de ferramentas específicas da Pedagogia Empresarial, poderá indicar que, de fato, sua empresa está doente e precisa de tratamentos específicos que trarão as soluções para seu negócio, trazendo benefícios para a organização. A partir do desenvolvimento desse artigo, concluiu-se que manter uma organização saudável implica em ter colaboradores, gestores, diretores e demais membros da empresa com saúde emocional e racional, expressando um equilíbrio comportamental na sua atuação profissional. Assim, evitam-se conflitos desnecessários e evidencia a influência prática das inteligências intra e interpessoais no cotidiano de trabalho. De igual modo, as múltiplas inteligências, somadas à Inteligência emocional no trabalho, podem contribuir na sanidade organizacional e nos relacionamentos entre os colaboradores da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico, doença, profilaxia, produtividade, lucro.

1 | INTRODUÇÃO

O cenário atual da economia mundial, como se sabe, engloba todas as empresas, independentemente de seu tamanho e negócio. Esse fato, dissemina uma dinâmica no

ambiente empresarial que pode afetar profundamente os negócios de uma empresa.

Atualmente, o conceito de Empresa contrasta-se com o de Organização. Aquela se relaciona à parte administrativa e burocrática e esta envolve funções, relacionamentos profissionais, desempenhos, resultados, performance e toda a dinâmica do meio empresarial.

Assim sendo, é de grande importância para a empresa manter-se bem estruturada, organizada e planejada, inclusive com sua documentação jurídica e financeira em dia, evitando complicações futuras, traduzidas em “doenças crônicas”.

O objetivo do presente trabalho é sensibilizar o empresariado sobre os aspectos organizacionais que podem influenciar negativamente na produtividade e nos lucros desejados pela organização empresarial. Estes aspectos são detectados a partir dos seguintes cenários apresentados: Quais os sintomas apresentados, Entrada e saída de colaboradores em espaço curto de tempo, Falta de treinamentos, Avaliação de desempenho insatisfatória, Metas não alcançadas, Qualidade baixa nos serviços e/ou trabalhos realizados, Baixo lucro, Baixa autoestima dos colaboradores e Dificuldades de relacionamento interpessoal.

Dessa forma, por meio de procedimentos metodológicos e específicos da Pedagogia Empresarial, busca-se analisar os cenários acima citados para detectar a existência de indicadores sintomáticos de uma “doença organizacional” e a partir disso propor as soluções adequadas ao contexto do negócio.

A solução encontrada, após o diagnóstico, deverá ser personalizada e individualizada de acordo aos princípios filosóficos e éticos, os valores, os objetivos e a missão da organização, em função de uma execução das sugestões propostas.

A partir do desenvolvimento desse artigo, concluiu-se que manter uma organização saudável implica em ter colaboradores, gestores, diretores e demais membros da empresa com saúde emocional e racional, expressando um equilíbrio comportamental na sua atuação profissional. Assim, evitam-se conflitos desnecessários e evidencia a influência prática das inteligências intra e interpessoais no cotidiano de trabalho.

De igual modo, as múltiplas inteligências, somadas à Inteligência emocional no trabalho, podem contribuir na sanidade organizacional e nos relacionamentos entre os colaboradores da empresa. Portanto, na gestão de mudanças o conhecimento é fundamental para a gestão de pessoas, tudo isso alicerçado pela comunicação eficaz.

A consultoria tem papel importante na função de ser a mediadora entre um problema encontrado na organização e a solução proposta.

Assim sendo, o Pedagogo Empresarial é um agente imprescindível para executar essa função. Cabe ainda ressaltar, a necessidade constante e profilática com a intenção de manter a qualidade, o lucro e a saúde organizacional da empresa,

de treinamentos, aperfeiçoamentos e avaliações periódicas dos desempenhos dos colaboradores.

Por último, o trabalho revelou a importância do recrutamento e seleção, para que quando contratado o colaborador tenha um perfil profissional adequado às competências requisitadas pelo cargo em questão.

2 | UM POSSÍVEL CENÁRIO ORGANIZACIONAL

Atualmente, muitas são as queixas sobre “os problemas encontrados dentro das organizações”, na sua grande maioria estes problemas estão relacionados às pessoas membros das organizações e não ao trabalho em si – este facilitado pelas tecnologias modernas.

O cenário acima traz à evidência a importância do desenvolvimento da inteligência interpessoal. Segundo Campbell et al (2000, p.151),

“(...) Os indivíduos que demonstram um compromisso autêntico em relação às outras pessoas e a capacidade para melhorar a vida do outro exibem uma inteligência interpessoal positivamente desenvolvida”.

Assim sendo, o desenvolvimento dessa inteligência permite ao profissional um melhor trabalho em equipe, evitando ou minimizando possíveis queixas e conflitos interpessoais dentro da Organização.

Por outro lado, um processo de Recrutamento e Seleção bem estruturado e elaborado evitará uma série de incompatibilidades e falta de adequação entre o cargo e as funções exercidas pelo colaborador, possibilitando melhor desempenho da organização e evitando eventuais conflitos.

Portanto,

“(...) Qualquer falha causará grandes impactos no investimento realizado, na motivação dos empregados e no desenvolvimento dos processos de trabalho, podendo, conseqüentemente, gerar desestabilização no sistema, aumentando os custos e quebrando a cadeia fornecedor\cliente internos” (Carvalho et al, 2010, p. 56).

Dessa forma, empresas que contratam e descontratam colaboradores em períodos muito curtos refletem que algo não está adequado no ambiente organizacional. Reclamações e reclamações por parte dos colaboradores são simplesmente ignoradas e as influências disso se pode observar na produtividade baixa dos serviços e de todo trabalho realizado pelo corpo empresarial que não traz lucros suficientes para a empresa.

Lucros suficientes aqui referem-se à capacidade da organização de ser competitiva com ética, ter capital de giro positivo, contas em dia, honrar seus compromissos com seus colaboradores e contábeis.

Todavia, no processo de Recrutamento e Seleção, o currículo é apenas uma parte da seleção. A outra parte, que se refere às competências, está relacionada ao perfil do cargo que deverá ser ocupado por um profissional com os requisitos exigidos pelas funções a serem desenvolvidas.

Uma organização tem personalidade e identidade, é assim, portanto, um organismo vivo e dinâmico.

Às vezes, o simples treinamento não solucionará os desempenhos inadequados por parte de alguns colaboradores, visto que a questão pode ser de relacionamento interpessoal ou de cunho emocional, por exemplo. Estes aspectos podem indicar falta de satisfação, interesse, proatividade, autonomia e motivação. Dessa maneira, uma campanha para motivar pessoas deve começar no seio decisório da organização e desse ponto se irradiar pelo corpo social desta.

No treinamento, objetiva-se o aperfeiçoamento técnico das tarefas a serem executadas pelos colaboradores, sendo esse a parte técnica. A comportamental relaciona-se às características que o colaborador possui de maneira adequada às tarefas a serem executadas, podem ser observadas através de testes, avaliações, entrevista e exames.

Ribeiro (2010, p. 65), afirma que “Por meio das atividades de treinamento, a empresa viabiliza a obtenção dos seus propósitos”.

Dentro do mesmo contexto, a realização da Avaliação de Desempenho, instrumento usado para avaliar o desempenho dos colaboradores e da organização, pode revelar uma série de conhecimentos e informações que trazem as explicações sobre Metas não alcançadas, Qualidade baixa, Baixo lucro, Baixa autoestima dos colaboradores e Dificuldades de relacionamento interpessoal.

De acordo com SPECTOR (2011, p.80):

Uma avaliação de desempenho bem projetada baseia-se em uma análise do trabalho fundamentada em critérios que irão determinar os principais componentes a serem avaliados, objetivando o acompanhamento do desempenho do funcionário em exame.

Portanto, esta avaliação traz conhecimentos importantes sobre aspectos do desempenho dos colaboradores, sobretudo, em relação à produtividade do profissional examinado, possibilitando um feedback a este e uma abordagem para que sua performance venha a ser melhorada.

Sendo assim, sobre o tema acima RIBEIRO (2010, p. 58) afirma que:

Cabe ao Pedagogo Empresarial auxiliar o desenvolvimento de instrumentos e a capacitação quanto à observação sistemática do funcionário, à obtenção de dados e informações a respeito dos funcionários em termos do seu desempenho, assim como quanto à proposição de medidas com vistas a corrigir os desvios constatados.

Dessa forma, um “diagnóstico empresarial”, feito através de ferramentas específicas da Pedagogia Empresarial, poderá indicar que, de fato, sua empresa está doente e precisa de tratamentos específicos que trarão as soluções para seu negócio, trazendo benefícios para a organização.

O aspecto “doente” discutido aqui neste presente artigo tem origem nas relações entre os membros de uma determinada organização. Essa peculiaridade implica em saber que no próprio ambiente de trabalho se projetam as origens e efeitos de improdutividade, baixa eficiência e pouca ou nenhuma lucratividade, de modo que as origens, bem como seus efeitos precisam ser identificadas e neutralizadas, na medida do possível.

Entende-se que a “doença”, em termos genéricos tratada aqui, refere-se a uma série de reflexos que tem origem nas relações empresariais dentro da organização. Dessa forma, altos lucros não significam que uma organização está sadia.

No ambiente de trabalho, as emoções são relevantes. Segundo (Spector, 2011, p. 364), “(...) Emoções negativas no trabalho estão associadas a comportamentos nocivos às organizações, enquanto as emoções positivas são associadas às coisas positivas”.

Sendo assim, essas emoções negativas tendem a potencializar os conflitos interpessoais, tornando o ambiente empresarial estressante e exaustivo, podendo adoecer a organização.

Nesse cenário, o Pedagogo Empresarial tem o papel de identificar\diagnosticar comportamentos e atitudes que estejam interferindo no desempenho dos colaboradores, em suas funções.

Em outra perspectiva, manter o lucro não é uma tarefa fácil, já que este está vinculado à produtividade dos colaboradores. Dessa maneira, é necessário que eles estejam comprometidos, motivados e satisfeitos com o que a organização lhes oferece em termos de benefícios, reconhecimento, ambiente de trabalho, segurança e projeção profissional.

Outrossim, Spector (2011, p. 284) afirma que (...) “A motivação é geralmente descrita como um estado interior que induz uma pessoa a assumir determinados tipos de comportamento. (...)”.

Visto assim, o microcosmo empresarial traz uma série de situações novas para a vida cotidiana dos colaboradores, são relações totalmente diferentes de outros ambientes sociais, ainda que mantenham relações próximas com estes. Esse ambiente é sério em sua essência e não se dá ao luxo de perder tempo ou dinheiro nas relações que projeta e realiza.

Ele se veste dessa seriedade por que sabe que, caso não siga as leis que lhe são impostas por sua própria natureza de existir, poderá sofrer sérias consequências, inclusive sua decadência total em determinada sociedade.

Uma empresa pode não está se percebendo em um contexto conflituoso e desprovido de valores fundamentais do trabalho e assim afundar-se em resultados negativos na execução de seus negócios, não trazendo benefícios para a organização.

Por outro lado, um Especialista em Pedagogia Empresarial poderá detectar “coisas” imperceptíveis aos olhos dos membros envolvidos e, dessa maneira, propor soluções isentas e adequadas ao negócio da organização, em conjunto com os gestores da empresa que muito podem contribuir nesse processo.

Visto desse modo, os gestores têm papel fundamental de agregar conhecimentos em função das soluções para os problemas encontrados.

Essa visão externa é a mais adequada porque focaliza apenas o problema em si e não as pessoas, tenta entendê-lo, identificar suas causas e origens e elaborar soluções viáveis e reais a esse cenário empresarial.

Entretanto, essa visão externa, por sua vez, necessita ser compatível com a Missão, Visão, Valores e Estratégia da Organização (MVVE).

Portanto, as competências comportamentais do perfil do colaborador precisam ser compatíveis com as do cargo da empresa. Assim sendo, o inventário comportamental e os indicadores de competências são imprescindíveis durante a realização do Mapeamento de Competências.

Nesse sentido, LEME (2010, p. 45) define:

O Inventário Comportamental para Mapeamento de Competências é uma **Lista de Indicadores de Competências** que traduz a conduta do Comportamental Ideal desejado e necessário para que a Organização possa agir alinhada ao MVVE.

Assim sendo, as organizações atuais, em sua grande maioria, clama, ainda que em silêncio, por especialistas capazes de propor soluções objetivas e éticas para resolver os problemas que irão surgir, evitar os que podem vir e controlar e sanar os existentes

Todavia, a Gestão do Conhecimento pode muito contribuir nesse processo, pois ela permite uma Tomada de Consciência da realidade da dinâmica empresarial e assim possibilita decisões mais assertivas e adequadas às necessidades da organização, com seus objetivos estratégicos.

Sendo assim, LOPES (2009, p. 52) escreveu que:

Utilizamos também a Pedagogia para organizarmos, de forma útil e dinâmica, o conhecimento construído dentro das empresas. Conhecimento este que, se valorizado, lapidado e sempre renovado, dará suporte para novos investimentos, novas formatações de atuações, novas frentes de aprendizagens.

Seguindo uma mesma linha de raciocínio, a comunicação é a ferramenta básica para que a liderança exerça seu papel de forma decisiva na condução da organização, por isso, o entendimento/esclarecimento do que o líder irá informar

comunicando tem relevante importância nos resultados dos trabalhos realizados.

Dessa forma,

“A confiança outorgada a um líder só se conquista e se mantém se for arquitetada uma ponte com as outras pessoas, por meio da comunicação. Logo, a comunicação é sempre a melhor da decisão no processo da Gestão de Mudanças”.(Assad, 2010, p. 107)

Assim sendo, a comunicação eficaz é aquela que não provoca doenças emocionais, conflitos, confusão, relações interpessoais desarmoniosas e improdutividade, gerando baixo lucro nos negócios da empresa.

Por outro lado, a Gestão de Mudanças e a Gestão de Pessoas são instrumentos imprescindíveis para a gestão de uma Organização no mundo atual, dirigido pela globalização na sociedade do conhecimento e da informação.

Assim, Assad (2010, p. 129) escreveu que:

O processo da Gestão de Mudanças não se esgota, mas se renova constantemente, pois cada vez mais teremos novas demandas e novos desafios exigindo mudanças e transformações no cerne das empresas.

Portanto, o movimento que se verifica no âmbito empresarial e os constantes contatos com culturas diferentes ao redor do mundo produz a necessidade da mudança e esse fato torna o processo de Gestão de Mudanças imprescindível.

3 | CONCLUSÕES

A partir do desenvolvimento desse artigo, concluiu-se que manter uma organização saudável implica em ter colaboradores, gestores, diretores e demais membros da empresa com saúde emocional e racional, expressando um equilíbrio comportamental na sua atuação profissional. Assim, evitam-se conflitos desnecessários e evidencia a influência prática das inteligências intra e interpessoais no cotidiano de trabalho.

De igual modo, as múltiplas inteligências, somadas à Inteligência emocional no trabalho, podem contribuir na sanidade organizacional e nos relacionamentos entre os colaboradores da empresa.

Portanto, na gestão de mudanças o conhecimento é fundamental para a gestão de pessoas, tudo isso alicerçado pela comunicação eficaz.

A consultoria tem papel importante na função de ser a mediadora entre um problema encontrado na organização e a solução proposta. Assim sendo, o Pedagogo Empresarial é um agente imprescindível para executar essa função.

Cabe ainda ressaltar, a necessidade constante e profilática com a intenção de manter a qualidade, o lucro e a saúde organizacional da empresa, de treinamentos,

aperfeiçoamentos e avaliações periódicas dos desempenhos dos colaboradores.

Por último, o trabalho revelou a importância do recrutamento e seleção, para que quando contratado o colaborador tenha um perfil profissional adequado às competências requisitadas pelo cargo em questão.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Nancy Alberto. **As cinco fases da comunicação na gestão de mudanças**. Editora Saraiva. São Paulo, 2010.

CAMPBELL, Linda et al. **Ensino e Aprendizagem por meio das Inteligências Múltiplas**. Artmed Editora, Porto Alegre. 2000.

CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni et al. **Recrutamento e Seleção por Competências**. FGV editora. Rio de Janeiro. 2008.

LEME, Rogerio. **Aplicação Prática de Gestão de Pessoas por Competências**. 2ª Edição, Editora QualityMark, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Izolda (Organizadora), TRINDADE, Ana Beatriz, CADINHA, Marcia Alvim. **Pedagogia Empresarial: Formas e Contextos de Atuação**, Editora Wak, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia Empresarial: atuação do Pedagogo na empresa**, 6ª edição, Editora Wak, Rio de Janeiro, 2010.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas Organizações**, 3ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2011.

O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: A PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA

Rafael Silveira da Mota
Jaison Marques Luiz
Veronice Camargo da Silva
Mauricio Aires Vieira
Rafael Silveira da Mota

RESUMO: Em uma sociedade de constantes mudanças e infinitas incertezas, as cobranças para o exercício da docência têm sido mais desafiadoras, onde questionamo-nos, qual o perfil de docentes que se pretende formar? As universidades por sua vez têm sido mais acessíveis em diversas áreas, com os programas de incentivo, bolsas e financiamentos, dando suporte e democratizando o acesso. Sendo assim, o presente trabalho traz reflexões das abordagens e complexidades da docência no campo da Educação Física (EF), buscando identificar a visão real, quanto à importância do profissional na formação destes docentes, e averiguar as abordagens/tipos de estratégias dos acadêmicos e egressos do curso de E.F, em sua atuação. Diante disso, este estudo estrutura-se com uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, com a elaboração de questionário semiestruturado, aplicado com quatorze profissionais, formados/em formação, no curso de Licenciatura/Bacharelado em EF de uma universidade privada, localizada em Alegrete/RS. A pesquisa nos mostra a

disparidade dos perfis dos entrevistados, pois há uma composição curricular vigente diferenciada, entre graduados e acadêmicos. Este de perfil do egresso é nítido, por parte dos acadêmicos, no momento da reflexão acerca da sua formação e dos profissionais que contribuem para esta, pois os graduados demonstram uma conformidade com o que lhe foi oferecido. Contudo, essa reformulação do currículo, na busca de aperfeiçoamento que atenda suas especificidades das áreas, contribuindo para uma melhor qualidade na formação dos sujeitos, é relatado pelos entrevistados, que alguns docentes não acompanham a evolução das metodologias e as inserções de novas práticas nos espaços de trabalho, pois estes professores são reflexo de uma formação passada, a qual não acompanha essa atualidade. Além disso, questões como, intolerância/arrogância, o despreparo didático, a falta de planejamento, o constrangimento e o professor como detentor do saber, foram afirmativas levantadas pelos entrevistados em relação ao que repudiam e não aceitam enquanto metodologia para suas abordagens. Por fim, a responsabilidade de mostrar as várias possibilidades de empregar essa didática, conciliando sua práxis, o compromisso de exigir uma aprendizagem significativa de seus docentes, deve ser de ambas as partes, onde não podemos negar a existência de uma parcela

do quadro docente que não proporciona esses saberes significativos, dificultando o preparo docente, culpabilizando a falta de recursos e suporte do sistema, quanto este se depara com as realidades impostas pela prática, contrapondo essa minoria, temos professores que estimulam seus discentes à práxis, transpassando os conceitos abstratos e construindo conhecimentos concretos.

PALAVRAS-CHAVE: Docência; educação física; licenciatura; bacharelado; universidade.

A formação em docência é uma atividade árdua e desafiadora, que exige do educador uma constante disposição para aprender, reinventar, questionar e investigar sobre como e por que ensinar “mediar e construir”. Em uma sociedade de constantes mudanças e infinitas incertezas, as cobranças para o exercício da docência têm sido mais desafiadoras, onde questionamo-nos, qual o perfil de docentes que se pretende formar?

Para Tardif (2002), a prática reflexiva pode ajudar o professor a responder às situações incertas e flutuantes, dando condições de criar soluções e novos modos de agir e interagir com o mundo e suas transformações. Todavia, a reflexão por si só significa pouco, o aluno deve entender a complexidade e o processo de docência, tornando-se um profissional que reflete o porquê dessa abordagem e entende a essência do profissional, enquanto formador.

As universidades por sua vez têm sido mais acessíveis em diversas áreas, com os programas de incentivo, bolsas e financiamentos, dando suporte e democratizando o acesso. Percebe-se uma gradatividade das produções acadêmicas em relação à docência, visto que a maioria destas produções é proveniente das universidades públicas, as quais fomentam a pesquisa e a busca por novas e diferentes práticas de ensino, pesquisa e extensão, no contexto universitário, proporcionando uma reflexão ampla do mundo e de seus desafios.

Partindo desse pressuposto, na maioria das realidades privadas, percebe-se que a maior parte dos professores não procura e não incentiva à pesquisa educacional para melhorar suas práticas, nem sequer dando essa possibilidade, fora deste contexto.

Tem-se conhecimento que a maior parte dos professores não procura a pesquisa educacional para instruir e melhorar as suas práticas. Em decorrência disso, a participação dos discentes nos movimentos dos professores como pesquisador tem sido, preferencialmente, para produzir uma literatura acadêmica sobre a pesquisa de professores (MITCHEL, 1985, p. 81-96).

Contrapondo essa afirmativa, em partes, na realidade pública, nem todos os docentes têm esse olhar, há muitos que buscam incentivar seus alunos unicamente pelas suas áreas de afinidade, já no contexto privado se torna restrito esse acesso,

desconhecida inclusive pelos docentes, pois essas possibilidades de iniciação científica são insuficientes e não contemplam a amplitude da vida acadêmica.

Por outro lado, muitos universitários não buscam inserir-se nessas ações, por desconhecerem a relevância profissional que estas têm, pois contará para qualquer seleção pública ou privada, concurso, seleções de programas de pós-graduação, vindo a se preocupar com sua formação extracurricular, apenas no término da graduação.

Os professores formados pelas instituições de ensino superior refletem na educação básica, a formação que obtiveram inicialmente, visto que a profissionalização é apenas um complemento da primeira. Daí a importância de se pensar e analisar como e quem é o profissional que está sendo formado nas licenciaturas. Vale lembrar que este profissional, por vezes, reflete o processo de formação a que se submeteu na educação básica e superior. Essa formação inicial deve proporcionar ao professor, conhecimentos para saber lidar com a complexidade da profissão, preparando-o para entender a realidade, dar respostas e projetar ações que favoreçam a aprendizagem.

Nesse sentido, é necessário propiciar ao professor, em sua formação, subsídios para que ele seja “capaz de analisar, criticar, refletir, de uma forma sistemática, sobre sua prática docente, com o objetivo de conseguir uma transformação escolar e social e uma melhora na qualidade do ensinar e de inovar” (IMBERNÓN, 1994, p. 50).

Para esse autor, a formação inicial do professor precisa ajudá-lo a enfrentar os desafios que irá encontrar no seu campo de trabalho, frente às frequentes mudanças da realidade. É necessário que o professor saiba entender as transformações que ocorrem na sociedade, a fim de que possa atuar com responsabilidade, comprometendo-se com a educação dos seus alunos.

No Brasil, as propostas curriculares dos cursos de formação inicial têm apresentado poucos avanços com relação a favorecer sólidos conhecimentos teórico-práticos para atuar no campo de trabalho. Por essa razão, segundo Gatti (2010, p. 21) deve haver uma revolução nas estruturas institucionais, nos currículos e nos conteúdos formativos, para que a formação docente responda às demandas da educação básica que se questione.

Para que essa revolução aconteça, é preciso que os cursos de formação de professores deixem de ter seu currículo fundamentado em uma concepção transmissiva de conhecimento. O professor pesquisador tem sido associado à oportunidade de prática reflexiva, daquele professor que busca a pesquisa como forma de melhorar sua pedagogia acadêmica, estimulando seus alunos ao senso crítico, através de pesquisas. A pesquisa é primordial para as atividades do docente, pois o professor que assume a postura de pesquisador compromete-se com a elaboração própria, o questionamento, a crítica e a descoberta.

Desta maneira, a universidade enquanto instituição de ensino deve resgatar

e incentivar seus acadêmicos a participarem de grupos de pesquisa/extensão, possibilitando sua inserção e incentivo dos futuros profissionais a questionar-se, tendo à consciência do ser pensante, o comprometimento com o futuro e a formação de opiniões, corpo e mente.

Na direção de enfrentar as questões apresentadas, interpretamos Educação Física (E.F) como um jogo hermenêutico de perguntas e respostas, fazendo a referência ao que Berticelli (2004, p. 303) traz para o campo da educação “As perguntas é que nos levam a retroceder para além do dito. Este deve ser entendido como uma resposta para uma pergunta.” Nessa perspectiva, resgatar o significado da multiplicidade da docência é considerar as práticas executadas nos mais variados ambientes de aprendizagem, buscando respostas às perguntas sobre como se dá a construção do conhecimento para sua formação. Tendo entendimento de que não há uma singularização do saber, mas sim um rol de competências que transpassam, auxiliam e dão suporte às suas práticas diárias.

Quando se analisa a prática pedagógica de um professor, pode-se perceber que, por trás de suas ações, existe sempre um conjunto de ideias que as orienta. Mesmo não tendo consciência desse conjunto de concepções e teorias, elas estão presentes em sua atuação. Portanto, cabe questionar se a sua formação inicial proporcionou as melhores condições para acompanhar as mudanças sociais inseridas no mundo contemporâneo e nelas atuar, assim como questionar se sua formação universitária foi significativa, a ponto de romper com os laços de uma formação escolar à qual foi submetido. (GOMES, 2006, p. 3)

Para que a formação universitária cumpra seu papel de formar um profissional preparado para atuar na escola, sem pré-conceitos e aberto a mudanças metodológicas - e por que não dizer também ideológicas - é preciso repensar a especialização do formador de professores. Como esse profissional se responsabiliza por aqueles que estão formando? Como trata a sua prática pedagógica? Este busca atualizar-se enquanto profissional da educação, com a imensa responsabilidade de formar novos educadores?

Neste sentido, entendemos que o docente formador de discentes, deve estar ligado com os eixos da pesquisa, comprometido com a educação, e as contribuições que pode fazer para ampliá-la e transformá-la através das pesquisas desenvolvidas nos mais variados contextos. Quando emitimos a responsabilidade do papel do professor Sua atuação deve ser refletida,

[...] quando pensamos o nosso ser Professor e o associamos com a nossa especialização, muito provavelmente nos convençamos de que usamos este conhecimento, do qual nos dizemos (ou nos dizem) especialistas para fazer Educação. Não há em nós, usualmente, a pretensão de sermos transmissores de conhecimento (CHASSOT, 2003, p. 373).

É necessário mudarmos as concepções da identidade do professor, perante a sociedade, desmistificando a visão limitada desta profissão, a qual vai para além da sala de aula, das academias, laboratórios, clubes e quaisquer espaços. Ser professor é considerar o espaço inserido, proporcionar vivências na construção do ser pertencente ao mundo, assim como, satisfazer e proporcionar uma melhor qualidade de vida, mudanças de hábitos, socialização, compreensão de movimentos e entendimento do organismo.

Sendo assim, o presente trabalho traz reflexões das abordagens e complexidades da docência no campo da Educação Física (EF), buscando identificar a visão real, quanto à importância do profissional na formação destes docentes, e averiguar as abordagens/tipos de estratégias dos acadêmicos e egressos do curso de E.F, em sua atuação.

Diante disso, este estudo estrutura-se com uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, com a elaboração de um questionário semiestruturado, aplicado com quatorze profissionais, formados/em formação, no curso de Licenciatura/Bacharelado em EF de uma universidade privada, localizada em Alegrete/RS. Os entrevistados apresentam faixa etária que varia dos 23 aos 42 anos de idade, sendo dez do sexo feminino e quatro do masculino.

Para melhor compreendermos a entrevista, foram elaboradas dez perguntas para os profissionais, diferenciando desde a sua formação inicial e dos docentes que fizeram parte desta, passando pela composição curricular, promovendo uma reflexão e avaliação das metodologias e didáticas aplicadas pelos seus formadores, verificando se estas repercutem/repercutiram em suas aulas.



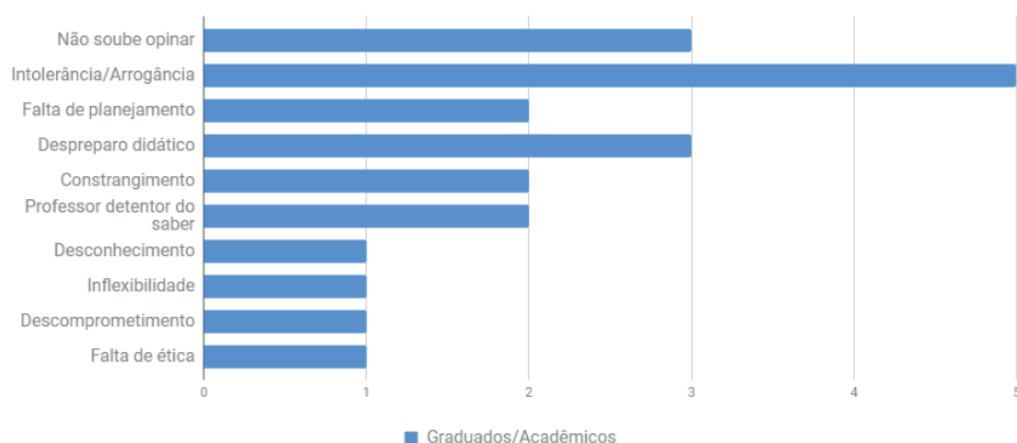
(Imagem referente à questão 10 do questionário aplicado)

Ao analisarmos os dados, a pesquisa nos mostra a disparidade dos perfis dos entrevistados, pois há uma composição curricular vigente diferenciada, entre graduados e acadêmicos. Este de perfil do egresso é nítido, por parte dos acadêmicos,

no momento da reflexão acerca da sua formação e dos profissionais que contribuem para esta, pois os graduados demonstram uma conformidade com o que lhe foi oferecido.

Contudo, essa reformulação do currículo, na busca de aperfeiçoamento que atenda suas especificidades das áreas, contribuindo para uma melhor qualidade na formação dos sujeitos, é relatada pelos entrevistados, que alguns docentes não acompanham a evolução das metodologias e as inserções de novas práticas nos espaços de trabalho, pois estes professores são reflexos de uma formação passada, a qual não acompanha essa atualidade.

Além disso, questões como, intolerância/arrogância, o despreparo didático, a falta de planejamento, o constrangimento e o professor como detentor do saber, foram afirmativas levantadas pelos entrevistados em relação ao que repudiam e não aceitam enquanto metodologia para suas abordagens.



(Imagem referente à questão 10 do questionário aplicado)

Por fim, a responsabilidade de mostrar as várias possibilidades de empregar essa didática, conciliando sua práxis, o compromisso de exigir uma aprendizagem significativa de seus docentes, deve ser de ambas as partes, onde não podemos negar a existência de uma parcela do quadro docente que não proporciona esses saberes significativos, dificultando o preparo docente, culpabilizando a falta de recursos e suporte do sistema, quanto este se depara com as realidades impostas pela prática, contrapondo essa minoria, temos professores que estimulam seus discentes à práxis, transpassando os conceitos abstratos e construindo conhecimentos concretos.

REFERÊNCIAS

BERTICELLI, I. **A Origem normativa da prática educacional na linguagem**. Ijuí: Unijuí, 2004.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 3ª edição.

COUTINHO, Regina Teles. **A prática pedagógica do professor-formador**: desafios e perspectivas de mudanças. 24^a REUNIÃO DA ANPEd. Caxambu, Minas Gerais, 2001. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/P0896101862597.doc. Acesso em: 07 set, 2018.

GATTI, Bernadete. **Formação de professores no Brasil**: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GOMES, Rita de Cássia Medeiros. **Formação de professores**: um olhar ao discurso do docente formador. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 2, n. 1, dez. 2006.

IMBERNÒN, Francisco. **La Formación y el desarrollo profesional del profesorado**: Hacia una nueva cultura profesional. Barcelona: Graó, 1994.

MITCHELL, P. (1985) **A teacher's view of Educational Research**. In M. Shipman (Ed.) Educational Research: Principles, Policies and Practices (p.81-96). London: Falmer Press. Rio Grande do Sul. Editora Unijuí. 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos - Mestra em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Licenciada em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2018). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2016). É Professora de Literatura no Ensino Fundamental do Colégio Externato Santa Dorotéia, João Pessoa. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direitos humanos, direitos sociais, direitos das minorias), Literatura (literatura e sociedade, literatura e cultura, literatura e história, estudos pós-coloniais, guerra de independência, literatura portuguesa, literaturas africanas de língua portuguesa), Linguística (ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Vinculada a grupo de pesquisa devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0003-1179-999X. E-mail: <thamiresvasconcelos.adv@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agir comunicativo 116, 118, 127

América latina 16, 25, 26, 32, 35, 66, 73, 107, 137, 166, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 249, 275, 276, 277, 281, 284, 285, 286, 287

Áreas urbanas 88

Argentina 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 32, 33, 64

Assistência estudantil 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Avaliação 82, 84, 87, 90, 99, 103, 104, 108, 113, 119, 120, 121, 289, 290, 292, 301

B

Brasil 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 32, 34, 36, 37, 39, 44, 47, 48, 69, 73, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 110, 113, 117, 118, 126, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 180, 182, 186, 187, 196, 197, 199, 204, 209, 211, 218, 222, 240, 241, 243, 254, 299, 303, 304

C

Cataluña 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Ciências humanas 57, 60, 100, 101, 142

Colonização 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 175, 177, 182, 183, 187, 188, 195

E

Educação 14, 22, 23, 33, 46, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 149, 196, 198, 200, 202, 209, 212, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304

Empresa 2, 5, 66, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Espaço 7, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 40, 46, 51, 53, 58, 59, 61, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 85, 97, 111, 118, 119, 122, 125, 126, 131, 142, 167, 168, 173, 176, 181, 188, 189, 197, 198, 205, 207, 234, 235, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 256, 261, 265, 289, 290, 301

Estado 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 51, 52, 53, 55, 59, 64, 65, 78, 88, 102, 107, 110, 116, 128, 129, 130, 131, 133, 138, 139, 142, 150, 154, 160, 162, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 204, 207, 209, 211, 228, 235, 248, 286, 293, 304

F

Feminismo 27, 28, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 267

G

Gênero 25, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 45, 46, 48, 136, 139, 142, 214, 215, 227, 228, 229, 230, 240, 241, 255, 259, 266, 267

I

Identidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 56, 74, 139, 149, 166, 176, 178, 179, 182, 183, 189, 191, 192, 193, 194, 197, 200, 202, 206, 212, 225, 262, 267, 292, 301, 304
Infantil 31, 149, 203, 204, 205, 207, 208, 210, 211

L

Liberdade 18, 21, 31, 39, 71, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 169, 171, 178, 183, 209, 225, 226, 276, 280, 281, 283, 285
Livro 16, 31, 36, 74, 78, 184, 201, 204, 208, 222, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 254, 256, 257, 271, 276, 277, 281, 287

M

Machismo 38, 39, 40, 41, 43
Maternidade 30, 151, 152, 153
Migrações transnacionais 1

P

Plano diretor 62, 63, 64
Prática 5, 11, 16, 30, 31, 53, 57, 58, 71, 74, 119, 120, 121, 123, 126, 130, 136, 137, 174, 175, 179, 183, 191, 192, 193, 196, 209, 214, 215, 224, 240, 279, 289, 290, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304
Publicidade 74, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

R

Religioso 11, 168, 170, 171, 174, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276

S

Saúde 32, 33, 64, 103, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 154, 289, 290, 295
Sociologia 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 142, 271, 273, 274, 282
Subjetividade 38, 39, 41, 45, 47, 200
Suicídio 15, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

T

Teologia da libertação 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 285, 287
Teoria 4, 7, 22, 28, 31, 36, 45, 58, 75, 102, 127, 171, 182, 193, 222, 224, 254, 268, 304

